

"Xiculungo"
Relações Sociais da Pobreza Urbana
em Maputo, Moçambique

Margarida Paulo
Carmeliza Rosário
Inge Tvedten



Universidade Eduardo Mondlane
Moçambique

CMI CHR.
MICHELSEN
INSTITUTE

Índice

AGRADECIMENTOS.....	IV
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 FUNDAMENTAÇÃO LÓGICA DO ESTUDO.....	1
1.2 PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES.....	3
1.3 METODOLOGIA.....	5
1.4 SUMÁRIO DO RELATÓRIO.....	8
2. EXPRESSÕES QUANTITATIVAS DA POBREZA URBANA.....	9
2.1 POBREZA URBANA EM MOÇAMBIQUE.....	10
2.2 POBREZA EM MAPUTO.....	13
3. DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	19
3.1 BREVE HISTORIAL DE MAPUTO.....	23
3.2 ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA DA CIDADE.....	27
3.3 OS <i>BAIRROS</i> ENQUANTO COMUNIDADES.....	31
4. DETERMINANTES SÓCIO-ECONÓMICAS DA POBREZA.....	35
4.1 COMPOSIÇÃO E DEPENDÊNCIAS DO AGREGADO FAMILIAR.....	35
4.2 DIVERSIFICAÇÃO DO RENDIMENTO E DESPESA.....	41
4.3 BENS ECONÓMICOS E SOCIAIS.....	45
4.4 POSIÇÃO E ESPAÇO NO CONTEXTO URBANO.....	51
4.5 PERCEPÇÕES E EXPERIÊNCIAS DE MUDANÇA SOCIAL.....	54
5. PERCEPÇÕES E RELAÇÕES SOCIAIS DA POBREZA.....	56
5.1 PERCEPÇÕES DE POBREZA E BEM-ESTAR.....	57
5.2 RELAÇÕES SOCIAIS DA POBREZA E BEM-ESTAR.....	67
5.3 PROCESSOS DE MARGINALIZAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL.....	74
6. CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES DE POLÍTICA.....	77
6.1 IMPLICAÇÕES DE POLÍTICA.....	77
6.2 FUTURAS PESQUISAS.....	79
ANEXO 1: TERMOS DE REFERÊNCIA.....	80
ANEXO 2: QUESTIONÁRIO.....	83
LISTA DE LITERATURA.....	103

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer ao Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DfID) em Maputo por financiar este estudo e a Claudia Fumo do DfID pelo seu apoio positivo e profissional. Os nossos agradecimentos são também devidos a Cristina Matusse do Ministério do Plano e Desenvolvimento e a Domingos Pulseira do Município de Maputo pelo seu apoio na fase inicial do projecto e identificação no terreno de locais relevantes. Entre as pessoas que nos deram os seus comentários sobre as versões preliminares do relatório, gostaríamos de agradecer em particular a Ana Benard da Costa pelas suas extensas e criteriosas observações. No terreno, beneficiámos do interesse e cooperação positivos de numerosos funcionários dos distritos urbanos e dos quatro bairros e numerosos quarteirões onde trabalhámos. Este trabalho não teria sido possível sem a ajuda dos nossos motoristas Agosto Anastácio, Arone Semo Cumbi e Daniel Cirmino Zandamela e dos enumeradores Ana Luís Marrimane, Carlos Machavela, Clotilde Nhanala, Elisa Hosten, Fábio Mazivila, Filimão Ruco, Josimara Mabunda e Julia Chau. Todos eles desempenharam uma parte activa no processo de pesquisa que ultrapassou as suas responsabilidades originais. Por último, mas não menos importante, gostaríamos também de agradecer às populações da Mafalala, Khongolote, Inhagoia e Laulane pelo seu interesse e paciência durante as prolongadas reuniões e entrevistas.

Em Setembro de 2007, foi apresentada uma versão preliminar deste estudo ao Ministério do Plano e Desenvolvimento em Maputo. Tanto o pessoal do Ministério como participantes externos contribuíram com comentários positivos e plenos de conhecimento. Esperamos que o estudo melhore o entendimento da pobreza urbana em Moçambique e ajude na implementação da importante Estratégia de Redução da Pobreza em Moçambique.

Margarida Paulo, Universidade Eduardo Mondlane

Carmeliza Rosário, AustralCowi

Inge Tvedten, Chr. Michelsen Institute

1. Introdução

Este é o segundo de uma série de seis estudos participativos e qualitativos da pobreza em Moçambique, efectuados com o objectivo de apoiar o governo na monitoria e avaliação do Plano de Acção em curso para Redução da Pobreza Absoluta, PARPA II (GdM 2005). O primeiro relatório debruçou-se sobre as relações sociais da pobreza rural no norte de Moçambique, com incidência especial no Distrito de Murrupula na província de Nampula (Tvedten, Paulo e Rosário 2006). Este relatório analisará as relações sociais da pobreza urbana, aludindo especialmente a quatro áreas (bairros) em Maputo, capital de Moçambique (ver Termos de Referência, Anexo 1).

O Governo de Moçambique e os doadores têm despendido esforços e recursos consideráveis no desenvolvimento económico e redução da pobreza. Embora isto tenha conduzido a melhorias em termos de um crescimento económico de 8% anual ao longo dos últimos dez anos (Arndt et al. 2006) e a uma redução de 69 para 54% da proporção de Moçambicanos a viver na pobreza (INE 2004), os indicadores chave sócio-económicos são ainda muito graves: o PIB per capita é de USD 1.117, a taxa de alfabetização entre adultos é de 46,5% e a esperança de vida à nascença é de 41,9 anos (Banco Mundial 2006; UNICEF 2007). Isto coloca Moçambique no 172º lugar, entre 177 países, do Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD, ou seja o país menos desenvolvido da África Austral (PNUD 2007).

A informação sobre pobreza baseada em pesquisa é reconhecida como importante para as estratégias de redução da pobreza em Moçambique, conforme expresso no Plano Quinquenal do Governo (GdM 2005) e o PARPA II (GdM 2005) com ele relacionado. Os principais dados para a monitoria e avaliação da pobreza em Moçambique provêm do Recenseamento Nacional (INE 1997 e, em breve, 2008), do Inquérito Nacional aos Agregados Familiares IAF (INE 1997 e 2004) e do Inquérito Nacional Demográfico e de Saúde (MdS 2005), bem como de diversas análises efectuadas pelo Governo de Moçambique com base naqueles dados (ver e.g. DNPO 2004; Chiconela 2004; Maximiano et al. 2005). Adicionalmente, organizações internacionais encomendaram por conta própria diversos estudos, dos quais os realizados pelo PNUD (2006), UNICEF (2007) e Banco Mundial (2007) são os mais recentes e abrangentes.

1.1 Fundamentação Lógica do Estudo

Comum à maioria destes estudos é o serem baseados em dados quantitativos e análises estatísticas de importantes indicadores sociais e de pobreza. Embora estes produzam informação importante em matéria de mapeamento, perfil e determinantes da pobreza em Moçambique, é também reconhecido que deviam ser complementados com estudos participativos e qualitativos para um melhor entendimento das estratégias de sobrevivência dos pobres e das dinâmicas da pobreza ao nível das comunidades, agregados familiares e indivíduos (GdM 2005). As pessoas agem e respondem ao seu ambiente político e económico com base nas suas próprias (*emic*) percepções dos seus constrangimentos e oportunidades e através de um complexo conjunto de relacionamentos sociais, sendo importante compreender ambos para se ser capaz de desenhar políticas de desenvolvimento e intervenções para alívio da pobreza urbana relevantes e efectivas (Rakodi e Lloyd-Jones 2002).

Não obstante ter havido uma redução substancial na pobreza rural, de 71 para 55% entre 1996/7 e 2002/3, a pobreza urbana em Moçambique teve uma redução mais limitada de 62 para 51% – tendo-se mesmo verificado um aumento na capital, Maputo, onde a taxa de pobreza subiu de 47 para 53% no mesmo período (INE 2004). Ao mesmo tempo, há indicações de uma rápida taxa de urbanização. Dados oficiais mostram que 29,8% da população Moçambicana vive em cidades (INE 2004), e as

Nações Unidas (2007) operam com uma taxa de população urbana de 34,5% e estimam que 50% da população Moçambicana viverá em 2025 em áreas urbanas. Tomados em conjunto, estes pontos justificam uma atenção mais acentuada àquilo que parece ser uma urbanização da pobreza em Moçambique.

Dito isto, uma premissa básica do nosso estudo é a importância de ver as áreas urbana e rural como parte efectiva da mesma economia política e configuração sócio-económica. As ligações urbano-rurais são fundamentais para o desenvolvimento económico e social de Moçambique, com o grosso do PIB do país proveniente das áreas urbanas ao mesmo tempo que a maioria dos Moçambicanos vive em áreas rurais e depende da produção agrícola (Banco Mundial 2007; DNPO 2004). As relações urbano-rurais são uma componente chave das estratégias de sobrevivência da população, através da permuta de mercadorias urbanas e produção rural, e com as relações sociais representando uma fonte importante de segurança social. Na verdade, o nosso estudo mostra que uma das características salientes dos mais pobres e mais vulneráveis em Maputo é a sua incapacidade de manter ligações com as suas áreas rurais de origem e de tomar parte nas trocas urbano-rurais.

Este estudo tomará os dados quantitativos existentes sobre a pobreza urbana em Moçambique como seu ponto de partida, e centrar-se-á nas questões qualitativas das percepções culturais e relações sociais da pobreza e bem-estar. Pobreza será amplamente entendida como uma ausência do rendimento e bens necessários para atender às necessidades básicas; um sentimento de não ter voz e de impotência nas relações com as instituições da sociedade e o estado; e uma vulnerabilidade face a choques adversos. Isto está próximo da definição ampla usada pelo Governo de Moçambique, que diz que a pobreza é a “[im]possibilidade, devida a incapacidade ou falta de oportunidade, de indivíduos, agregados familiares e comunidades terem acesso a condições mínimas de acordo com as normas básicas da sociedade” (GdM 2005).

Tal como no nosso primeiro relatório (Tvedten, Paulo e Rosário 2006), o foco incidirá sobre os elementos mais pobres da população e processos de marginalização e exclusão social. Defendemos que o impacto das políticas de desenvolvimento e ajuda em Moçambique tem sido dificultado por um enfoque inadequado na distinção entre níveis e tipos diferentes de pobreza abaixo da linha de pobreza estabelecida (ver também Banco Mundial 2007). Esta falta de enfoque tem efectivamente definido a maioria dos Moçambicanos como o grupo alvo ao mesmo tempo que deixa de lado as secções mais despojadas das populações pobres. A pesquisa mostra que para se chegar aos mais pobres e mais marginalizados são necessárias intervenções orientadas e medidas de protecção social, mais do que abordagens “gota a gota”(CPRC 2004). Os “mais pobres” serão definidos em termos de rendimento e consumo, bem como de percepções locais sobre quem são os mais pobres.

As condições sócio-económicas da pobreza e bem-estar urbanos são o resultado de complexos desenvolvimentos históricos, processos estruturais, políticos e económicos externos e das práticas da própria população no que respeita a relações sociais complexas e construções culturais. Defendemos o ponto de vista de que as estruturas política e económica têm um poderoso e mesmo determinante efeito sobre a acção humana e a configuração dos acontecimentos, mas também que um enfoque na intervenção humana e nas vidas comuns é importante para explicar processos de alteração social e diferenciação interna (Bourdieu 1990; Ortner 2006). De particular relevância para as estratégias de sobrevivência da população em áreas urbanas é a importância do dinheiro, o qual é uma parte integrante da maioria dos relacionamentos em contextos urbanos. Aquilo que foi chamado uma “objectificação” das relações sociais (Comaroff e Comaroff 1997; ver também Bank 2002) tem profundas implicações nas estratégias de sobrevivência dos mais pobres. Faltam-lhes os meios necessários para iniciar e manter relações vitais de aprovisionamento e segurança social, e são particularmente vulneráveis a mudanças no ambiente económico, implicando movimentos substanciais entre diferentes níveis de pobreza.

Tal como a vemos, a pesquisa participativa e qualitativa é importante, por diversas razões, para a monitoria e avaliação da pobreza nos bairros de Maputo. Ela pode contextualizar e informar os dados quantitativos e correlações ao testar hipóteses causais no terreno. Pode ser usada para descobrir relações e interdependências que não são facilmente captadas na pesquisa quantitativa. E pode envolver os pobres na análise da sua própria situação de uma forma que, com estudos baseados em questionários formais, se torna difícil. Verificámos, por exemplo, que as características da comunidade imediata das pessoas (ou “espaço urbano”) têm implicações consideráveis para a sua pobreza, bem-estar e vulnerabilidade. Os muito pobres e mais destituídos não são apenas definidos com referência a pobreza material e falta de bens, mas também com base na natureza das suas relações sociais fora dos seus agregados familiares, com o termo “*xiculungo*” usado no título deste estudo resumindo os mais isolados, destituídos e vulneráveis membros das comunidades.

O nosso estudo incide sobre a pobreza urbana na capital de Moçambique, Maputo, com particular ênfase nos bairros de Mafalala, Inhagoia, Laulane e Khongolote, o último dos quais faz parte do grande Maputo mas está formalmente localizado no vizinho município da Matola. A seleção dos bairros foi feita em estreita cooperação com o Ministério do Plano e Desenvolvimento e o Município de Maputo, e é suposto reflectir diferentes histórias e configurações sócio-económicas nos sete distritos urbanos e 49 bairros da cidade.¹ Estas variam desde a Mafalala, que está localizada próxima do centro da cidade, foi estabelecida durante o governo colonial Português e é pobre, densa e tensa, até Khongolote, que era pouco mais que uma aldeia antes das inundações em 2000 e viu a sua população aumentar dramaticamente com uma mistura de vítimas pobres das cheias e agregados familiares em melhor situação vindos do centro de Maputo.

As comunidades e agregados familiares em Maputo que são o foco do estudo actual serão revisitadas dentro de três anos, como acontecerá com o estudo anterior sobre pobreza rural no distrito de Murrupula em Nampula e o planeado estudo que se seguirá sobre a pobreza no distrito de Búzi em Sofala (ver Capítulo 6). O objectivo é seguir as implicações das políticas e intervenções do governo e doadores ao nível local e determinar as alterações nas condições, percepções e relações da pobreza – tudo fazendo parte da monitoria e avaliação dos esforços para redução da pobreza em Moçambique (GdM 2005).

1.2 Principais Constatações

A população urbana em Moçambique está estimada em 30% da população total, e a taxa de urbanização projectada implica que 50% da população viverá em 2025 em cidades (INE 2004; Nações Unidas 2007). Embora a taxa de pobreza rural tenha caído 16% - para 55% - entre 1996/7 e 2002/3, a taxa de pobreza urbana caiu 11% - para 51%, com Maputo a ver um aumento da sua taxa de pobreza de 47 para 53% no mesmo período. Nenhum outro país na África Sub-sahariana tem uma contagem de pobreza rural e urbana tão próxima como Moçambique.

Maputo tem 1,3 milhões de habitantes estimados em 2007, o que significa 7% da população total de Moçambique.² A cidade é governada por uma Assembleia Municipal, um Presidente eleito e um Conselho Municipal, e está dividida em sete Distritos Urbanos, os quais por sua vez são sub-

¹ “Bairro” refere-se a todas as áreas povoadas em Maputo, mas no discurso diário é feita uma distinção entre bairros na “cidade de cimento” e bairros na “cidade de caniço” informal. As áreas urbanas informais pobres são conhecidas por diferentes nomes e conotações. O termo “área de intruso” está geralmente conotado com ilegalidade de fixação; o termo “bairro de lata” realça as pobres condições de fixação e de habitação; e o termo “fixação informal” compreende ambos. “Favela” não é normalmente usado devido à sua conotação depreciativa, embora esteja muito próximo dos termos locais usados frequentemente para tais áreas (ver Capítulo 3).

² O número é uma estimativa publicada pelo INE e pelo Município de Maputo. Os resultados do Recenseamento de 2007 não estavam disponíveis quando da elaboração do relatório.

divididos em 8 a 11 bairros. Cada bairro é dividido em quarteirões administrativos e grupos de dez casas. Embora as estruturas administrativas e responsabilidades formais do município estejam claramente definidas, ele sofre as consequências de recursos humanos e económicos inadequados. Incertezas relacionadas com a segurança de posse e o custo da habitação são particularmente importantes para os urbanos pobres, e os serviços urbanos centrais como estradas comunitárias, água, electricidade, saneamento e gestão dos resíduos sólidos não satisfazem as suas necessidades.

Dados do INE revelam um aparente paradoxo entre as condições superiores de Maputo em termos de emprego, rendimento, educação e saúde por um lado, e, por outro lado, uma elevada contagem de pobreza baseada no consumo e fracos indicadores nutricionais subsequentes. Uma possível explicação reside na actual insegurança e instabilidade do emprego e rendimento tanto formais como informais, que afectam as opções das pessoas no que respeita ao planeamento estratégico e despesa. Uma segunda explicação é o aumento real dos custos de necessidades básicas como terra, habitação, água, electricidade e transportes, que forçou a população a gastar menos do seu rendimento com comida. Uma terceira possível explicação, que não pode ser devidamente testada dentro dos limites do presente estudo, são as altas taxas de pobreza nas províncias vizinhas, que podem ter conduzido ao incremento da migração dos rurais pobres para Maputo e à redução do acesso aos géneros alimentícios rurais por parte dos urbanos pobres.

O estudo centra-se no agregado familiar como unidade de tomada de decisões e usa como ponto de partida as determinantes chave de pobreza definidas no Inquérito Nacional aos Agregados Familiares. Para Moçambique no seu todo, estas foram definidas como i) altos níveis de dependência dentro do agregado familiar; ii) um baixo nível de educação dentro do agregado familiar; iii) fraca diversificação de fontes de emprego e rendimento dentro do agregado familiar; iv) baixo retorno da agricultura e indústria comparado com o comércio e serviços; e v) sexo do chefe do agregado familiar. Reavaliando as definições de agregado familiar e do seu chefe, concluímos que os agregados familiares são maiores, a taxa de dependência é maior e a proporção de mulheres chefiando agregados familiares é superior em Maputo do que indicam os dados do INE. A elevada proporção de agregados familiares chefiados por mulheres tem sido vista como um sinal de feminização da pobreza.

Num contexto onde emprego e rendimento são vitais, os agregados familiares mais pobres dependem do estabelecimento de relações externas para sobreviver. Contextualizando as vidas das pessoas e centrando-nos nas suas relações sociais, verificamos que a configuração sócio-cultural dos bairros individuais como comunidades e a "objectificação" das relações e redes sociais constituem determinantes adicionais de pobreza e bem-estar em Maputo. Pessoas nos quatro bairros definem o desemprego como a razão mais importante da sua própria pobreza e vulnerabilidade e compreendem que um melhor rendimento melhoraria o seu acesso a mercadorias e serviços chave. As comunidades mais densas e tensas nos bairros mais centrais são também de opinião que o ambiente urbano, de tão inseguro, instável e violento, inibe o seu acesso a redes e mercadorias urbanas.

O tipo e natureza das redes sociais que as pessoas utilizam na sua luta diária pela sobrevivência dependem da sua posição económica e género. As pessoas dos bairros urbanos têm potencialmente redes extensas, como familiares próximos, vizinhos, amigos, associações, a igreja, colegas de trabalho e relações rurais. As pessoas têm também potencialmente relações extensas com o Estado e serviços governamentais de saúde, educação e segurança. Todavia, num contexto urbano objectificado, onde o dinheiro constitui uma parte integrante da maioria das relações, os agregados familiares mais pobres são muito provavelmente marginalizados e excluídos: eles carecem de "bilhete de entrada" para relações chave de aprovisionamento e segurança social, e as pessoas simplesmente não têm meios para ter reivindicações pendentes no que são consideradas relações recíprocas.

As mulheres e os agregados familiares chefiados por mulheres tendem a ser mais pobres, em termos materiais, do que os agregados familiares chefiados por homens, e são ainda constrangidos nas suas acções e relações por um sistema de parentesco patrilinear, um ambiente sócio-cultural predominantemente centrado no homem e a prática continuada do *lobolo*, que tende a amarrar as mulheres e os filhos à família alargada do marido. A alta proporção *de facto* de agregados familiares chefiados por mulheres nos bairros é o resultado do urbanismo e da pobreza, bem como de uma crescente prática comum de relações de “vivência marital” que exigem menos compromisso do que os casamentos formais. Há indicações de que pelo menos algumas mulheres e agregados familiares chefiados por mulheres compensam a sua posição inferior e pobreza entrando em redes sociais focadas essencialmente na mulher, uma tendência observada também em outros contextos urbanos pobres na África Austral.

As pessoas dos quatro bairros têm percepções claras dos diferentes níveis de pobreza e bem-estar, com os mais pobres a serem estreitamente associados com a marginalização e exclusão sociais. Os *xiculungo*, os mais pobres das cinco categorias de populações pobres, são caracterizados por uma combinação de pobreza material, isolamento social e mulheres como chefes, sendo considerados desprovidos e com poucas, se algumas, opções de mobilidade social ascendente. Os *xigogo*, como os melhores das três categorias de prosperidade, tornaram-se ricos “por si próprios” e expõem a sua posição tanto materialmente como pelo seu comportamento. Os mais pobres são marginalizados ou excluídos não apenas das relações sociais baseadas na cidade, como vizinhos, amigos, associações e colegas de trabalho, mas também da sua família alargada, ou porque eles próprios não conseguem manter os contactos ou porque a família simplesmente não tem meios para ajudar os seus membros mais pobres.

Assim, os agregados familiares e indivíduos muito pobres e mais marginalizados ficam encurralados na sua pobreza e desamparo: carecem das necessárias bases materiais e relações sociais para melhorarem a sua situação, e a sua condição parece formar a base do que pode ser entendido como sub-culturas de destituição. Por outras palavras, a pobreza material tem consequências por si própria no sentido em que reduz o espaço para relações sociais construtivas e canaliza as relações e percepções culturais das pessoas por formas que tendem a empobrecê-las e marginalizá-las mais.

As nossas recomendações (ver Capítulo 6 para mais detalhes) incluem o seguinte:

- Deve ser dada mais atenção à questão da urbanização e pobreza urbana
- Deve ser melhorada a capacidade administrativa e a base da receita do Município
- Deve ser clarificada a relação entre os órgãos administrativos do estado e o partido
- Devem ser formalizados e legalizados acordos informais de direito de posse nos bairros
- Devem ser disponibilizadas facilidades de crédito adaptadas para construção de casas
- Deve ser encorajada a criação formal de emprego através da remoção dos constrangimentos existentes
- Devem ser legalizadas e melhoradas as condições das actividades económicas informais
- Devem ser encorajadas as trocas urbano-rurais através do melhoramento dos termos do comércio local
- As intervenções orientadas e protecção social devem ser orientadas para os mais pobres

1.3 Metodologia

A premissa básica da nossa abordagem metodológica é a importância de combinar as análises quantitativas e qualitativas da pobreza. Embora haja problemas e fraquezas inerentes ao uso de

dados estatísticos e regressões como único instrumento de análise da pobreza (ver e.g. Little 1995; Tadclyffe e Lloyd-Jones 2002), as suas vantagens principais foram sumarizadas como segue (Kanbur 2001):

- Comparações de séries temporais para identificar tendências em quaisquer dimensões que sejam medidas
- Comparações cruzadas entre diferentes indivíduos, agregados familiares e comunidades
- Estimativas de prevalência e distribuições nas áreas populacionais
- Correlações que levantem questões acerca de causalidade e mudanças de co-variante
- A credibilidade dos números influenciando os fazedores de políticas

As vantagens de empregar metodologias participativas e qualitativas foram resumidas conforme segue (Kanbur e Schaffer 2007): “Melhorar o desenho do estudo do agregado familiar; interpretar constatações contra-intuitivas ou surpreendentes dos estudos do agregado familiar; explicar a razão que está por trás do resultado observado; investigar motivações subjacentes ao comportamento observado; sugerir a direção da causalidade; avaliar a validade dos resultados quantitativos; compreender melhor categorias conceptuais como trabalho, o agregado familiar, etc.; facilitar a análise de categorias de diferenciação social localmente significativas; [e] providenciar uma dimensão dinâmica para dados não reproduzíveis do estudo do agregado familiar”.

Nós usamos dados estatísticos quantitativos para identificar tendências e variações entre áreas urbanas e rurais, bem como entre áreas urbanas em geral e a cidade de Maputo em particular (INE 1997 e 2004; MdS 2005; Banco Mundial 2007). Adicionalmente, realizámos um estudo limitado de 120 agregados familiares nos quatro bairros em observação, com o objectivo de recolher dados sobre variáveis chave relacionadas com as condições sócio-económicas e relações sociais da pobreza (ver Anexo 2). Embora não representativa no sentido científico, o estudo dá uma indicação da extensão até à qual as áreas em análise são representativas das condições sócio-económicas de uma cidade inteira. Adicionalmente, ajuda a estabelecer padrões e regularidades contra as quais a informação qualitativa pode ser medida.

As áreas de enumeração nos quatro bairros foram seleccionadas em cooperação com as autoridades locais do bairro de modo a obter a representatividade máxima, na maioria dos casos na forma de três a quatro quarteirões de 50-100 agregados familiares. Os agregados familiares dentro de cada quarteirão foram seleccionados por amostragem aleatória, tendo os enumeradores entrevistado os agregados familiares a intervalos regulares dentro das suas áreas de responsabilidade. A maioria das entrevistas demorou entre uma e uma hora e meia, e em alguns casos os agregados familiares foram revisitados para verificar e completar a informação. Todos os agregados familiares foram identificados por bairro, quarteirão e (quando relevante) número da casa, bem como pelo nome do chefe do agregado. Isto torna possível localizar os mesmos agregados familiares (i.e. como “lista de dados”) após um período de três anos, para averiguação de alterações na pobreza e bem-estar. O questionário baseia-se na pesquisa do estudo sobre a pobreza rural em Nampula (Tvedten, Paulo e Rosário 2006), o que tornará possível comparar e contrastar relações sociais de pobreza em cenários rurais e urbanos.

Olhando mais de perto para a parte participativa e qualitativa da análise, áreas urbanas fortemente povoadas e heterogéneas apresentam desafios específicos para uma pesquisa antropológica. Contudo, a antropologia urbana tem uma longa história na África Austral, virada no passado para os estudos de Copperbelt na Zâmbia (ver e.g. Epstein 1958; Mitchell 1969) e os estudos de East London na África do Sul (ver e.g. Mayer 1963). Max Gluckman (1961) defendia que a densidade de fixação, heterogeneidade, desproporção demográfica e diferenciação económica são todos aspectos centrais do urbanismo da África Austral. Outros tópicos centrais nos primeiros estudos

antropológicos na África Austral foram até que ponto os migrantes para áreas urbanas se tornaram “permanentemente urbanizados” e perderam a sua “identidade rural”, e até que ponto as relações sociais foram mantidas entre os habitantes urbanos e os seus familiares e amigos rurais. Tais tópicos, e a correspondente questão relacionada com a importância relativa da “tradição” e “modernidade” como pontos de referência para as estratégias de sobrevivência das populações, continuaram a dominar a antropologia urbana da região (Hansen 1997; Ferguson 1999; Bank 2002; Englund 2002).

O mais importante e controverso estudo antropológico sobre a pobreza urbana – uma condição que foi largamente ignorada pelos antropólogos acima mencionados – foi o conceito de Oscar Lewis (1966) de uma “cultura da pobreza”. Uma cultura da pobreza, argumentava ele, é uma adaptação e uma reacção dos pobres a uma posição marginal em cenários urbanos altamente individualizados e estratificados em classes – ao nível de indivíduos, na forma de um sentimento de marginalidade, desamparo, dependência e inferioridade; ao nível da família, como desintegração social e competição por bens limitados; ao nível das comunidades, como uma organização mínima para além do nível da família nuclear e alargada; e finalmente ao nível da sociedade, como uma ausência de participação e integração efectivas do pobre nas principais instituições na ordem social dominante.

Consideraremos a maioria destas questões à medida que formos progredindo, embora dentro das limitações fixadas pela pesquisa aplicada de curto prazo efectuada para este relatório. Idealmente, os métodos antropológicos são baseados em trabalho de campo de longa duração e observação participante (ou “deep hanging out”). Nós substituímos isto por uma combinação de revisões da literatura sobre a economia política de Maputo,³ entrevistas com parceiros chave no governo, município e comunidades; o estudo adaptado focando as relações sociais; e três semanas de trabalho de campo intensivo usando metodologias participativas. As metodologias foram levadas a cabo com grupos seleccionados de líderes comunitários, mais velhos e/ou mais novos, homens e/ou mulheres, pobres e/ou não pobres ou outros grupos relevantes e geralmente demoravam entre 2 a 3 horas. As discussões, em si, eram tão importantes como o resultado final na forma de mapas, listas acordadas de prioridades, definições conceptuais, etc. Os métodos usados foram:

Histogramas – onde o objectivo é averiguar a história da área em estudo, com ênfase em eventos e processos que tenham sido particularmente importantes para a configuração da comunidade e condições de pobreza e bem-estar.

Mapeamento da comunidade – onde o objectivo é mapear as pessoas e instituições consideradas mais importantes relativamente às condições de pobreza e bem-estar.

Análise de forças de impacto – onde o objectivo é captar percepções sobre quais as condições (políticas, económicas, sociais) que podem inibir ou acelerar a mudança e o desenvolvimento na comunidade.

Classificação da prosperidade – onde o objectivo é captar a percepção da própria comunidade sobre a pobreza e bem-estar, e identificar as diferentes categorias de pobres e dos em melhor situação.

³ A literatura consultada está listada no Anexo 5. Mencionamos em particular algumas boas e interessantes teses escritas por estudantes nos departamentos de antropologia, sociologia e geografia na Universidade Eduardo Mondlane, incluindo Bilate (2006); Chauque (2004); Cintura (2003); Cossa (2004); Mbie (2004); Matos (2005) e Ndhimandhi (2005).

Diagramas de Venn – onde o objectivo é identificar relações e redes sociais usadas pelas diferentes categorias dos pobres e dos em melhor situação (verificadas através do exercício de classificação de prosperidade) como parte das suas estratégias de sobrevivência.

1.4 Sumário do Relatório

No Capítulo 2, apresentamos expressões quantitativas de urbanização e pobreza urbana como pontos de referência para a análise qualitativa seguinte. Começamos por posicionar Moçambique num contexto de África Austral, e continuamos depois comparando e contrastando a pobreza urbana em Maputo com números nacionais sobre pobreza rural e pobreza urbana em geral.

O Capítulo 3 fornece informação básica sobre a cidade de Maputo em geral e os quatro bairros em estudo em particular, com base na assunção de que o contexto político, económico e sociocultural é importante para a compreensão das relações sociais e percepções da pobreza.

O Capítulo 4 é um dos dois capítulos principais do relatório. Construído à volta da pesquisa feita para este estudo, delinea as condições sócio-económicas e determinantes da pobreza nos quatro bairros em estudo, focando o emprego e o rendimento, infra-estruturas, educação, saúde e relações urbano-rurais.

O Capítulo 5 foca as relações sociais e percepções culturais da pobreza, e processos de empobrecimento, marginalização e exclusão social. O seu ponto de partida é as percepções de pobreza das próprias pessoas e as suas relações dentro do agregado familiar e com a família alargada, instituições comunitárias, órgãos do Estado e áreas rurais através de ligações urbano-rurais.

O Capítulo 6 conclui o estudo, desenha algumas implicações de política preliminares e faz uma breve análise preliminar comparativa das relações sociais de pobreza na Nampula rural e no Maputo urbano.

2. Expressões Quantitativas da Pobreza Urbana

A NU-Habitat estimou que 2007 é o primeiro ano em que a maioria da população mundial viverá em cidades (NU-Habitat 2006), e uma crescente atenção tem recentemente sido prestada às questões sobre urbanização e pobreza urbana. África é o continente menos urbanizado, com 38,3%, enfrentando contudo o mais rápido crescimento da população urbana, da ordem dos 3% anuais, o que se traduzirá numa população urbana estimada de 47,9% em 2025 (Nações Unidas 2007). A África Austral é a região mais urbanizada da África Sub-Sahariana, com a população urbana variando entre perto dos 59% na África do Sul e 17% no Malawi (ver Tabela 1).

Tabela 1. Urbanização e crescimento urbano na África Austral (em percentagem)

PAÍSES	POPULAÇÃO URBANA 2005	POPULAÇÃO URBANA ESTIMADA 2025
Angola	53,5	65,5
Botswana	57,4	70,3
Lesotho	18,7	27,8
Malawi	17,2	28,4
Moçambique	34,5	50,0
Namíbia	35,1	48,0
África do Sul	59,3	69,0
Suazilândia	24,1	33,6
Zâmbia	35,0	41,5
Zimbabwe	35,9	47,2

Fonte: Nações Unidas 2007

A urbanização em África tem estado desde há muito associada ao crescimento económico e desenvolvimento e um estudo recente sobre o desenvolvimento urbano defende que o crescimento deriva preponderantemente dos sectores industrial e de serviços baseados em cidades, que são responsáveis por em média 80% do crescimento médio do PIB no sub-continente entre 1990 e 2003 (Kessides 2006). Além disso, os avanços na governação e democracia são também vistos frequentemente como tendo uma base urbana, através de uma concentração de poder político, eleições municipais e activismo político. Ao mesmo tempo, tem havido uma crescente consciencialização de que o crescimento urbano coloca também sérios desafios ao desenvolvimento em termos de pobreza, desigualdade e degradação ambiental. Resumindo relatórios recentes sobre a urbanização em África (Kamete et al. 2001; NU-Habitat 2003; Kessides 2006), as principais características das cidades africanas são:

- Há uma inequívoca correlação entre urbanização e desenvolvimento económico e crescimento.
- As áreas urbanas desempenham um papel significativo no processo de democratização, através da mobilização política e do governo local.
- Há uma estreita ligação entre desenvolvimento urbano e rural, tanto em termos macro-económicos como através de migração e ligações urbano-rurais.
- Os problemas ambientais enfrentados pelos países em desenvolvimento estão de forma crescente associados às cidades e centros urbanos.

- A proporção de mulheres em fluxos migratórios para as cidades está a aumentar e o processo de urbanização tem impacto significativo no estatuto e papel das mulheres.
- A pobreza é de forma crescente um atributo da civilização, e a pobreza urbana exhibe particularidades específicas que necessitam de ser melhor compreendidas.

Em grande parte devido a uma percepção difundida igualmente entre os governantes nacionais e doadores de que as áreas urbanas têm sido favorecidas na distribuição de recursos (a chamada tese do “preconceito urbano”), essas mesmas áreas têm até recentemente recebido menos atenção explícita do que as áreas rurais, em termos de prioridades de desenvolvimento nacional e ajuda ao desenvolvimento. Além disso, os governos nacionais bem como os doadores internacionais têm tentado parar a crescente urbanização centrando-se no desenvolvimento das áreas rurais e desse modo desencorajando a migração para as cidades. Mas a migração urbana não abrandou e tem levado centenas de milhares de homens, mulheres e crianças para as cidades, ostensivamente à procura de uma vida melhor. A grande maioria destas pessoas acaba em bairros de lata ou áreas miseráveis afectadas pela pobreza, crendo-se que representem actualmente 72% da população urbana de África (NU-Habitat 2003; Nações Unidas 2007).

2.1 Pobreza Urbana em Moçambique

Moçambique tem também observado um desenvolvimento geral rumo ao aumento da urbanização, mesmo havendo controvérsia acerca do seu nível real e direcção. Avaliado em 20% no Recenseamento de 1997, o rácio urbano foi fixado em 32% no Inquérito Nacional aos Agregados Familiares de 2002/03. Todavia, a definição de “urbano” foi alterada entre estas duas pesquisas – das dez capitais provinciais mais Maputo em 1997 para um total de 34 cidades e 68 vilas em 2003 (Banco Mundial 2007) – o que efectivamente aumentou a população urbana em 50%, embora ao mesmo tempo tornando a definição mais próxima dos padrões internacionais (Fox et al. 2005; Nações Unidas 2007). Recodificando os locais de forma consistente nas duas pesquisas e ajustando os factores de ponderação, o INE opera actualmente com um rácio de urbanização de 29,8% (INE 2004; ver também Banco Mundial 2007). Estipulando uma taxa estimada de crescimento urbano anual de 2,77% (que é a taxa média para Maputo no período 1997-2007, com base no Censo de 1997 e na população estimada para o Município de 1,3 milhões em 2007), as dez maiores cidades em Moçambique aparecem na Tabela 2 abaixo.

Tabela 2. As maiores cidades de Moçambique

CIDADE	POPULAÇÃO 1997	POPULAÇÃO ESTIMADA 2007
Maputo	989.386	1.300.000
Matola	440.927	579.469
Beira	412.588	542.226
Nampula	314.965	413.929
Chimoio	177.668	233.492
Nacala	164.309	215.936
Quelimane	153.187	201.319
Mocuba	127.200	167.167
Tete	104.832	137.771
Xai-Xai	103.251	135.693

Fonte: INE 2004

Existe também incerteza e controvérsia à volta do cenário mais provável do crescimento da população urbana em Moçambique nos anos vindouros. A crescente urbanização é geralmente o resultado combinado do aumento natural, da reclassificação das áreas rurais e urbanas e da migração, mas os dados em Moçambique constituem uma fraca base para avaliação do seu peso relativo. Face à limitada atenção prestada ao processo de urbanização no país, utilizámos os dados das Nações Unidas (2007). Com uma população urbana estimada em 34,5% em 2005 como ponto de partida, as NU perspectivam que a taxa de crescimento anual em Moçambique será em média de 3,5% entre 2005 e 2025 (ver Tabela 3). Isto daria uma população urbana de 13,8 milhões ou 50% da população total em 2025 (ver Tabela 4).

Tabela 3. Taxas de crescimento urbano e rural em Moçambique projectadas para 2000-2025 (em percentagem)

Área	2000-2005	2005-2010	2010-2015	2015-2020	2020-2025
Crescimento rural estimado	0,87	0,53	0,36	0,23	0,09
Crescimento urbano estimado	4,33	3,92	3,63	3,38	3,12

Tabela 4. Rácios e projecções das NU para a população urbana de Moçambique (Nº / Percentagem)

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO URBANA
2000	17.919	5.499	30,7
2005	19.792	6.828	34,5
2010	21.620	8.307	38,4
2015	23.513	9.959	42,4
2020	25.508	11.794	46,2
2025	27.556	13.783	50,0

Fonte: Nações Unidas 2007

Politicamente, as cidades em Moçambique são governadas por assembleias municipais eleitas, um presidente e conselhos municipais, e têm – de acordo com o Pacote Autárquico de 1997 e a Lei dos Governos Locais (LOLE) de 2005 – autonomia política e financeira considerável. São, actualmente, formalmente responsáveis pelo uso da terra, licenciamento de construção e habitação, serviços básicos de água e saneamento, estradas urbanas, gestão dos resíduos sólidos, ambiente e segurança municipal, havendo também planos de expansão das suas responsabilidades às escolas primárias e cuidados de saúde primários conforme formalizado no Decreto da Assembleia da República 33/2006 (Alberta e Mahiquene 2007).

Contudo, o espaço de manobra e as opções dos Municípios para o cumprimento das suas responsabilidades são, na realidade, constrangidos pela limitada capacidade administrativa e recursos económicos inadequados. Os municípios em Moçambique gastam uma média de apenas 5 USD per capita (dos quais cerca de metade sai das suas próprias receitas), comparado com 15 USD per capita em média na África Sub-sahariana (Banco Mundial 2006). Dependem conseqüentemente das transferências dos governos central e provincial, que montavam a 463 milhões de Meticais ou

0,7% do orçamento do governo para 2007. Desta transferência, à volta de 60% destina-se a despesa corrente e 40% ao investimento. Os 33 municípios em Moçambique alojam um quarto da população total, e as transferências feitas são menores em termos de per capita do que o que é alocado aos distritos como unidades administrativas (Alberta e Mahiqene 2007).

A legitimidade política dos municípios é negativamente afectada pela sua inadequada prestação de serviços. Isto reflecte-se numa fraca participação eleitoral nas duas eleições municipais que foram realizadas no país até agora. Em 1998, quando a eleição foi boicotada pela Renamo, a participação foi de 15% e em 2003 foi de 24% (EISA 2007). Não obstante, as eleições municipais são actualmente a única arena onde há uma disputa real pelo poder e influência política em Moçambique. Todas as maiores cidades do país são actualmente governadas pela Frelimo, com excepção da Beira que tem uma maioria Renamo, embora em estreita competição em grandes cidades como Nampula, Chimoio e Quelimane. Outros municípios controlados pela Renamo são Angoche, Nacala e Ilha de Moçambique. A distribuição de lugares nas assembleias municipais das maiores cidades de Moçambique aparece na Tabela 5. Em 2008 serão realizadas novas eleições municipais.

Tabela 5. *Distribuição de lugares nas assembleias municipais*

MUNICÍPIO	Frelimo	Renamo	OUTROS
Maputo	48	8	5
Matola	41	5	-
Beira	19	25	1
Nampula	24	19	1
Chimoio	24	15	
Nacala	23	15	1
Quelimane	21	18	-
Mocuba	16	5	-
Tete	23	8	-
Xai-Xai	30	1	-

Fonte: EISA (2007)

Olhando sumariamente para as características sócio-económicas das áreas urbanas em Moçambique (ver Tabela 6), a taxa de pobreza rural desceu de 71 para 55% entre 1996/97 e 2002/03, enquanto a taxa de pobreza urbana mostrou uma pequena descida de 62 para 51% no mesmo período. A intensidade da pobreza (intervalo de pobreza) e a sua severidade (intervalo de pobreza elevado ao quadrado) revelam uma situação grandemente similar nas áreas urbana e rural. Embora o rendimento mensal per capita seja mais elevado nas áreas urbanas do que nas rurais, também a despesa o é, excedendo nas cidades os salários. Ao mesmo tempo, as áreas urbanas mostram características mais positivas do que as áreas rurais, em termos de níveis de educação e saúde, levantando a questão chave de quais os constrangimentos estruturais que tornam difícil transformar condições sociais superiores na educação e saúde em emprego, rendimento e consumo necessários para sair da pobreza nas áreas urbanas.

Tabela 6. Indicadores sociais básicos, rurais e urbanos, em Moçambique

ITEM	NACIONAL	RURAL	URBANO
Pobreza			
Contagem de pobreza (%)	54,1	55,2	51,6
Intervalo de pobreza (%)	19,9	20,4	18,9
Intervalo de pobreza elevado ao quadrado (%)	9,9	10,3	9,0
Rendimento e consumo			
Rendimento mensal per capita (MT 000)	324	246	490
Despesa mensal per capita (MT 000)	324	231	523
Educação			
Taxa de analfabetismo (%)	53,6	65,7	30,3
Escola primária ou acima (%)	27,9	14,6	53,2
Saúde			
Esperança de vida (anos)	47,1	45,7	50,8
Mortalidade abaixo dos 5 anos (por 1.000)	178	192	143

Fontes: INE (2004); Banco Mundial (2007)

2.2 Pobreza em Maputo

Olhando mais especificamente para as expressões quantitativas de pobreza e desigualdade existentes em Maputo, a capital não só registou um aumento na contagem de pobreza de 47,3 para 53,2% como também um aumento da desigualdade (INE 2004). Conforme mostrado na Tabela 7, uma parte crescente da população de Maputo encontra-se nos dois quintis mais baixos entre os quintis de âmbito nacional, subindo de 18,2% em 1996/97 para 41,3% em 2002/03 (Fox et al. 2005). A desigualdade é depois realçada pelo consumo por quintil em Maputo que, em grande contraste com o resto do país, mostrava um decréscimo nos três quintis mais baixos e um substancial aumento de 23,8% no quintil mais elevado (Tabela 8).

Tabela 7. Alterações na distribuição da população por quintis (Cidade de Maputo) (em percentagem)

QUINTIL	1º	2º	3º	4º	5º	TOTAL
1996/97	7,5	10,7	19,1	23,5	39,3	100,0
2002/03	19,8	21,5	17,2	13,9	27,6	100,0
Todos	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0	100,0

Fonte: Fox et al. 2005.

Tabela 8. Crescimento do consumo por quintil entre 1996/97 e 2002/03 (em percentagem)

QUINTIL	1º	2º	3º	4º	5º	TOTAL
Todos	23,4	25,6	27,8	28,1	36,1	30,9
Rural	21,6	30,0	31,1	31,1	30,1	27,5
Urbano	27,0	11,2	14,8	16,5	28,2	24,4
Maputo	- 13,3	- 13,8	- 9,6	1,3	23,8	8,7

Fonte: Fox et al. 2005.

O desenvolvimento negativo em termos de contagem de pobreza parece estar relacionado com uma combinação de mudanças no acesso ao emprego e rendimento, e do custo de bens e serviços básicos, incluindo a alimentação, habitação e transporte (DNPO 2004; ver também Banco Mundial 2007). O cabaz de consumo de Maputo, no qual a linha de pobreza com base no consumo se baseia, capta despesas como comida, habitação, água, electricidade, educação, saúde – mas pode ter subestimado despesas “ocultas” com serviços urbanos, transporte e consumo de álcool que constitui uma despesa considerável para muitos agregados familiares (pers. comm. Channing Arndt).⁴ O aumento da contagem de pobreza pode também estar relacionado com movimentos da população: a sabedoria convencional diz que são os habitantes rurais mais pobres que trocam o campo pelas cidades à procura de melhor vida (NU-Habitat 2003 e 2007), mas a informação disponível é inadequada para avaliar a relevância deste aspecto no caso de Maputo.

Olhando mais especificamente para as determinantes sócio-económicas da pobreza definidas pelo INE e pelo MPD/DNPO (ver Capítulo 1), os agregados familiares em Maputo mostram algumas características especiais. Conforme visto na Tabela 8, tendem a ser maiores e a taxa de dependência menor do que no resto de Moçambique. Isto implica um elevado número de membros dos agregados familiares ostensivamente activos economicamente. Ao mesmo tempo, porém, os dados do INE mostram que apenas 54% de pessoas com mais de 15 anos estão envolvidas em actividades económicas em Maputo, contra uma média nacional de 90% (INE 2004), indicando que *de facto* o rácio de dependência pode ser consideravelmente mais alto. Os agregados familiares mais pobres têm mais membros e um rácio mais elevado de dependência formal (i.e. membros abaixo dos 15 e acima dos 64 anos) do que os agregados em melhor situação.

Tabela 8. Dimensão média do agregado familiar e rácio de dependência (Nº / Percentagem)

	DIMENSÃO DO AGREGADO FAMILIAR	RÁCIO DE DEPENDÊNCIA
Nacional	4,8	99,0
Rural	4,7	107,2
Urbano	5,2	83,7
Cidade de Maputo	6,3	64,1
Quintil mais rico	5,2	51,8
Quintil mais pobre	8,4	77,2

Fonte: INE 2004 / Cálculos MPD-DNPO.

Os dados do INE mostram ainda que a proporção de mulheres chefiando agregados familiares, aproximadamente 27%, é idêntica nas áreas rurais e urbanas, incluindo Maputo. Isto é o contrário da situação na maioria dos outros países da África Austral, onde a proporção é maior em áreas urbanas (Banco Mundial 2006). O nosso estudo, usando uma definição *de facto* em vez de *de jure*, mostra que 38% dos agregados familiares nos quatro bairros de Maputo são chefiados por mulheres (ver Capítulo 4). A proporção de agregados familiares chefiados por mulheres é relevante para a questão da pobreza, já que o quintil mais baixo em Moçambique mostra o aumento de agregados familiares chefiados por mulheres entre 1996/97 e 2002/03, indicando uma feminização da pobreza (Fox et al. 2005).

⁴ Para uma discussão interessante sobre a construção de linhas de pobreza em Moçambique, ver Banco Mundial (2007).

Tabela 9. *Proporção de agregados familiares chefiados por mulheres (em percentagem)*

	INE
Nacional	27.3
Rural	26.9
Urbano	27.7
Cidade de Maputo	27.8
Quintil mais rico	23.4
Quintil mais pobre	27.2

Fonte: INE 2004 / cálculos MPD-DNPO.

Os dados do INE revelam também que há uma distinção básica entre emprego formal e informal em termos de rendimento e segurança social – mesmo assim mostraremos que isto também é mais arbitrário do que os dados implicam. Entre as pessoas que são economicamente activas, a proporção das que têm um emprego formal é muito mais alta em Maputo do que no resto do país (ver Tabela 10). Além disso, uma proporção consideravelmente mais vasta de agregados familiares em melhor situação está em Maputo envolvida no sector informal, comparativamente aos mais pobres.

Tabela 10: *Tipos de emprego entre a população economicamente activa (em percentagem)⁵*

	EMPREGO FORMAL	EMPREGO INFORMAL	OUTRO *
Nacional	8,8	91,1	0,1
Rural	3,2	96,7	0,1
Urbano	23,5	76,4	0,1
Cidade de Maputo	35,6	64,4	0,0
Quintil mais rico	50,5	49,5	0,0
Quintil mais pobre	15,4	84,6	0,0

Fonte: INE 2004/ cálculos MPD-DNPO.

Os dados do INE (2004) revelam também que 59,8% da população economicamente activa em Maputo recebe remuneração em dinheiro ou em espécie, contra uma média nacional de 11,5%; e apenas 6,6% da população economicamente activa em Maputo não recebe qualquer remuneração, contra uma média nacional de 36%. Finalmente, os dados mostram que somente 7,5% da população em Maputo faz da agricultura a sua actividade económica principal (com o consequente acesso directo à comida), o que fica bastante abaixo da média rural de 90,5%, bem como da média urbana de 47,8%. Tudo isto aponta para a muito difundida importância do emprego e rendimento para a população em Maputo, que nós defendemos ter implicações significativas na natureza das estratégias de sobrevivência das pessoas nos quatro bairros em estudo.

O desafio para os agregados familiares pobres em Maputo de esticar os recursos até ao fim do mês é revelado pelo padrão dos seus rendimento e despesa (Tabela 11). De acordo com o Inquérito Nacional aos Agregados Familiares (INE 2004), o rendimento mensal per capita é consideravelmente maior em Maputo, com 828.000 Meticais, do que a média urbana de 490.000

⁵ Simplificámos os dados do relatório do IAF (2004) definindo as categorias de emprego no “sector público” e “sector privado” como *emprego formal* e de “emprego por conta própria”, “emprego familiar” e “patrão” como *emprego informal*.

Meticais e a média rural de 246.000 Meticais. Contudo, conforme se vê pela Tabela, a média encobre desigualdades consideráveis em Maputo com o quintil dos que estão em melhor situação mostrando uma despesa mensal per capita de 2.932 Meticais e o quintil dos mais pobres tendo uma despesa mensal de 237 Meticais.

Tabela 11. *Rendimento e despesa mensais per capita (Metical antigo 000)*

	RENDIMENTO	DESPESA
Nacional	335	334
Rural	253	235
Urbano	505	543
Cidade de Maputo	853	1000
Quintil mais rico	n.a	237
Quintil mais pobre	n.a	2932

Fonte: INE 2004/cálculos MPD-DNPO.

Ao mesmo tempo, o padrão de despesa em Maputo revela uma situação em que as pessoas gastam uma larga fatia do seu rendimento em itens não alimentares (Tabela 12). As despesas com habitação e transporte são particularmente elevadas se comparadas com as outras áreas urbanas e rurais. A sabedoria convencional diz que o aumento da despesa com itens não alimentares é um sinal de crescente prosperidade, mas nós defendemos que os mais pobres não têm escolha para além de reduzir o seu consumo de comida à medida que outros itens principais se tornam mais dispendiosos. Uma casa de tijolo é considerada essencial para a protecção de bens, segurança e para realizar as expectativas socioculturais da vida cidadina, mas muitos agregados familiares, tendo estado ou estando no (frequentemente prolongado) processo de construção de uma casa, são ainda pobres porque perdem outros tipos de consumo essenciais, incluindo comida.

Os custos com transporte são também excepcionalmente elevados para os agregados familiares em Maputo: os dados sobre as despesas actuais fornecidos pelo INE [2004] mostram que a média dos agregados familiares em Maputo gasta 103.000 Meticais em transporte, contra uma média nacional de 23.000 Meticais. Os custos de transporte são necessários para que as pessoas que moram nos bairros periféricos possam ir trabalhar e constituem um pesado encargo para a economia do agregado familiar. Os elevados custos de transporte limitam também a flexibilidade das pessoas na tentativa de arranjar emprego, na procura de melhores oportunidades no sector informal, na frequência das escolas e instituições de saúde mais relevantes.

Tabela 12. *Despesas per capita com itens seleccionados (em percentagem)*

	COMIDA	HABI- TAÇÃO	TRANS- PORTE	MOBÍLIA	OU- TROS *
Nacional	59,3	21,3	2,5	6,9	10,0
Rural	65,5	18,1	1,9	5,9	8,6
Urbano	46,1	28,1	3,8	9,0	13,0
Cidade de Maputo	30,6	39,1	6,7	10,3	13,2
Quintil mais rico	16,3	42,7	7,9	13,8	19,3
Quintil mais pobre	42,7	34,8	4,9	8,9	8,9

Fonte: INE 2004 /cálculos MPD-DNPO.

Todos estes indicadores sócio-económicos apontam na direcção da pobreza e miséria dos locais informais de fixação dos pobres em Maputo, em aparente contraste com os indicadores de saúde e educação. As pessoas em Maputo têm melhor acesso aos estabelecimentos de saúde, com por exemplo 34% a consultar os hospitais quando doentes contra uma média nacional de 17% (INE 2004). E os números sobre mortalidade abaixo dos cinco anos, raquitismo e definhamento são todos melhores em Maputo do que no resto do país (Tabela 13). As principais excepções referem-se ao HIV-SIDA, em que a proporção afectada em Maputo é de 20,7% contra uma média nacional de 16,2% (MdS 2005), e os dados recentes sobre desnutrição infantil entre os agregados familiares pobres mostram uma tendência negativa (UNICEF 2005; Banco Mundial 2007).

Tabela 13: Indicadores de saúde seleccionados (em percentagem)

	MORTA- LIDADE	RAQUI- TISMO	DEFINHA- MENTO	PREVA- LÊNCIA DO HIV/SIDA	TAXA TOTAL FERTI- LIDADE
	< 5 ANOS	< 5 ANOS	< 5 ANOS		
Nacional	17,8	41,0	4,0	16,2	5,5
Rural	19,2	45,7	4,3	-	6,1
Urbano	14,3	29,2	3,1	-	4,4
Cidade de Maputo	8,9	20,6	0,8	20,7	3,2
Quintil mais rico ⁶	10,8	20,0	2,5	n.a.	3,8
Quintil mais pobre	19,6	49,3	5,6	n.a.	6,3

Fonte: MdS 2005; Fox et al. 2005.

No que respeita a educação e alfabetismo, Maputo tem uma taxa de escolaridade mais alta do que as áreas rurais e outras áreas urbanas, embora também aqui diferenças significativas entre os mais pobres e os em melhor situação (ver Tabela 14). Embora somente 30% do quintil mais elevado não tenham completado a escola, o número equivalente para o quintil mais pobre é 61%.

Tabela 14: Distribuição do nível de escolaridade completado (em percentagem)

	NENHUM	PRIMÁRIA 1º GRAU	PRIMÁRIA 2º GRAU	MAIS ELEVADO
Nacional	61,8	21,5	10,9	5,8
Rural	81,1	14,4	3,5	0,9
Urbano	48,4	26,4	16,1	9,2
Cidade de Maputo	40,3	27,9	17,7	14,1
Quintil mais rico	29,6	23,5	20,6	26,3
Quintil mais pobre	61,1	28,8	8,0	2,1

Fonte: INE 2004

Um indicador adicional preocupante é a taxa de repetição na escola primária, que é consideravelmente mais alta em Maputo (com por exemplo 30% na terceira classe, contra uma

⁶ Quintil nacional, não estando acessível informação sobre os quintis em Maputo.

média nacional de 14%) do que em qualquer outro local do país (INE 2004), indicando que para alguns agregados familiares as escolas podem ser um local para as suas crianças estarem, mais do que um lugar para aprenderem. Maputo é também a única área onde a taxa de analfabetismo aumentou entre 1996/97 e 2002/03, e há uma diferença considerável em analfabetismo entre o quintil mais alto com 15,2% e o quintil mais baixo com 39,9% (INE 2004).

Em resumo, os números acima dão uma imagem útil do mapeamento e perfil da pobreza e bem-estar nas áreas urbanas em Moçambique em geral e em Maputo em particular. Esses números mostram que a crescente urbanização no país é acompanhada por uma emergente urbanização de pobreza: a redução na taxa de pobreza foi menor nas áreas urbanas do que nas rurais e a pobreza está a aumentar na principal cidade do país, Maputo. A contagem da pobreza é actualmente quase igual nas áreas rurais e urbanas, e mais alta em Maputo do que a média nacional. Ao mesmo tempo, os números revelam um acesso, geralmente alto mas desigual, a oportunidades de emprego, infra-estruturas físicas, habitação, educação e saúde. Fundamentalmente, isto significa que uma grande parte da população em Maputo não se encontra em posição de explorar as oportunidades no ambiente urbano para melhorar a sua situação e sustentar as suas famílias. Nas partes restantes deste relatório relacionaremos tudo isto, olhando mais de perto para a dinâmica da pobreza em Maputo – focando o contexto político e económico e as percepções e relações sociais da pobreza entre os agregados familiares e indivíduos nos quatro bairros da Mafalala, Inhagoia, Laulane e Khongolote.

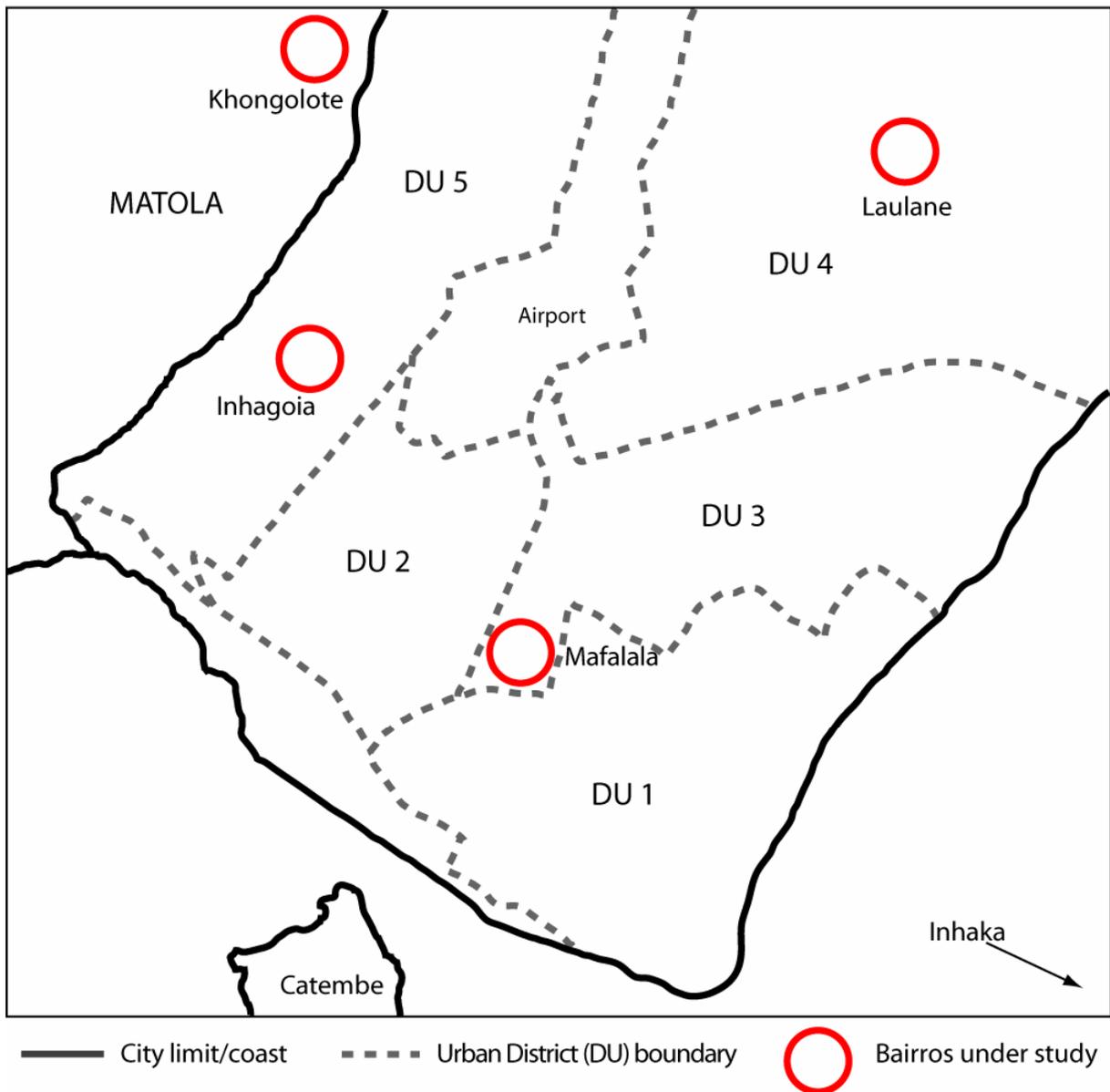
3. Descrição da Área de Estudo

A cidade de Maputo está localizada na zona mais a sul de Moçambique (ver Mapa 1), e tem um estatuto especial de entidade municipal separada. Confina com a Província de Maputo e com a sua capital provincial Matola, que foi separada da cidade de Maputo em 1987 mas faz efectivamente parte do "grande Maputo". O clima é subtropical com uma estação chuvosa que vai de Novembro até Março, muito embora as estações pareçam estar menos bem definidas nos dias que correm. Maputo ostenta um aeroporto internacional, caminho de ferro e porto de mar e está ligado à África do Sul e à Suazilândia por estradas nacionais, com a fronteira a apenas cerca de uma hora de distância. Viajar através do resto do país para norte pode levar até seis dias, o que mostra a complicada posição de Maputo como capital do país. Maputo está dividido em sete distritos urbanos, incluindo a principalmente rural Catembe (cerca de dez minutos por barco a partir da cidade) e a Ilha da Inhaca (cerca de uma hora por barco a partir da cidade). É de 49 o número total de bairros nos cinco Distritos Urbanos, e os três bairros em estudo em Maputo estão localizados nos Distritos Urbanos 3, 4 e 5 respectivamente (ver Mapa 2). Maputo abrange uma área de 466 km² e a população total é estimada em 1,3 milhões em 2007, o que dá uma densidade populacional de 2.790 por km² (INE 2007). Conforme se vê na Figura 1, a população, bem como a densidade populacional, variam entre os cinco diferentes distritos urbanos. Muita da "cidade de cimento" formal está localizada nos Distritos Urbanos 1 e 2, enquanto os outros distritos contêm uma mistura de bairros semi-formais e bairros informais com as características de fixações informais, bairros de lata ou favelas.

Matola é a segunda maior cidade de Moçambique com uma população de 600.000 habitantes (Município da Matola 2007). Está organizada em três postos administrativos, Matola Sede, Machava e Infulene e um total de 41 bairros (ver Mapa 3). A Matola Sede fica adjacente às estradas nacionais para a África do Sul e Suazilândia e constitui o centro administrativo; as partes a norte, Machava e Infulene, são rurais nas suas características; e os bairros nas partes a sudeste do município, confinando com a cidade de Maputo (como Acordos de Lusaka, T.3 e Zona Verde), estão entre os mais urbanizados e congestionados da grande Maputo. Khongolote, que foi escolhido como quarto bairro para este estudo, era originalmente rural nas suas características mas foi-se urbanizando rapidamente após as cheias de 2000, primeiro com o realojamento das vítimas das cheias vindas de outras partes da Matola e depois com pessoas de Maputo que deixam bairros nas partes centrais que consideram congestionados, dispendiosos e violentos. Como tal, Khongolote é representativo do que parece ser um importante movimento interno, partindo do centro da cidade de Maputo para a periferia de Maputo e Província de Maputo, com implicações consideráveis para o tecido sócio-económico do grande Maputo.⁷ Nas páginas seguintes, o foco principal será sobre a cidade de Maputo.

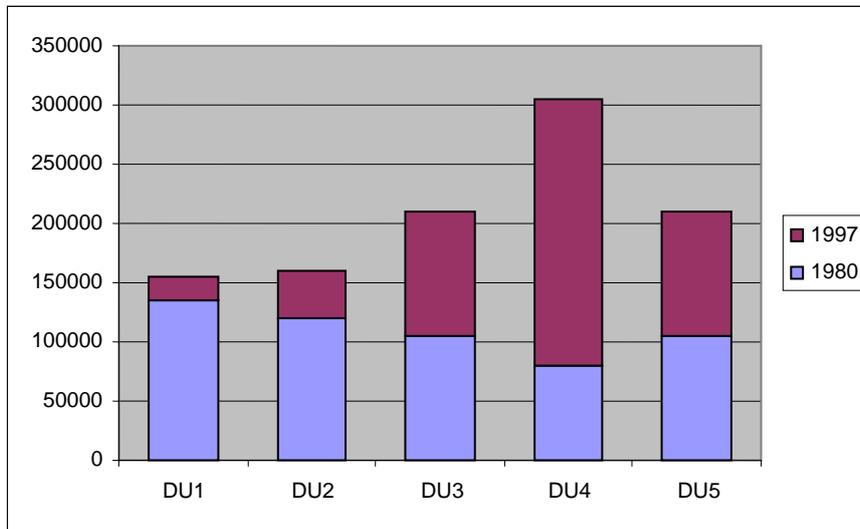
⁷ Dados muito preliminares do Recenseamento Nacional de 2007 parecem confirmar este aspecto, mostrando que a Cidade de Maputo cresceu 11,3% e a Província de Maputo 51,6% entre 1997 e 2007.

THE CITY OF MAPUTO



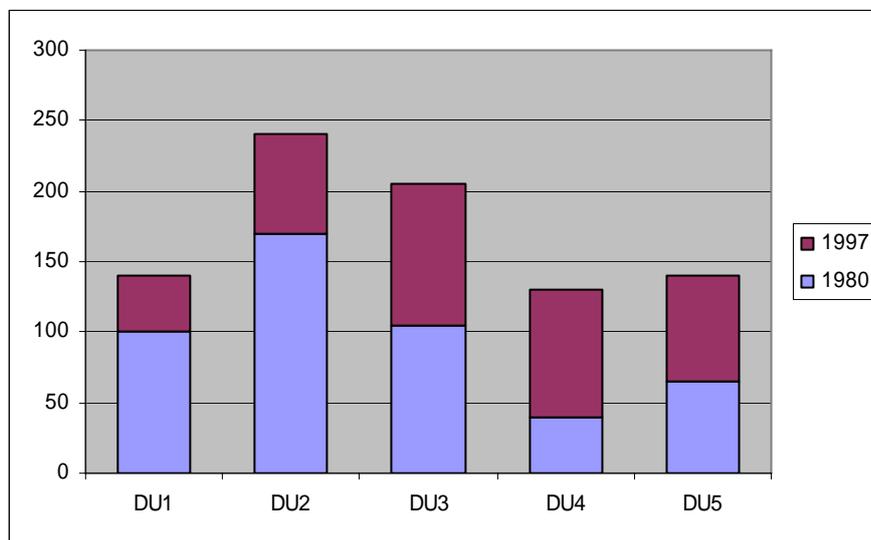
Distrito Urbano No.1	Distrito Urbano No.2	Distrito Urbano No.3	Distrito Urbano No.4	Distrito Urbano No.5
Central A	Aeroporto A	Mafalala	Mavalane A	Magoanine
Central B	Aeroporto B	Maxaquene A	Mavalane B	Zimpeto
Central C	Xipamanine	Maxaquene B	FPLM	Benfica
Alto Maé A	Micandjuine	Maxaquene C	Hulene A	George Dimitrov
Malhangalane A	Unidade 7	Maxaquene D	Hulene B	Luís Cabral
Malhangalane B	Chamacula A	Polana Caniço A	Ferroviário	Malhazine
Coop	Chamacula B	Polana Caniço B	Laulane	Nsalene
Polana Cimento A	Chamacula C	Urbanização	3 Fevereiro	Bagamoyo
Polana Cimento B	Chamacula D		Mahotas	Inhagoie
Sommerschild	Malanga		Albazine	
	Munhuana		Costa do Sol	

Figura 1: Aumento da população nos Distritos Urbanos de Maputo (DU) entre 1980 e 1997



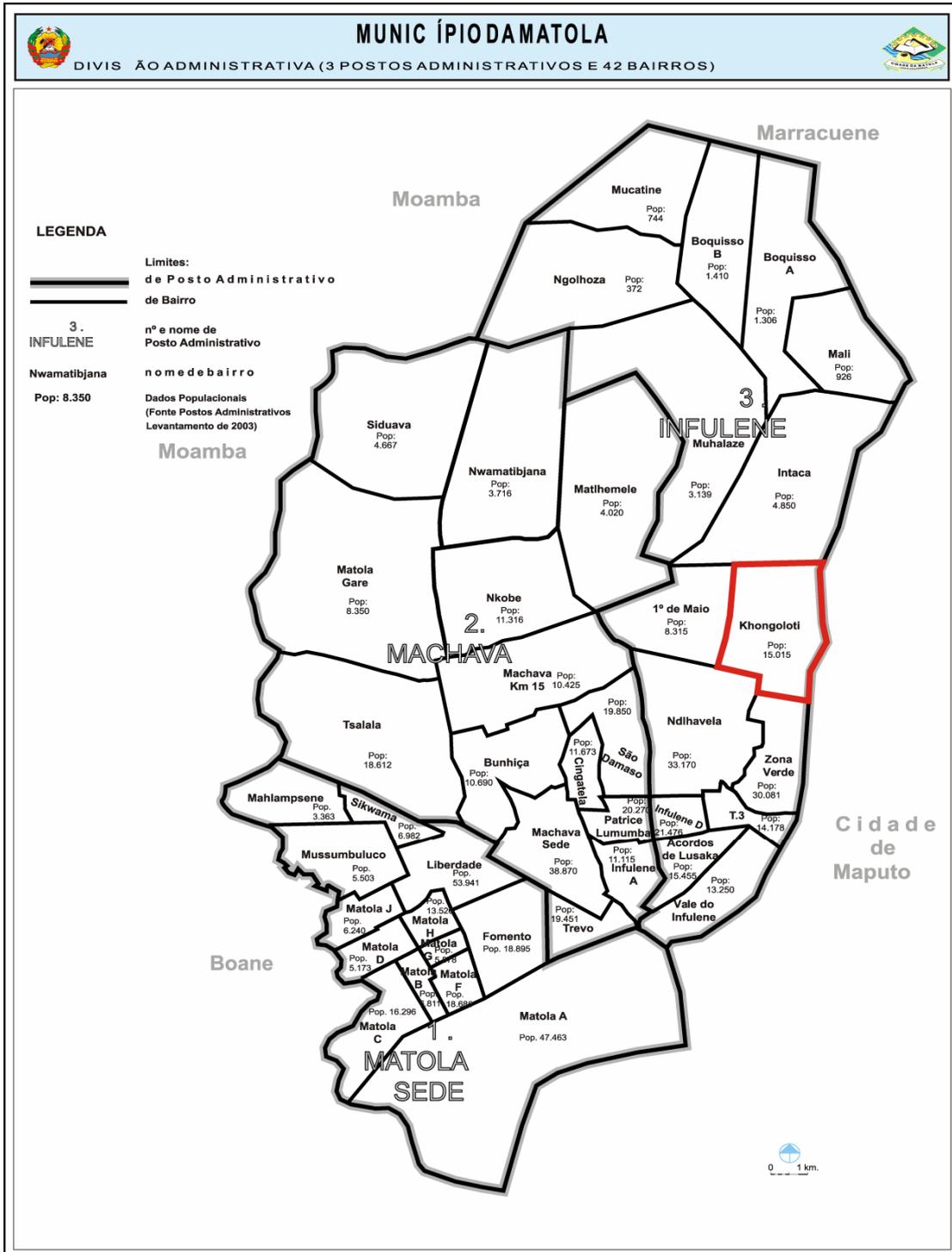
Fonte: Oppenheimer et al. 2001

Figura 2: Densidade populacional nos Distritos Urbanos de Maputo (DU) em 1980 e 1997



Fonte: Oppenheimer et al. 2001

Mapa 3: A Cidade da Matola e o campo de estudo no terreno



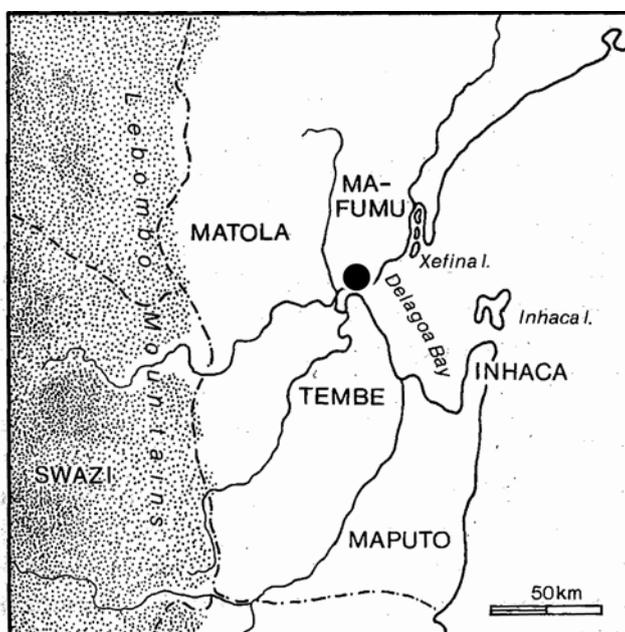
Fonte: CMMatola (2007)

3.1 Breve Historial de Maputo

A vida urbana era uma característica importante da sociedade Moçambicana durante séculos antes da chegada dos Portugueses. As principais fixações urbanas históricas tiveram lugar na Ilha de Moçambique, Sofala, Quelimane, Sena e Tete. Estas cinco cidades, aumentando a sua dimensão quando do seu encontro com os Portugueses e a sua cultura política urbana a partir do século XV, estão na origem de muito do desenvolvimento histórico de Moçambique até ao século XIX. A Ilha de Moçambique veio a ter uma particular importância como capital do estado colonial e como principal centro comercial (Newitt 1997).

Acredita-se que a Baía Delagoa (ver Mapa 4), onde está localizado o actual Maputo, foi habitada desde o século I AC mas não teve desenvolvimento urbano até à segunda metade do século XIX e recebeu o título de cidade apenas em 1876 (Jenkins 2000). A área foi originalmente povoada por grupos Tsonga patrilineares organizados em chefias tribais (regulados) como as de Maputo e Matola, que viviam em pequenas aldeias. A área central da cultura Tsonga consistia na Baía e nos vales férteis dos rios que nela desaguavam. A população era composta principalmente por proprietários de gado e agricultores, mas também caçava baleias que se reproduziam na baía e pescava em canoas próprias para o oceano. O poder político era exercido por chefes e patriarcas da linhagem dos proprietários de gado, sem maiores entidades políticas como no centro e norte do actual Moçambique (Newitt 1997).

Mapa 4. Baía Delagoa



Fonte: Adaptado de Newitt 1997

A região não foi totalmente explorada pelos Portugueses até 1540, quando as viagens de negócio de Lourenço Marques revelaram potencial de comércio, particularmente de marfim. Inicialmente, os Portugueses negociavam a partir de acampamentos semi-permanentes na Ilha da Inhaca, enviando barcos e negociando nas diversas vias fluviais e afluentes, cooperando principalmente com Inhaca e

Tembe, que desenvolveram os seus poderosos regulados à base deste comércio. Mais tarde, a Companhia Holandesa da Índia Oriental e negociantes privados ingleses envolveram-se no negócio do marfim, bem como no comércio de escravos, em expansão, com os Holandeses a estabelecerem em 1721, no actual Maputo, uma fixação permanente embora de curta duração. Os Portugueses fundaram o seu primeiro posto comercial permanente em 1781 e iniciaram três anos mais tarde a construção de um porto para o embarque de marfim e escravos, depois de mais de dois séculos de contacto.

A descoberta de ouro no Transvaal em 1880 e a construção de uma via ferroviária entre Johannesburg e Lourenço Marques em 1895 transformaram radicalmente a cidade e Lourenço Marques tornou-se em 1898 a capital do território Português. Os negociantes Ingleses e Sul Africanos, bem como os comerciantes Indianos, moveram-se para a capital e a população Africana na área da Baía Delagoa veio trabalhar nos caminhos de ferro e no porto de mar. O primeiro bairro a ser estabelecido pelos trabalhadores Africanos foi Xipamanine em 1919, seguido por Lagoa (agora Maxaquene) (Ferreira 1968). Simultaneamente, um número crescente de pessoas originárias do sul de Moçambique partiam como trabalhadores migrantes temporários para as minas na África do Sul, tendo o seu número atingido 91.000 em 1912. Estes desenvolvimentos alteraram radicalmente a estrutura sócio-cultural das comunidades Africanas em Maputo e o seu interior rural. As autoridades tradicionais e os chefes de linhagem perderam muita da sua influência, dado que os jovens tinham fontes alternativas de rendimento, deixando que a decisão da mudança fosse tomada pelos agregados familiares individuais. Em 1930, Lourenço Marques tinha uma população de 20.462, sendo igual o número de Europeus e Africanos, e tornara-se um lugar de “estrangeiros, trabalhadores Africanos e prostitutas” (Newitt 1995).

Com o estabelecimento do *Estado Novo* em 1930, o controlo de Lourenço Marques tornou-se mais rigoroso (Ferreira 1968). Foram introduzidos impostos e outros meios de controlar e gerir a força de trabalho, e a lei da caderneta indígena inibia outros, que não os trabalhadores, a fixarem-se na cidade, vendo-se estes obrigados a deixar para trás as suas famílias nas suas áreas rurais de origem. Os Africanos tornaram-se legalmente uma “raça inferior” com o *Regime do Indigenato* separando os “indígenas” dos supostamente Europeizados “assimilados”. Em 1940, a necessidade de mão de obra aumentou com o estabelecimento de um sector industrial limitado em Lourenço Marques. Isto conduziu a um rápido aumento de povoados na periferia urbana (então chamados *regedorias*) para os trabalhadores. Lourenço Marques ficou, deste modo, organizado em áreas separadas para Europeus, assimilados e “indígenas”, através de uma política formal de segregação que sistematicamente concedia direitos diferentes às pessoas consoante vivessem em cada zona.

Tabela 15: Aumento da população em Maputo

Ano	População
1940	74.000
1950	93.000
1960	181.000
1970	395.862
1980	755.300

Fonte: Jenkins 2000b

A população de Maputo aumentou continuamente desde 1940 (ver Tabela 15), particularmente com o abandono das políticas nacionalistas a partir de 1965, abrindo as portas ao investimento estrangeiro. Nessa altura, cerca de 88% da terra estava na posse de privados e 75% dessa mesma

terra estava nas mãos de 11 grandes proprietários (Jenkins 2000). Ao mesmo tempo, havia *de facto* um afrouxamento das rígidas políticas de migração, com um número crescente de agregados familiares e membros da família alargada mudando-se para a cidade. Enquanto a população na parte formal da cidade via algum crescimento, a maioria das pessoas que chegavam fixava-se nas áreas informais que eram efectivamente geridas por líderes tradicionais (*régulos*) “urbanizados” (Grest 1995). Na sua luta para manterem o controlo sobre o seu território colonial, os Portugueses investiram fortemente em infra-estruturas físicas e habitação no centro da cidade, ao mesmo tempo que deixavam intactos os povoados da periferia até à independência em 1975.⁸

Depois da independência, a capital renomeada Maputo continuou a crescer rapidamente. A população tinha atingido cerca de 755.000 indivíduos em 1980, pese embora o facto de um número estimado entre 100.000 e 200.000 residentes Portugueses terem abandonado a cidade. O novo governo da Frelimo, desenvolveu grandemente a estrutura política existente da cidade, com um presidente do município e um Conselho Executivo chefiado por pessoa de nomeação política, e nacionalizou as propriedades que formalmente pertenciam aos Portugueses. A terra urbana e a habitação tornaram-se formalmente propriedade do estado, com um sistema *de facto* de direito de usufruto transferível. Mais tarde, no pico do mercado, a terra e a habitação foram vendidas a empreendedores na forma de propriedade privada, frequentemente com o envolvimento da elite política e funcionários governamentais. Simultaneamente, o governo da Frelimo tentava melhorar a sua posição através do estabelecimento de assembleias e “grupos dinamizadores” ao nível dos bairros (Jenkins 2001).

Todavia, o novo governo experimentou sérias dificuldades com o colapso quase total dos serviços urbanos e do stock de habitações, depois da independência. A administração e o desenvolvimento de Maputo tornaram-se ainda mais difíceis com o novo influxo de pessoas que fugiam da guerra entre a Frelimo e o movimento nacionalista Renamo, nas áreas rurais, desde o início dos anos 1980, o que efectivamente fez aumentar a população. O Conselho Municipal da Frelimo tentou inicialmente travar a ocupação espontânea estabelecendo um “Programa Básico de Urbanização”, de forma a criar uma cintura residencial planeada à volta da cidade, mas contra demasiadas disputas administrativas e financeiras. Posteriormente, tentou regular o influxo através da introdução da *guia de marcha* e da forçada expulsão da cidade de pessoas “não produtivas”, durante a “Operação Produção” em 1984. Estas medidas também tiveram sucesso limitado para parar com a migração para as áreas informalmente povoadas da cidade.

A mais dramática alteração das condições sociais da população veio com os programas de ajustamento estrutural no fim dos anos 1980 (Abrahamson e Nilsson 1995). A combinação da redução de um grande número de funcionários públicos e do crescente custo de vida para a população urbana conduziu a um rápido crescimento da economia informal, bem como a uma “informalização” da economia formal. Estimara-se que a economia informal envolvesse 60% da força de trabalho do grande Maputo. Com a quebra das oportunidades de emprego formal e a carência de serviços urbanos como água e saneamento, degradaram-se as condições de vida nos povoados informais e cerca de 70% da população no grande Maputo foi definida como pobre em 1995 (Jenkins 2000).

Numa tentativa de contrariar estes desenvolvimentos e continuar a reforma estrutural, o governo embarcou num programa de reforma do governo local em meados dos anos 1990 (Oppenheimer e Raposo 2002). O objectivo era promover a descentralização financeira e administrativa e conceder uma maior autonomia de acção ao governo local em áreas chave como planeamento, infra-estrutura

⁸ Para um fascinante ponto de vista Português sobre o desenvolvimento de Maputo, ver A. Rita-Ferreira 1968: “Os Africanos de Lourenço Marques”. Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, Série C, Vol. 9, 1967/68.

física e serviços sociais. Esse objectivo foi tornado efectivo através do Pacote de Legislação Municipal (*Pacote Autárquico*) de 1997 e a subsequente primeira eleição municipal em 1998. Em Maputo, a eleição deu à Frelimo a maioria na Assembleia da Cidade, o cargo de Presidente e o controlo do Conselho Municipal. Contudo, apenas 10% do eleitorado votou, implicando uma confiança limitada no sistema eleitoral e representação política. Como veremos na próxima secção, os constrangimentos institucionais e financeiros continuaram a limitar as possibilidades de desenvolvimento urbano e redução da pobreza em Maputo.

Dentro destes desenvolvimentos gerais políticos e económicos, os diferentes bairros têm tido a sua própria história particular, como nos foi contada pelos seus líderes comunitários e anciãos. De facto, os quatro diferentes bairros em estudo têm histórias muito diferentes, bem como dinâmicas políticas, sócio-económicas e culturais. Estas dinâmicas são imediatamente distinguidas quando se entra nos bairros de lata: Mafalala, o mais próximo do centro da cidade, é denso e tenso com vias estreitas, uma mistura de velhos e novos edifícios e com gente constantemente a vir e a ir; Inhagoia, seguindo ao longo da Estrada Nacional Nº 1 para norte, dá-nos uma primeira impressão mais tranquila, mas está ainda congestionada e contém uma mistura de amplos caminhos sujos e trilhos apertados, casas e cabanas velhas e novas, e um grande espaço público no seu centro; Laulane, a noroeste do aeroporto é mais privado na sua expressão, com amplas ruas sujas e casas em lotes de terreno demarcados "ocultas" por sebes e muros; e finalmente, Khongolote, localizado na Matola ao lado da estrada nacional em direcção ao norte, parece ser um lugar por si próprio, com uma mistura de casas velhas e habitações rurais em terra agrícola, filas asseadas de casas como "caixas de fósforos" como se encontra nos bairros Sul Africanos, e grandes e resplandcentes casas em construção.

Ao contar a sua história através do exercício de histograma (ver Capítulo 1), as pessoas dos quatro bairros enfatizam a importância da transição da era colonial ("quando tínhamos trabalho mas não liberdade") para a independência ("quando tínhamos liberdade mas não trabalho") conforme alguém disse. Realçam também as grandes implicações da guerra a partir de 1983, nos casos de Mafalala, Inhagoia e Laulane porque a população rural veio para os seus bairros para junto de familiares ou amigos "onde quer que encontrassem espaço", e no caso de Khongolote porque as pessoas tiveram de fugir para o interior da cidade de Maputo em busca de protecção dado que "estávamos localizados no caminho exacto dos bandidos". E todos dão ênfase às grandes mudanças no fim dos anos 1980 e princípio dos anos 1990, quando tudo se tornou muito mais caro e as pessoas tinham de fazer "toda a espécie de trabalho" para sobreviver. Alguns enfatizaram também que este foi o período em que começaram a ver diferenças crescentes entre as pessoas, mencionando particularmente os bairros do Alto Maé, Polana Cimento e Coop (com o vizinho Sommerschild pertencendo aparentemente a um mundo diferente que não é para ser contado...).

Dois outros incidentes mais recentes foram também mencionados em todos os bairros, muito embora vejamos que estes foram diferentemente afectados por eles. Um foram as cheias em 2000, que destruíram casas, terrenos e estradas em muitas partes de Maputo e Matola e causaram muitas mortes. O segundo foram as explosões no Depósito Militar de Malhazine em 1987 e 2007, tendo a última tido lugar apenas três meses antes do nosso trabalho de campo e morto algumas pessoas em dois dos bairros. Ambos os incidentes, conforme argumentou Leslie Bank (2001) para os incêndios devastadores que ocorrem em áreas urbanas pobres na África do Sul, aparentemente fazem com que "as pessoas acreditem na sua própria ineficácia e medo, [encorajando-as] a ser fatalistas e desesperadas e a verem o ambiente urbano como inseguro, instável e violento".

Olhando mais especificamente para a história da Mafalala, os líderes e anciãos da comunidade que tomam parte no exercício de histograma, construíram a sua história à volta dos seguintes pontos principais: "Durante o período colonial os residentes tinham cartões de saúde e não pagavam nos hospitais. Quando as pessoas cometiam pequenos crimes não eram presas mas tinham de prestar

serviço à comunidade. As mobílias eram baratas e toda a gente podia ter móveis nas suas casas. Os pobres eram reconhecidos e respeitados. As viúvas recebiam alimentos e vestuário. 1955: As condições eram boas no bairro graças à igreja da Munhuana, que ajudava os pobres. 1965: As cheias destruíram muitas casas. 1967: Havia pouco dinheiro mas era suficiente para sustentar uma família. 1973: As cheias destruíram casas e as luzes das ruas. 1975: A população recebeu cartões de racionamento alimentar (cartões de abastecimento), mas não havia alimentos suficientes. 1977: A população do bairro divertiu-se com danças como *xigubo*, *makwaela* e *ngalanga*. 1983: Não havia comida e [o governo] iniciou a campanha de evacuação (operação produção). 1986: Foram trazidos refrigerantes para os líderes comunitários (chefes de quarteirão) por serem observadores (vigilantes) do que acontecia na comunidade. 2000: As cheias destruíram as casas e trouxeram muitos mosquitos [e doenças]. 2002: O governo reabilitou três escolas primárias. 2005: O Município construiu sistemas de drenagem [para retirar a água das casas]. 2006: O Município reparou e prolongou a rua principal do bairro. As casas [tiveram de ser] destruídas. Umhas pessoas receberam compensação. Outras não”.

A história ajuda-nos pois a explicar Maputo e os seus bairros, como espaço político e geográfico, e são também as experiências vividas pelas pessoas do bairro que importam para as suas identidades e relações sociais no mundo contemporâneo.

3.2 Administração e Economia da Cidade

O órgão legislativo na cidade de Maputo é composto por uma Assembleia Municipal eleita. A assembleia tem um presidente indicado pelo partido maioritário, que actualmente é a Frelimo com 48 representantes num total de 61 (ver Capítulo 2). Outros partidos representados são a Renamo com 8 representantes e o movimento de cidadãos Juntos Pela Cidade (JPC) com 5 representantes. O ramo legal e judicial do município inclui tribunais e a polícia municipal, ambos numa posição intermédia entre instituições similares a nível nacional e comunitário (ver abaixo).

A parte executiva da administração de Maputo é chefiada por um presidente municipal eleito (Presidente do Conselho Municipal), que designa 16 membros (vereadores) de um conselho executivo (Conselho Municipal). O actual presidente, Sr. Eneas Comiche, recebeu 75% dos votos na última eleição para presidente do município em 2003. Os vereadores estão divididos em dois grupos, constituídos respectivamente por pessoal designado e conselheiros eleitos. O primeiro grupo tem a responsabilidade de áreas específicas de competência (i.e. finanças, recursos humanos, ambiente e planeamento urbano, infra-estruturas, actividades económicas, mercados, saúde e educação), enquanto os membros do segundo grupo chefiam cada um dos sete Distritos Urbanos, incluindo a predominantemente rural Catembe e a Ilha da Inhaca. Cada um dos distritos urbanos tem o seu próprio escritório, localizado no distrito em causa. Os escritórios variam na sua construção e número de pessoal, encontram-se geralmente em fracas condições e têm falta de equipamento básico de escritório. Para além disto, como poderemos ver, os referidos escritórios têm recursos económicos muito limitados para qualquer tipo de investimento e parecem encontrar-se num vácuo entre a administração municipal central e os níveis administrativos mais baixos, com estes a estarem em contacto mais directo com a população e na “linha da frente” do estado.

Abaixo dos níveis municipais central e distrital, cada bairro tem um Secretário de Bairro (apontado *de facto* pelo partido), normalmente com um assistente (Secretário Adjunto) e uma pessoa em funções de apoio. Nenhum destes é actualmente pago pelo estado, muito embora haja provisão para isso na nova Lei do Governo Local; eles estão empregados em qualquer outra parte e/ou recebem apoio por meio de contribuições recebidas do público que usa os seus serviços. Cada bairro é ainda subdividido em quarteirões de 50 a 100 agregados familiares. Os chefes de quarteirão são em princípio eleitos pelas pessoas da sua área, mas frequentemente são designados pelo Secretário do

bairro, que procura pessoas com quem possa trabalhar e que tenham boas relações com a população. Embora a maioria destas sejam homens, há também mulheres que ocupam essas posições. O nível administrativo mais baixo é o Chefe de Dez Casas, mas parece-nos que estes ou não foram designados ou estão inactivos em alguns bairros. Ao nível de bairro os recursos disponíveis para intervenções de desenvolvimento são muito limitados, e a função principal das instituições comunitárias parece ser a mobilização popular, registar as pessoas que entram e saem do bairro, emitir documentos de identidade que as pessoas necessitam relacionados com qualquer serviço público e cobrar impostos municipais.

Não são claras as fronteiras nos bairros entre o estado e o Partido, como indica o facto de os secretários do bairro serem sempre membros do partido Frelimo. Alguns bairros mantêm também um nível intermédio de células, que provém da história política do partido Frelimo. Finalmente, os funcionários dos escritórios, a todos os níveis, são utilizados na mobilização dos residentes na comunidade no que diz respeito a manifestações políticas. De facto, o escritório do secretário do bairro alberga frequentemente um membro do partido Frelimo, que pode aí trabalhar numa base regular. É nossa impressão que nem os funcionários do escritório nem os representantes do partido (que em alguns casos são uma e a mesma pessoa) vêem isto como um potencial conflito de interesses, o que realça a necessidade de uma mais clara definição de papéis e responsabilidades, de modo a melhorar a eficiência e responsabilidade e reduzir o favoritismo ou exclusão políticos na prestação de serviços com base na filiação política.

A Assembleia Municipal aprovou recentemente (Outubro de 2006) um vasto Programa de Desenvolvimento Municipal, para ser implementado pelo Conselho da Cidade de Maputo ao longo de um período de dez anos e financiado por um crédito do Banco Mundial de 30 milhões de USD e meios adicionais de outros doadores e do próprio Município (Banco Mundial 2006). Isto pode ter implicações consideráveis para a futura estrutura administrativa da cidade de Maputo. Um objectivo é reavaliar as estruturas política e administrativa existentes, a fim de reduzir quaisquer ambiguidades nos seus relacionamentos. Um segundo objectivo é assegurar financiamento para o desenvolvimento da cidade através da melhoria da base para geração de receitas.⁹ Estima-se que apenas 5% do total das propriedades na cidade sejam actualmente taxadas, e o Município carece de ferramentas para aumentar os impostos e taxas sobre a terra, água e electricidade, que são normalmente os principais geradores de receitas para os governos municipais Africanos (Fjeldstad 2006).

De acordo com o Pacote de Legislação Municipal de 1997, Maputo tem poderes autónomos e é responsável pelo uso da terra, licenciamento da habitação e construção, serviços básicos de água e saneamento, estradas urbanas, gestão de resíduos sólidos, ambiente e segurança municipal. Conforme mencionado no capítulo 2, pretende-se também que os municípios controlem mais funções à medida que melhorem as suas capacidades e base financeira, incluindo a educação primária e os cuidados de saúde. Alguns destes serviços devem ser providenciados em conjunto com órgãos estatais. Na prática, porém, Maputo permanece muito fraco em termos de recursos humanos e financeiros, o que dificulta seriamente a sua capacidade para desenvolver a cidade.¹⁰ Em 2005, apenas 1,5% dos 2.500 funcionários no Conselho da Cidade de Maputo tinha nível superior de educação e somente 7% tinha formação técnica. Além disso, em 2005, o orçamento total para a

⁹ O projecto foi criticado por favorecer o "produto" sobre "processo" (Jenkins 2005), com isso pondo em perigo as bases institucional, administrativa, económica e técnica para a sua implementação, bem como a base política para a tomada de acções potencialmente impopulares, como seja o aumento da base do imposto local.

¹⁰ De acordo com o Banco Mundial (2006), os municípios gastam uma média de 5 USD anuais per capita, comparados com uma média de 15 USD per capita na África Sub-sahariana.

cidade de Maputo montava a apenas 6 USD per capita.¹¹ O orçamento para 2007, resumido na Tabela 16 abaixo, totaliza 278 milhões de MTn. Não obstante partilhar um perfil de pobreza similar ao do resto do país, Maputo tem tido um apoio limitado por parte dos doadores, sendo o Banco Mundial o principal parceiro de desenvolvimento através do Programa de Desenvolvimento Municipal de Maputo, com apoio adicional da GTZ, SDC e Danida (Banco Mundial 2006).

Tabela 16. *Resumo do Orçamento para a Cidade de Maputo, 2007*

Item	Custo (MTn)
Despesas com pessoal	147.500.000
Bens e serviços	58.685.713
Transferências correntes	550.000
Outras despesas correntes	69.270.100
Despesas anteriores (do ano anterior)	3.994.187

Fonte: MMMaputo (2006)

A situação económica do Município de Maputo torna-o totalmente dependente do estado e dos doadores em relação aos custos correntes e investimento nas áreas chave mencionadas acima, muito embora elas sejam formalmente da responsabilidade do Município. A área de responsabilidade municipal, actualmente com o impacto potencialmente mais importante sobre a pobreza, é o sistema de distribuição de terra e a habitação (NU-Habitat 2005). A segurança de posse é vital para ter terra para construir uma casa, bem como para segurança económica e como colateral. A constituição Moçambicana estipula que a terra é propriedade do estado, e a Lei da Terra de 1997 define três categorias principais de posse: posse consuetudinária, ocupação de boa fé e direitos de uso formais. Na prática, todavia, os mecanismos informais são de longe os meios mais importantes para acesso à terra para habitação em Maputo, e também para lotes de terreno formalmente planificados e demarcados. Estes mecanismos incluem distribuições aos níveis locais da administração da cidade, herança e cedência dentro das famílias, permuta, ocupação directa e compra privada.

Ao contrário da terra, a habitação pode constituir propriedade privada. A propriedade de uma casa que obedeça aos regulamentos de construção e outras autorizações adquire a forma de um direito de propriedade livre para a construção ligado a um direito de arrendamento da terra. A propriedade de habitação informal (i.e. casas que estão em conflito com os planos de uso da terra ou que não estão de acordo com os regulamentos de construção) é geralmente demonstrada por uma declaração escrita confirmando a ocupação, passada pela autoridade comunitária (i.e. o secretário do bairro) (NU-Habitat 2005). Embora os ocupantes dos bairros de Maputo pareçam ter actualmente uma relativa segurança de posse e sejam raros os despejos, embora tenham acontecido recentemente em pelo menos dois dos quatro bairros em estudo, o aumento da escassez de terra pode realçar a necessidade de uma formalização dos direitos de terra que sejam válidos em caso de disputa.

Preparando-se para um papel mais activo, o Conselho da Cidade de Maputo levou a efeito dois exercícios de recolha de dados e informação de modo a melhorar a base de informação para o planeamento municipal. Um dos exercícios é um Estudo do Cartão de Cidadão (CCRC), de carácter consultivo o qual fornece informação sobre a cobertura de serviços por distrito. O segundo é um exercício preliminar de mapeamento da pobreza que usa múltiplas fontes de dados para elaborar um quadro de pobreza e desigualdade relativas na prestação de serviços através dos distritos municipais (Banco Mundial 2006). Os estudos revelam que cerca de 62% dos residentes em Maputo vivem em habitação temporária/instável; 58% não têm acesso a um sistema de tratamento de águas sujas; 42%

¹¹ Dentro dos constrangimentos orçamentais existentes, o Município tomou algumas iniciativas importantes. Uma iniciativa recente é a mudança do principal mercado grossista que serve o sector informal em Maputo, da Malanga para o Zimpeto, e a subsequente melhoria das condições no novo local (ver Capítulo 5).

não têm acesso a água potável canalizada, dentro ou fora da sua habitação; 85% vivem em áreas onde não há sistema de drenagem das águas pluviais; e 74% não beneficiam de recolha regular de resíduos sólidos. Os estudos mostram também que os serviços urbanos variam consideravelmente entre si dentro dos diferentes distritos urbanos em Maputo.

Embora estes números possam parecer favoráveis quando comparados com outras províncias e municípios em Moçambique, as implicações da insuficiência de infra-estrutura física são graves em termos de ambiente imediato das pessoas num contexto de bairros densamente povoados. Estradas e passeios deteriorados, fraca drenagem, saneamento doméstico e destruição de lixo inadequados e erosão generalizada do habitat natural tornam parte de muitos bairros perigosos e insalubres, como indica o facto de muita gente viver em áreas em risco de deslizamento (como na Polana Caniço) e de a cólera se espalhar repetidamente em alguns dos bairros mais congestionados (como Mafalala). Grandes áreas que foram evacuadas durante as cheias em 2000 e consideradas impróprias para fixação foram também repovoadas (por exemplo na Luís Cabral) por pessoas que acharam difícil viver nas áreas de fixação peri-urbanas.

No que respeita a escolas e unidades de saúde, a Tabela 17 abaixo apresenta dados disponíveis sobre os cinco Distritos Urbanos de Maputo e o Distrito de Fulane (no qual Khongolote se situa) em Junho de 2007. Três dos distritos não puderam fornecer a informação. Não obstante a relativamente boa cobertura em termos de número e disponibilidade dessas instituições, os dados do INE e do Ministério da Educação indicam, por exemplo, que as escolas em Maputo têm um rácio aluno-professor tão elevado como 65 para 1, o que está próximo da média nacional. De acordo com o Banco Mundial (2007), as unidades de saúde em Maputo estão também ainda mal orientadas para os mais pobres. Ambos os tipos de instituição sofrem também de custos encobertos cobrados aos seus utilizadores.

Tabela 17. *Infra-estrutura social*

INSTITUIÇÃO	DU 1	DU 2	DU 3	DU 4	DU 5	FULANE
Escolas Primárias (EP 1)	n.a	n.a	n.a	17	10	14
Escolas Primárias (EP 2)	n.a	n.a	n.a	9	15	9
Escolas Secundárias	n.a	n.a	n.a	3	3	2
Escolas Privadas (prim/sec)	n.a	n.a	n.a	8	3	1
Hospital	n.a	n.a	n.a	1	-	1
Centros de Saúde	n.a	n.a	n.a	2	2	2
Postos de Saúde	n.a	n.a	n.a	-	2	1

Fonte: Escritórios dos Distritos Urbanos relevantes

Em resumo, os desafios para a cidade de Maputo são enormes. O Conselho da Cidade de Maputo desenvolveu uma declaração de missão para o desenvolvimento da cidade nos próximos anos que diz: "Conduzir o processo de melhorar a qualidade de vida dos munícipes, criando um ambiente conducente ao investimento e à criação de emprego através de uma melhor prestação de serviços e através da mobilização dos cidadãos e da acção coordenada entre os diversos actores". Um observador de Maputo desde há muito exprimiu os muitos desafios da cidade, para atingir esta meta, nos seguintes termos (Jenkins 2000):

- A tendência para o crescimento da população e elevados níveis de pobreza
- Uma fraca base económica, resultando num elevado subemprego formal
- Limitações na estrutura de emprego informal
- Um grande desequilíbrio na qualidade de habitação e acesso a infra-estruturas
- Falta de racionalização dos serviços de transporte público e privado
- Ocupação espontânea generalizada e distribuição informal de terra
- Riscos para a saúde em áreas de ocupação densa não planeada e de longa duração
- Crescentes problemas ambientais numa larga variedade de aspectos
- Fraca capacidade institucional, administrativa e legislativa
- Divisão do grande Maputo em duas autoridades locais distintas
- Um mandato político limitado com baixa afluência às eleições municipais¹²

3.3 Os *Bairros* Enquanto Comunidades

Nesta secção, avaliaremos os desafios administrativos e económicos em Maputo do ponto de vista da população em bairros individuais. Todos os bairros na cidade têm as suas próprias características e dinâmicas. Em antropologia, a noção de “comunidade” tem desde há muito sido desacreditada em relação aos processos de globalização e aos constantes movimentos de pessoas e mercadorias no mundo contemporâneo. Todavia, Ortner (1997) argumentou que vale a pena manter a noção de comunidade, desde que não identifique o conceito com harmonia e coesão, nem imaginemos que a única forma de comunidade é um grupo de pessoas em um lugar. A importância dos estudos sobre comunidades, afirma ela, “[é] que eles têm a virtude de tratar as pessoas como seres humanos contextualizados. Retratam a densidade da vida das pessoas, o facto de que as pessoas vivem num mundo de relações, bem como um mundo de forças abstractas e imagens desencarnadas”.

As instituições e indivíduos que as pessoas nos bairros definiram como importantes para elas, através do exercício de mapeamento (ver Capítulo 1), estão grandemente confinadas à sua própria comunidade mais próxima e não à cidade em geral. Muito embora as pessoas deixem as suas comunidades para trabalhar, comprar ou vender nos mercados, para visitar familiares e amigos ou para outros fins, o seu ponto de referência é o seu próprio bairro: as pessoas que se reúnem fora dos seus bairros rapidamente se identificam entre elas pela área de residência. De facto, a nossa impressão é que há um senso muito forte de comunidade nos bairros onde trabalhamos. Isto relaciona-se com condições socioculturais mais subtis, como áreas rurais de origem comuns (“terra de origem”) e história urbana, bem como com características contemporâneas relacionadas com lugar e espaço. De início, dá um sentimento positivo de pertença, mas pode também trazer um estigma negativo que inibe o estabelecimento de relações vitais, por exemplo de emprego. As pessoas em Mafalala, em particular, contaram-nos como tentam evitar revelar que vivem naquele bairro quando procuram trabalho, já que ele é frequentemente associado com pobreza, doença, crime e desassossego.

A maioria dos bairros mais centrais de Maputo (incluindo Mafalala e Inhagoia) são congestionados e febris, com casas superpovoadas, passeios estreitos e cheios de pequenas lojas, mercados, vendedores, oficinas de reparações, bares e outras instituições, todos contribuindo para o que Hansen (1997) chamou “viver amontoado”. As pessoas vão e vêm constantemente, e há um grande

¹² A importância de lidar com estas questões é amplamente demonstrada pelo caso de Luanda em Angola, que é uma cidade próxima do colapso total. A larga maioria dos 4-5 milhões de habitantes da cidade vive em bairros superpovoados ou *musseques*; o trânsito está em vias de estrangular a cidade; e a quase total ausência de serviços básicos urbanos contribui para uma das mais altas taxas de mortalidade infantil a nível mundial, próxima dos 30% (Robson e Roque 2001; Cain 2007). Para “resolver” os problemas (pelo menos para a elite), existem actualmente planos concretos para a construção de uma capital totalmente nova a 40 quilómetros do centro da cidade de Luanda.

número de “estranhos” que alugam casas ou quartos por curtos períodos de tempo para fazerem negócios no centro da cidade. Isto tem implicações para o sentimento de pertença e segurança das pessoas, e muitos contaram-nos que acham cada vez mais difícil relacionarem-se com pessoas fora da vizinhança mais próxima (normalmente o quarteirão) numa situação em que não sabem quem é a maioria das pessoas no seu bairro. A escuridão nocturna devida à deficiente iluminação do espaço público inibe ainda mais os encontros e os relacionamentos.¹³

Nos bairros peri-urbanos menos densos e tensos (como Laulane), há mais espaço, uma população mais estável e menos movimento de estranhos entrando e saindo da comunidade. Mas ao mesmo tempo a vida na comunidade parece mais “privatizada” e fragmentada, como exemplificado pela cuidadosa demarcação e muros dos talhões e pela diligência com que as pessoas varrem e cuidam dos seus pátios. Enquanto os bairros centrais estão cheios de gente durante o dia, bairros como Laulane, com menos actividades comerciais e movimentos, estão mais vazios. As crianças vão para a escola e alguns idosos e adultos que não estão em posição de trabalhar ficam para trás, mas a maioria sai cedo pela manhã para o trabalho ou à procura de emprego, vender ou comprar comida e outros produtos na cidade, só regressando a casa pelo fim da tarde quando o bairro escurece e o movimento é restrito temendo o crime.

Por último, alguns dos bairros mais periféricos com características próximas do rural (como Khongolote) estão actualmente a passar por mudanças dramáticas como comunidades. Com uma mistura da população rural original, que viu usurpada muita da sua terra agrícola, recém-chegados em melhor situação vindos dos bairros centrais que se tornaram demasiado populosos, e recém-chegados pobres que se fixam em áreas onde pedaços de terra são ainda relativamente baratos, há indicações de comunidades crescentemente divididas. Em Khongolote esta divisão é claramente visível nas características da vizinhança em termos de habitação e uso da terra, bem como na existência de escolas e unidades sanitárias separadas, públicas e privadas. Aqui, a relação com a cidade também separa os pobres dos menos pobres: a viagem para o centro da cidade é dispendiosa e pode levar até duas horas nas horas de ponta, deixando os mais pobres sem meios de transporte e com a opção de fazerem os seus negócios no próprio bairro, onde os clientes são poucos e muito espaçados e os preços são baixos.

Passando para as percepções da comunidade sobre a relevância e importância das instituições comunitárias, o exercício de mapeamento (ver Capítulo 1) confirmou o significado dado às instituições próximas ou dentro dos bairros. Instituições sociais como escolas, centros de saúde e “farmácias” e serviços urbanos como água, recolha de lixo e transporte, foram realçados em todas as quatro comunidades. Ao mesmo tempo, foi defendido que eles não são para todas as pessoas porque envolvem despesas que nem todos podem suportar. Os mercados comunitários foram também realçados como importantes em todas as comunidades, mas as pessoas queixavam-se do alto nível dos preços comparado com os grandes mercados como Xipamanine e Chamanculo. Foi dada uma ênfase considerável às igrejas e mesquitas nos quatro bairros, como lugares onde se procura conforto bem como uma possível fonte de apoio em tempos de crise. Os locais de bebida eram vistos como talvez as mais destrutivas instituições comunitárias. Alguns deles são bares que vendem cerveja “verdadeira”, vinhos e licores, mas a maioria são lugares de bebida informais ou barracas que vendem principalmente bebidas caseiras fermentadas (como tontonto e nipa). O uso de álcool e drogas é visto como dando origem a problemas tanto na comunidade como nos agregados familiares, e está estreitamente associado com o que é entendido como uma alta taxa de

¹³ Numa pesquisa confessadamente não científica, cinco condutores de táxi escolhidos aleatoriamente em Maputo definiram a Mafalala, Xipamanine e Chamanculo como os três bairros para os quais se sentem mais relutantes em levar passageiros à noite...

criminalidade nas comunidades.¹⁴ Talvez como reflexo de uma situação geral de pobreza e insegurança e da saudade de uma ordem rural, três das quatro comunidades estavam, finalmente, preocupadas com a possibilidade do fortalecimento do papel dos líderes tradicionais ou régulos.

Olhando mais de perto o mapeamento das instituições centrais e indivíduos em Mafalala (ver Anexo 4), o foco era também aqui no bairro e não a cidade em geral. De facto, as fronteiras do bairro eram vistas como particularmente significativas para acesso às unidades de saúde: todos os centros de saúde relevantes estão localizados fora da Mafalala, com o posto de saúde mais próximo na Urbanização, o centro de saúde mais próximo em Malhangalane e o hospital mais próximo em Mavalane. As pessoas queixavam-se que, como pertenciam a outro bairro, eram frequentemente mandadas embora destes. A principal alternativa que era vista era o posto de saúde pertencente à Assembleia de Deus, que tinha começado recentemente a aceitar não-membros porque “eles não recebem o suficiente dos membros”. A Mafalala tem também quatro escolas primárias “que são importantes porque ficam perto”. Embora os pais tenham grandes ambições para os seus filhos (“É importante que as crianças vão à escola porque podem tornar-se doutores e engenheiros e podem ajudar-nos”), os professores queixam-se que muitas crianças vêm muitas vezes mal preparadas de casa em termos de comida, roupas e condições para estudar. Uma escola listou 30% de crianças de tal modo vulneráveis que precisavam de cuidados e atenções especiais.

Outras instituições consideradas importantes na Mafalala eram a farmácia (“mas os medicamentos são mais caros do que no hospital”) e os mercados locais (“[] são mais caros do que em Xipamanine e Fajardo, mas importantes porque ficam perto e nós compramos aí principalmente matapa, arroz, açúcar, feijão, batatas e peixe”). Algumas lojas vendem carne e frangos mas essas “são mais para as pessoas ricas”. Também na Mafalala as mesquitas e igrejas são vistas como muito importantes, não apenas porque é “importante rezar” mas também porque dão ajuda: “Na altura do jejum as mesquitas oferecem arroz, açúcar e roupa. As igrejas começaram também a seguir o exemplo das mesquitas, dando roupa também”. Uma outra instituição religiosa mencionada é o Centro dos Idosos da igreja de Munhuana, que ajuda os idosos que nada têm fornecendo comida e sabão. As Irmãs visitam os idosos que não têm família ou outras relações e cozinham para eles. Finalmente, dois indivíduos foram mencionados como o orgulho do bairro. Um era Lázaro Mathe, que “vive no bairro mas é agora o Governador de Cabo Delgado”. E o outro era o Eusébio, “que também nasceu no bairro, e foi a primeira estrela futebolística internacional da Mafalala”. Talvez não por coincidência, o campo de futebol da Mafalala foi especificamente realçado: “As crianças brincam no campo e os adultos jogam futebol. Nós jogamos aos sábados às duas da tarde. Até há pessoas que vêm de Chamanculo para jogar”.

Há, pois, diversas instituições económicas e sociais que são relevantes para a vida diária das comunidades e pessoas do bairro – muito embora algumas sejam principalmente “para gente com dinheiro”. Significativamente, ninguém referiu os edifícios do Município na parte central da cidade, do escritório da administração do Distrito Urbano ou do escritório do Secretário do Bairro. Embora as pessoas estejam cientes destas instituições e tenham expectativas acerca delas (ver Capítulo 6), actualmente não as consideram importantes para a sua comunidade e para a sua vida diária, já que não são vistas como ajuda em termos materiais. São principalmente vistas como representantes do estado e do Partido, e têm tarefas administrativas. O escritório do Secretário do Bairro (estando em mais directo contacto com a população) convoca reuniões públicas, mensagens das instituições governamentais são afixadas nas paredes do escritório, e organiza celebrações públicas dos feriados nacionais. As pessoas vão também ao Secretário do Bairro para se registarem quando se mudam para a área, e para obterem confirmações escritas do seu nome e morada que são necessárias em

¹⁴ O abuso da droga entre os mais novos foi repetidamente mencionado como um problema, mas não atribuído a instituições específicas, como foi o abuso do álcool. De acordo com uma velha senhora, o problema com drogas é que “nós não sabemos quem eles [i.e. os vendedores] são”.

muitas repartições públicas. A falta de recursos foi ilustrada quando do nosso trabalho de campo: pilhas de roupa em segunda mão dadas por pessoas da Mafalala às vítimas das cheias em Gaza no início de 2007 estavam ainda no edifício porque “o governo não tem dinheiro para as transportar até às pessoas que delas precisam”, conforme nos contaram.

Resumindo o nosso estudo por meio de uma tabela (Tabela 18), o principal problema enfrentado pelas comunidades é a questão do desemprego, que é visto como a principal razão da pobreza e vulnerabilidade. O segundo problema é a criminalidade, que está estreitamente ligada ao problema do desemprego e realça a questão da insegurança quanto às vidas e bens nas comunidades urbanas congestionadas. As pessoas enfatizam também a importância do acesso a infra-estruturas físicas (habitação, água, saneamento) e instituições sociais de saúde e educação, mas do ponto de vista das comunidades emprego e rendimento são o principal problema, dado que também ajudam a resolver alguns dos outros problemas num contexto onde praticamente tudo custa dinheiro. No capítulo seguinte, olharemos mais explicitamente para as características sócio-económicas dos agregados familiares e indivíduos nos quatro bairros em estudo, com especial referência à pesquisa realizada para este estudo (ver Anexo 3).

Tabela 18: Principais problemas nos bairros (em percentagem)

Problema	HCAF	MCAF	Total
Desemprego	34,2	38,6	35,8
Criminalidade	23,7	22,7	23,3
Água	9,2	9,1	9,2
Saúde	7,9	11,4	9,2
Saneamento	7,9	2,3	5,8
Educação	2,6	4,5	3,3
Habitação	1,3	2,3	1,7
Outro *	13,2	9,1	11,7
Total	100,0	100,0	100,0

4. Determinantes Sócio-Económicas da Pobreza

A nossa incidência neste capítulo é sobre o agregado familiar como unidade sócio-económica e de tomada de decisões, e sobre determinantes chave da pobreza e bem estar do agregado familiar. Desejamos averiguar até que ponto as expressões quantitativas de pobreza em Maputo, identificadas pelo INE (2004) e descritas no Capítulo 3, são representativas dos quatro bairros de Mafalala, Inhagoia, Laulane e Khongolote, e estabelecer os padrões quantitativos e regularidades contra os quais pode ser medida a análise qualitativa no Capítulo 5.

Os anos recentes viram grandes alterações na análise antropológica do agregado familiar (Moore 1994; Moser 2006). Uma é a mudança da percepção do agregado familiar como uma unidade confinada a uma visão que acentua a sua permeabilidade na forma e na estrutura. A segunda é uma mudança do entendimento do agregado familiar como uma unidade social mobilizada à volta de interesses comuns, para uma compreensão do agregado familiar como um lugar de interesses e obrigações em competição, particularmente relacionados com género e idade. Como consequência da primeira mudança, as relações intra-agregados familiares são agora vistas como significativamente afectadas pelos processos político, económico e social fora do agregado familiar; e, como consequência da segunda, esses processos são entendidos como afectando por diversas formas os membros individuais de um agregado familiar. Um resultado fundamental do nosso estudo é a complexidade e composição variável dos agregados familiares nos quatro bairros em estudo, e a necessidade de as tomar em consideração para compreender a dinâmica da pobreza e as estratégias de sobrevivência dos pobres.

As determinantes chave da pobreza para Moçambique no seu todo foram definidas como i) altos níveis de dependência dentro do agregado familiar; ii) um baixo nível de educação dentro do agregado familiar; iii) fraca diversificação de emprego e rendimento dentro do agregado familiar; iv) fracos retornos da agricultura e indústria, comparados com o comércio e serviços; e v) o sexo do chefe do agregado familiar (INE 2004, ver também Maximiano et al. 2005). O nosso estudo apoia em grande parte a importância destes factores, muito embora as nossas constatações revelem também características particulares e interligações dos agregados familiares nos quatro bairros. Realçamos também factores adicionais como importantes para a compreensão das dinâmicas da pobreza nas áreas em estudo, incluindo i) a configuração económica e sócio-cultural dos bairros como comunidades, ii) a importância do dinheiro nas relações sociais da pobreza e bem-estar, ii) acesso à terra, habitação e serviços urbanos, e iv) a extensão e natureza das ligações e relações urbano-rurais.

O capítulo baseia-se na pesquisa realizada para este estudo (ver Anexo 2). Para fins comparativos é bastante similar à pesquisa usada no nosso estudo das relações sociais da pobreza rural em Nampula (Tvedten, Paulo e Rosário 2006), mas foi ajustada para um contexto urbano principalmente substituindo algumas das questões sobre agricultura por questões sobre a economia informal como fonte central de emprego e rendimento.

4.1 Composição e Dependências do Agregado Familiar

O Inquérito Nacional aos Agregados Familiares e o Recenseamento em curso definiram o agregado familiar como “pessoas vivendo debaixo do mesmo tecto e comendo da mesma panela” (INE 2004, 2007). Para os fins do nosso estudo, no qual não predeterminámos a definição do agregado familiar mas antes deixámos que ela reflectisse as percepções das próprias pessoas, concluímos que a definição usada pelo INE não reflecte adequadamente as condições no terreno. Escolhemos definir

o agregado familiar como “uma ou mais pessoas – que não estão necessariamente relacionadas por parentesco e que não vivem necessariamente debaixo do mesmo tecto – que partilham e usam os mesmos recursos”. Por outras palavras, os agregados familiares nos quatro bairros são compostos por pessoas que comem da mesma panela mas que não vivem necessariamente debaixo do mesmo tecto. De facto, os “agregados familiares divididos” temporária ou semi-permanentemente constituem uma parte importante da flexibilidade e estratégia de sobrevivência dos agregados familiares pobres, como nós os temos vindo a conhecer.

Composição do Agregado Familiar

Foram inquiridos um total de 120 agregados familiares, 30 em cada um dos quatro bairros. Destes, 63% eram chefiados por homens e 37% por mulheres. A proporção de agregados familiares chefiados por mulheres é consideravelmente mais alta do que os 27% identificados pelo INE no Inquérito Nacional aos Agregados Familiares (INE 2004). A razão principal para a diferença está entre a definição *de jure* usada pelo INE (definindo as chefes femininas como mulheres sós divorciadas, viúvas ou que não são casadas) e a definição *de facto* usada aqui, que enfatiza as percepções das próprias pessoas sobre quem chefia o agregado familiar e toma as decisões importantes.

Embora a maioria das mulheres que chefiam agregados familiares sejam solteiras, divorciadas ou viúvas (com a alta taxa de divórcios implicando instabilidade do agregado familiar), a Tabela 19 mostra que 21% das mulheres que chefiam agregados familiares são casadas ou estão numa relação de “viver juntos”. Os nossos dados qualitativos indicam também que algumas das mulheres que chefiam agregados familiares são de facto parte de uma relação poligâmica, em que a ausência frequente dos seus maridos as coloca à frente do agregado familiar. Dados do Ministério da Saúde (MdS 2005) mostram que 39,6% de todos os homens em Maputo têm mais do que uma mulher, mas não é claro se esta definição inclui também o que as pessoas consideram como amantes. “Relações de viver juntos” ou uniões consensuais parecem ser menos estáveis (e mais flexíveis em termos de chefia) do que as uniões formais, com estas a envolverem as respectivas famílias alargadas e um conjunto de prestações e cerimónias matrimoniais (*lobolo*).

Tabela 19. Estado civil por sexo do chefe do agregado familiar

Estado Civil	HCAF		MCAF		Total	
	%	#	%	#	%	#
Solteiro	14,5	11	13,6	6	14,2	17
Casado	48,7	37	13,6	6	35,8	43
União consensual	34,2	26	6,8	3	24,2	29
Separado/divorciado	0,0	0	31,8	14	11,7	14
Viúvo	2,6	2	31,8	14	13,3	16
Sem informação	0,0	0	2,3	1	0,8	1
Total	100,0	76	100,0	44	100,0	120

A idade média dos chefes dos agregados familiares do nosso estudo é tão alta como 46 anos, com as mulheres chefes um pouco mais jovens que os homens chefes (ver Tabela 20). Ao mesmo tempo, o número médio de membros do agregado familiar é 7,5, o que é mais elevado do que mostram os dados do INE para Maputo (Tabela 21). Em conjunto, estes resultados sugerem que famílias mais jovens podem estar “escondidas” nos agregados familiares da geração dos seus pais. Isto é demonstrado na Tabela 22, revelando que a maioria dos agregados familiares (85%) inclui filhos do

chefe do agregado, uma grande proporção (43%) inclui netos, e mais de 20% dos agregados familiares inclui irmãos, cunhados ou cunhadas, sobrinhos e outros familiares. Cerca de 14% de agregados familiares incluem também os pais ou sogros do chefe do agregado.

Tabela 20. *Idade do chefe do agregado familiar, por sexo*

Categoria de Idades	HCAF		MCAF		Total	
	%	#	%	#	%	#
25 anos ou menos	3,9	3	4,5	2	4,2	5
26 – 35	14,5	11	22,7	10	17,5	21
36 – 45	31,6	24	29,5	13	30,8	37
46 – 55	22,4	17	18,2	8	20,8	25
Mais de 55	19,7	15	18,2	8	19,2	23
Não sabe	7,9	6	6,8	3	7,5	9
Total	100,0	76	100,0	44	100,0	120

Tabela 21. *Número de membros do agregado familiar, por sexo do chefe do agregado*

Membros do Agregado Familiar	HCAF		MCAF		Total	
	%	#	%	#	%	#
1 – 2	3,9	3	2,3	1	3,3	4
3 – 4	14,5	11	22,7	10	17,5	21
5 – 6	28,9	22	13,6	6	23,3	28
7 ou mais	52,6	40	61,4	27	55,8	67
Total	100,0	76	100,0	44	100,0	120

Tabela 22. *Categorização dos membros do agregado familiar, por sexo do chefe do agregado*

Membros do Agregado Familiar	HCAF		MCAF		Total	
	%	#	%	#	%	#
Esposo	82,9	63	20,5	9	60,0	72
Pais	15,8	12	11,4	5	14,2	17
Filhos	81,6	62	90,9	40	85,0	102
Netos	32,9	25	59,1	26	42,5	51
Sobrinhos/sobrinhas	27,6	21	15,9	7	23,3	28
Irmãos	22,4	17	22,7	10	22,5	27
Outros familiares	22,4	17	15,9	7	20,0	24
Não familiares	6,6	5	2,3	1	5,0	6

Conforme descrevemos mais detalhadamente no Capítulo 5, a dimensão e complexidade da unidade de agregado familiar é o resultado combinado dos desafios sócio-económicos do contexto urbano (incluindo preços elevados da terra e habitação) e uma estratégia consciente de diversificação das fontes de emprego e rendimento. A dimensão e composição dos agregados familiares indicam um grande número de mãos disponíveis para trabalhar, bem como uma elevada taxa de dependência. Mas mostram também a importância do agregado familiar para lutar contra a vulnerabilidade.

Crianças como sobrinhos, sobrinhas e netos são frequentemente levadas para um agregado familiar por morte dos seus pais. Os adultos (normalmente irmãos ou cunhados) são muitas vezes incluídos por morte dos seus(suas) esposos(as). A inclusão de outros adultos pode também seguir-se à separação ou divórcio, constituindo chefias femininas encobertas dentro dos agregados familiares. Até que ponto as pessoas se tornam um fardo dependerá da sua capacidade de contribuir economicamente para o agregado familiar – i.e. o *verdadeiro* rácio de dependência.

Fronteiras Permeáveis

Complicando mais o agregado familiar como uma unidade sócio-económica está o facto de quase 30% ter pelo menos um membro que não vive na casa numa base regular. A categoria mais comum de ausentes são os filhos (15%), que com frequência vivem nas áreas rurais numa base temporária ou semi-permanente, para serem cuidados pelos velhos avós ou outros familiares ou para os ajudarem. Alguns jovens trabalham na África do Sul ou na Suazilândia com o pai ou outro familiar. A segunda maior categoria de ausentes são os chefes dos agregados familiares (9%), geralmente homens a trabalhar na África do Sul ou Suazilândia, que podem estar fora durante anos. Todos eles são incluídos como membros do agregado familiar porque “comem da mesma panela”, contribuindo para ela (como no caso dos migrantes) ou “comendo” dela numa base regular (como no caso dos filhos que permanecem fora nas áreas rurais ou na escola).

Além disso, 28% dos agregados familiares contribuem regularmente para membros de outros agregados, o que mostra a importância contínua da família alargada para muitas unidades urbanas de agregados familiares. Os familiares mais geralmente apoiados incluem irmãos, pais do chefe do agregado familiar e, embora numa menor extensão, familiares do(a) esposo(a) do(a) chefe do agregado familiar. A capacidade de contribuir com dinheiro e bens para tais agregados é, como veremos abaixo, importante para manter ligações com as áreas rurais. De forma interessante, os nossos dados revelam que os agregados familiares urbanos mais pobres estão mais envolvidos nesse apoio e permutas do que os em melhor situação, o que mostra que manter ligações constituiu uma parte importante da estratégia de sobrevivência dos pobres. De facto, os agregados familiares em melhor situação tentarão frequentemente limitar as relações com os parentes pobres, dado que estes podem drenar seriamente os seus recursos.

Por último, a complexidade do agregado familiar é sublinhada pelo facto de 20% dos agregados familiares incluídos no nosso estudo terem membros que não pertencem ao agregado familiar a viver nas suas habitações ou nos seus terrenos (i.e. em anexos), que por isso “partilham o mesmo tecto” sem necessariamente “comerem da mesma panela”. Algumas destas pessoas alugam quartos nas habitações, contribuindo em dinheiro ou em espécie para o agregado familiar, mas frequentemente com fronteiras indistintas entre as unidades individuais. Particularmente nos bairros centrais há também algumas habitações que consistem apenas em pequenos quartos para aluguer (reminiscência dos “quartos de solteiro”), onde alguns vivem durante anos enquanto outros apenas ficam de passagem. Estas habitações e terrenos superpovoados são chamadas aldeias comunais, e são muitas vezes estigmatizadas como particularmente pobres e violentas.¹⁵

Migração

Conforme notado num capítulo anterior, sabemos pouco acerca da importância da migração rural-urbana em Moçambique. Na nossa amostra, 61% dos chefes de agregados familiares nasceram fora de Maputo e 32% nasceram na cidade (ver Tabela 23). Os que nasceram fora da cidade vêm principalmente das províncias de Maputo, Gaza e Inhambane, que estão entre as mais pobres do

¹⁵ ‘Aldeias comunais’ eram o resultado do programa de aldeamento compulsivo sob o regime socialista da Frelimo, que foi inspirado pelo modelo Tanzaniano das Ujaama.

país. Além disso, 64% dos agregados familiares trocaram de bairro desde que chegaram a Maputo. Os nossos dados qualitativos lançam alguma luz sobre as carreiras urbanas. Migrantes com familiares ou amigos nas partes centrais da cidade procuram primeiro aí as suas possibilidades, de modo a estarem tão perto quanto possível do emprego ou de outras fontes de rendimento. Quando em posição de construírem a sua própria casa e se instalarem, que pode levar alguns anos, normalmente mudam-se para áreas peri-urbanas onde a terra e a habitação são mais baratas. Os migrantes sem contactos pessoais na cidade procuram bairros peri-urbanos onde a terra é relativamente barata, mas com piores opções de emprego e rendimento.

Tabela 23. Local de nascimento do chefe do agregado familiar

Local de nascimento do CAF	HCAF		MCAF		Total	
	%	#	%	#	%	#
Cidade de Maputo	25,0	19	47,7	21	33,3	40
Província de Maputo	9,2	7	15,9	7	11,7	14
Gaza	32,9	25	18,2	8	27,5	33
Inhambane	25,0	19	18,2	8	22,5	27
Outro	7,9	6	0,0	0	5,0	6
Total	100,0	76	100,0	44	100,0	120

Nível de Educação

Como se vê na Tabela 24, a maioria dos chefes de agregados familiares da nossa amostra têm pelo menos a educação primária, com os chefes masculinos de agregados familiares tendo geralmente um nível de educação mais elevado do que as mulheres chefes. Apenas 9,2% dos chefes dos agregados não possuem qualquer nível de educação. Alguns chefes de agregados familiares apenas tiveram educação para adultos, que dá uma alfabetização muito básica. Embora o nível de educação seja relativamente elevado e sublinhe a acessibilidade de instituições de ensino em áreas urbanas como Maputo, veremos mais à frente que isso não conduz necessariamente a emprego e rendimento e a um melhor nível de vida, como implícito na importância atribuída à educação como uma determinante de bem-estar no Inquérito Nacional aos Agregados Familiares (INE 2004; Maximiano et al. 2005).

Tabela 24. Nível educacional, por sexo do chefe do agregado familiar

Nível Educacional do CAF	HCAF		MCAF		Total	
	%	#	%	#	%	#
Nenhum	5,3	4	15,9	7	9,2	11
Alfabetização	3,9	3	11,4	5	6,7	8
EP1 (5º Grau)	31,6	24	38,6	17	34,2	41
EP2 (7º Grau)	25,0	19	27,3	12	25,8	31
Secundário/básico	22,4	17	4,5	2	15,8	19
Ensino médio	10,5	8	2,3	1	7,5	9
Universidade	1,3	1	0,0	0	0,8	1
Total	100,0	76	100,0	44	100,0	120

Filiação Religiosa

A filiação religiosa tem algumas implicações, quer para os indivíduos quer para as relações sociais (Tabela 25). Na nossa amostra a fé Católica é a religião com mais alta percentagem de aderentes (28%), seguida pelas igrejas Zione (23%), Assembleia de Deus (13%), e 12 Apóstolos (11%). As últimas três têm sido chamadas “igrejas das mulheres” e estão a ganhar terreno em desfavor das igrejas mais tradicionais. Os Muçulmanos (em “Outras”) representam apenas 2,5% da amostra, o que pode ser uma sub-representação. Igrejas e mesquitas representam, como veremos no próximo capítulo, uma rede social importante para as pessoas em contextos urbanos onde a família alargada e as relações de vizinhança estão sob pressão, embora sejam também, em alguns casos, uma fonte de empobrecimento através de pagamentos cobrados à conta de cura divina e salvação. Dito isto, tanto como 43% dos agregados familiares ainda praticam “cultos ancestrais”, sugerindo a continuação de vínculos espirituais e sociais com as áreas rurais e a tradição. Apenas 2,5% não fazem parte de qualquer religião.

Tabela 25. *Filiação religiosa*

Filiação Religiosa	HCAF		MCAF		Total	
	%	#	%	#	%	#
Católica	28,9	22	25,0	11	27,5	33
Zione	17,1	13	34,1	15	23,3	28
Assembleia de Deus	17,1	13	4,5	2	12,5	15
12 Apóstolos	11,8	9	9,1	4	10,8	13
Outras	23,7	18	22,7	10	23,3	28
Nenhuma	1,3	1	4,5	2	2,5	3
Total	100,0	76	100,0	44	100,0	120

Associações

Contrariamente ao que é reportado sobre muitas outras áreas urbanas na África Austral (ver Tostensen et al. 2001), relativamente poucos agregados familiares (6%) na nossa amostra são membros de qualquer associação formal (Tabela 26).¹⁶ As mulheres fazem mais frequentemente parte de associações do que os homens. Os homens pertencem principalmente a associações socioculturais e profissionais, como ltuosas e sindicatos, sublinhando as suas ligações mais fortes com o emprego e o sector formal. Esta prioridade indica também a forte percepção de vulnerabilidade no caso de morte e despesas funerárias. As mulheres são mais inclinadas a ser membros de associações religiosas e baseadas na comunidade, como organizações de igreja e a Organização da Mulher Moçambicana (OMM). Adicionalmente, elas mais frequentemente que os homens integram sociedades de crédito (*xitique*), um factor ao qual voltaremos abaixo com mais detalhe.

¹⁶ Dado que as associações são uma parte muito importante das estratégias de sobrevivência em outros cenários urbanos comparáveis, as razões da sua aparentemente limitada importância em Maputo deviam ser investigadas.

Tabela 26. *Membro de associação*

Membro de Associação	HCAF		MCAF		Total	
	%	#	%	#	%	#
Nenhuma	84,2	64	79,5	35	82,5	99
Profissional	2,6	2	0,0	0	1,7	2
Sociocultural	7,9	6	4,5	2	6,7	8
Política	2,6	2	0,0	0	1,7	2
Religiosa	0,0	0	6,8	3	2,5	3
Outras	2,6	2	9,1	4	5,0	6

Capacidades Linguísticas

A capacidade linguística é importante na comunicação e diz alguma coisa acerca das inter-relações entre os diferentes grupos num contexto urbano. 55% dos agregados familiares da nossa amostra usam o Xangana/Ronga (originário de Maputo e Gaza) como sua língua principal de comunicação, com 10% a falar Chope (originário do norte de Gaza e Inhambane). 28% dos agregados familiares usam o Português como a sua língua principal de comunicação, mas praticamente todos os agregados familiares têm pelo menos um membro que pode comunicar em Português. A língua mais falada em casa não reflecte necessariamente a origem do agregado familiar, já que membros de alguns agregados familiares podem ter adoptado a linguagem mais comum no bairro para comunicação dentro da comunidade.

4.2 Diversificação do Rendimento e Despesa

Voltando à questão do emprego e do rendimento, a característica mais saliente é a diversificação de fontes de aprovisionamento entre a maioria dos agregados familiares. A pesquisa detectou que 70% dos agregados familiares estão envolvidos em actividades económicas informais, sendo a percentagem mais alta nos agregados familiares chefiados por mulheres (86%) do que nos chefiados por homens (62%). O tipo mais comum de actividade económica informal (envolvendo 38,6% de agregados familiares chefiados por mulheres e 21,1% dos chefiados por homens) é a venda de produtos tais como comestíveis e pequenas mercadorias. Muitos estão também envolvidos naquilo que as pessoas chamam *desenrascar*, o que literalmente quer dizer “encontrar uma saída” e envolve tudo, desde reparações em pequena escala até actividades ilícitas como roubo e prostituição. O rendimento do agregado familiar que provém de actividades económicas informais aparece na Tabela 27 mostrando que os agregados chefiados por homens e por mulheres têm rendimentos bastante comparáveis provenientes dessas actividades. As actividades mais lucrativas são as de cabeleireiro, venda de roupa em segunda mão e medicina tradicional. Outros tipos de actividade informal incluem a produção de material de construção e mobiliário, aluguer de quartos e venda de carvão e bebidas caseiras.

Tabela 27. *Rendimento informal (MTn)*

Rendimento Informal	HCAF		MCAF		Total	
	%	#	%	#	%	#
< 250	14,9	7	7,9	3	11,8	10
251 – 500	12,8	6	15,8	6	14,1	12
501 – 750	8,5	4	5,3	2	7,1	6
751 – 1.000	4,3	2	18,4	7	10,6	9
1.001 – 1.500	6,4	3	10,5	4	8,2	7
1.501 – 2.500	19,1	9	13,2	5	16,5	14
2.501 – 5.000	14,9	7	26,3	10	20,0	17
> 5.000	19,1	9	2,6	1	11,8	10
Total	100,0	47	100,0	38	100,0	85

65% dos agregados familiares têm alguma espécie de rendimento regular formal, indo desde o emprego relativamente bem pago e estável no sector público até trabalho mal pago e instável como guardas ou trabalho para *patrões*. Entre os agregados familiares com emprego informal, 58,9% dos chefiados por homens têm um rendimento regular mensal de mais de 2.500 Meticais, contra 31,6% para os agregados familiares chefiados por mulheres (Tabela 28). Isto segue um padrão demonstrado por outros estudos, onde as mulheres não só têm um acesso mais limitado ao emprego formal como ganham menos pelo mesmo trabalho (ver e.g Horne et al. 2000).

Tabela 28. *Rendimento regular (MTn)*

Rendimento Regular	HCAF		MCAF		Total	
	%	#	%	#	%	#
251 - 500	0,0	0	5,3	1	1,3	1
501 - 750	3,4	2	0,0	0	2,6	2
751 – 1.000	8,6	5	10,5	2	9,1	7
1.001 – 1.500	10,3	6	31,6	6	15,6	12
1.501 – 2.500	19,0	11	21,1	4	19,5	15
2.501 – 5.000	34,5	20	26,3	5	32,5	25
> 5.000	24,1	14	5,3	1	19,5	15
Total	100,0	58	100,0	19	100,0	77

Conforme pode ser visto na Tabela 29, a despesa total do agregado familiar é elevada. 50% de todos os agregados familiares chefiados por homens e 38,6% de todos os chefiados por mulheres dependem mais de 2.500 Meticais por mês, o que significa que muitos agregados familiares gastam mais do que ganham e consequentemente dependem do apoio de fora para sobreviver. O nosso estudo mostra também que a comida é considerada a principal despesa para 43% dos agregados familiares (uns adicionais 22,5% vêm a comida como a sua segunda maior despesa), com os restantes agregados familiares a considerarem que a sua despesa principal é a saúde (24,2%), educação (11,7%), água (8,3%) e electricidade (5,8%). A habitação não foi considerada a principal despesa por nenhum agregado familiar, provavelmente devido ao seu intermitente (mas nem por isso menos oneroso) impacto sobre a economia do agregado.

Tabela 29. Despesa do agregado familiar, por sexo do chefe do agregado familiar (MTn)

Despesa	HCAF		MCAF		Total	
	%	#	%	#	%	#
Sem despesa	1,3	1	2,3	1	1,7	2
< 250	0,0	0	2,3	1	0,8	1
251 - 500	0,0	0	4,5	2	1,7	2
501 - 750	1,3	1	4,5	2	2,5	3
751 - 1.000	5,3	4	6,8	3	5,8	7
1.001 - 1.500	9,2	7	18,2	8	12,5	15
1.501 - 2.500	32,9	25	22,7	10	29,2	35
2.501 - 5.000	40,8	31	29,5	13	36,7	44
> 5.000	9,2	7	9,1	4	9,2	11
Total	100,0	76	100,0	44	100,0	120

Cerca de 27% de agregados familiares recebem assistência de fora do agregado na forma de remessas, tanto em dinheiro como em espécie, a maioria das quais provindas da família alargada. Como se vê na Tabela 30, são mais as mulheres do que homens chefiando agregados familiares que recebem apoio deste tipo. Os vizinhos, igrejas e mesquitas são fontes adicionais de apoio, principalmente na forma de comida e roupa. As agências do estado e ONGs não aparecem no nosso estudo como fontes de apoio, excepto em alguns casos envolvendo idosos e o INSS (Instituto Nacional de Segurança Social).

Tabela 30. Recepção de remessas

Recepção de Remessas	HCAF		MCAF		Total	
	%	#	%	#	%	#
Sim	19,7	15	38,6	17	26,7	32
Não	80,3	61	61,4	27	73,3	88
Total	100,0	76	100,0	44	100,0	120

As pessoas não consideram “remessas” as trocas com os familiares rurais e, conforme se pode ver na Tabela 31, visitam as suas áreas rurais de origem com bastante regularidade: 23,3% têm membros que as visitam pelo menos uma vez por mês, e apenas 9,3% dos agregados familiares nunca visitam as áreas rurais. Significativamente, os agregados familiares chefiados por mulheres parecem visitar as áreas rurais ou com muita frequência (com muitas a cuidar de familiares ou a trabalhar em *machambas*) ou nunca (o que implica que têm problemas em deixar a cidade devido às responsabilidades domésticas ou em satisfazer as despesas de transporte).

Tabela 31. *Relações rural-urbanas, por sexo do chefe do agregado familiar*

Visitas Rural-Urbanas	HCAF		MCAF		Total	
	%	#	%	#	%	#
Pelo menos uma vez por mês	19,7	15	29,5	13	23,3	28
Pelo menos uma vez por ano	48,7	37	45,5	20	47,5	57
Menos do que uma vez por ano	14,5	11	4,5	2	10,8	13
Nunca	9,2	7	15,9	7	11,7	14
Outras	7,9	6	4,5	2	6,7	8
Total	100,0	76	100,0	44	100,0	120

As relações rural-urbanas são mantidas a diferentes níveis: através de visitas regulares aos familiares nas áreas rurais; através da manutenção de actividades agrícolas com base rural; e através do contínuo culto e respeito pelos ancestrais, através de cerimónias e celebrações realizadas nas aldeias. Os nossos dados qualitativos e outros estudos (ver e.g. da Costa 2007) implicam que manter tais vínculos é considerado importante como parte da identidade e sentido de pertença das pessoas, e como uma fonte de segurança social e económica. Bens urbanos (como utensílios de plástico, sabão, detergentes, doces, etc.) são muitas vezes trocados por produtos comestíveis para consumo ou revenda na cidade. Além disso, tanto como 30% dos agregados familiares no nosso estudo dizem ter acesso ao seu próprio terreno, perto da cidade ou na sua área rural de origem, o que representa uma fonte vital de alimentos e proteínas. Dos agregados familiares com acesso aos seus próprios terrenos, 25% produz o suficiente para venda. 25% também criam algumas espécies de animais, principalmente galinhas e patos. Estes animais são importantes para consumo, mas 31% dos agregados familiares com animais domésticos também os vendem em alturas de necessidade. Nenhum agregado familiar no nosso estudo tinha gado ou outros animais domésticos de maior porte que são um sinal de riqueza e prestígio.

Embora as pessoas se empenhem numa vasta gama de actividades e relações para sobreviverem diariamente no seu ambiente urbano, muitas delas poupam para planos a médio ou longo prazo. Mais de 50% dos agregados familiares participam em esquemas de poupança, ou *xitique*, numa tentativa de melhorar a sua situação. A grande maioria dos que participam em *xitique* são mulheres, e embora a maioria (61%) apenas consiga poupar montantes limitados de menos de 500 Meticais por mês, continua a ser importante como amortecedor em tempos de crise. Para além da importância económica do *xitique*, a instituição funciona também como apoio social e uma fonte de socorro no caso de morte (ou '*infelicidade*' como é muitas vezes chamada), doença grave, despesas com cerimónias como baptismo, dote ou *lobolo / apresentação*,¹⁷ e casamentos. Dito isto, os nossos dados qualitativos mostram que é difícil para os mais destituídos integrar grupos de *xitique*, dado que lhes faltam os "bilhetes de entrada" na forma dos contactos necessários (os novos membros têm de ser propostos por membros existentes do grupo, que têm de "garantir" a sua solvência) e de dinheiro para a sua contribuição do *xitique*.

Em resumo, os agregados familiares dos nossos bairros em estudo diversificam o seu rendimento o melhor que podem. Combinando o emprego formal e informal, o seu rendimento é relativamente

¹⁷ Em áreas urbanas, tornou-se comum que o rapaz se apresente aos pais da rapariga e peça autorização formal para sair com ela. Em alguns casos isto precede o *lobolo*, noutras é a mesma cerimónia, e ainda noutras pode substituí-la.

elevado, mas também elevadas são as suas despesas. Muitos dos agregados familiares mais pobres dependem das relações fora do seu próprio agregado para sobreviver, e as relações com as áreas rurais constituem uma parte fulcral das suas estratégias de sobrevivência.

4.3 Bens Económicos e Sociais

Nesta secção discutiremos os indicadores económicos e sociais de pobreza e bem-estar, incluindo a propriedade de terra e habitação, acesso a outras mercadorias, educação e saúde e o uso das instituições do estado. Estes indicadores são relevantes como sinais tanto de pobreza relativa como de bem-estar e de segurança social e económica. Geralmente, os que são pobres em termos de rendimento e consumo têm menos bens e mais baratos e estão por isso numa situação mais vulnerável, mas como poderemos ver no caso da habitação, os bens não são sempre um bom indicador de pobreza e bem-estar globais.

Terra e Habitação

Os bens mais importantes e geralmente mais caros para as populações urbanas são a propriedade da terra e habitação. Esta é importante como forma de ter um lugar seguro e saudável para viver e como uma fonte de segurança social e colateral, e é muito frequentemente uma base para actividades económicas informais. De acordo com o nosso estudo, 92% dos agregados familiares possuem um *talhão* onde constroem a sua casa, com os restantes a alugarem ou pedirem o terreno emprestado. Os nossos dados qualitativos mostram ainda que “propriedade” é um conceito bastante ambíguo (ver também o Capítulo 3): são muito poucos os que têm contratos escritos que prevaleçam em caso de disputa, e as pessoas queixam-se que um dos maiores problemas no bairro é a “construção caótica” de casas, tornando os bairros demasiado congestionados. O nosso estudo mostra que 75% dos talhões foram obtidos através de pagamento em dinheiro, com 14% das pessoas a viverem em terreno “doado” (principalmente as vítimas das cheias), mostrando até que ponto o mercado dos terrenos está objectificado, não obstante a cláusula formal de propriedade do estado.

56% dos agregados familiares queixam-se de ter tido de construir eles próprios a casa onde vivem, e os restantes ou tiveram de a comprar (20%), alugar (8%) ou adquiri-la à família ou a outros (ver Tabela 32). Como reflexo disto 74% das casas são consideradas propriedade do chefe do agregado familiar, sendo as restantes pertença de outros proprietários privados (3%), do estado (3%) ou de outros membros da família (6%). Para muitos agregados familiares demora anos a construir uma casa e a nossa observação é que muitas casas nunca são totalmente acabadas. No caso de morte do proprietário, os filhos são considerados os únicos herdeiros da casa por 54% dos entrevistados e o(a) esposo(a) em 32% dos casos. Contudo, os nossos dados qualitativos mostram que facilmente surgem conflitos, particularmente entre viúvas e filhos e entre irmãos e os seus respectivos agregados familiares.

Tabela 32. *Modo de aquisição de casa própria*

	HCAF		MCAF		Total	
	%	#	%	#	%	#
Auto construção	59,2	45	50,0	22	55,8	67
Compra	22,4	17	15,9	7	20,0	24
Herança	3,9	3	13,6	6	7,5	9
Aluguer	3,9	3	13,6	6	7,5	9
Doação	5,3	4	6,8	3	5,8	7
Outro	5,3	4	0,0	0	3,3	4
Total	100,0	76	100,0	44	100,0	120

A grande maioria dos agregados familiares do nosso estudo tem casas feitas de paredes de tijolo, cobertas com telhado de chapa e com uma média entre três e quatro quartos (Tabela 33). O material da habitação é usado como o principal indicador de bem-estar nas áreas urbanas (INE 2004). Todavia, os nossos dados mostram também que muitas famílias com casas “adequadas” podem ainda ser pobres e carentes de bens básicos, reflectindo a importância associada à habitação nos bairros como segurança, bem como para dar a ideia de “vida urbana” (ver Capítulo 5). O ciclo da vida das famílias e as mudanças sociais, políticas e económicas ao longo do tempo devem ser também tomadas em linha de conta para explicar estes indicadores aparentemente contraditórios. Pode ter havido momentos em que a melhoria das condições de habitação possa ter sido mais fácil de levar a cabo e as condições de vida se tenham desde então deteriorado. A habitação como um indicador de pobreza e bem-estar deve por isso ser usada com cuidado e em combinação com outros indicadores. A vedação é também um bem com múltiplos fins e significados. Uma vedação usando cimento é importante como demarcação do que o agregado familiar considera o seu próprio terreno, para segurança e para evitar a invasão. Mas serve também como função simbólica do que é considerado “propriedade de alguém” num contexto urbano frequentemente superpovoado, indicado pelo grande cuidado e diligência com que os agregados familiares cuidam do terreno dentro da sua vedação.

Tabela 33. *Características da habitação*

Características da Casa	HCAF		MCAF		Total	
	%	#	%	#	%	#
Terreno próprio	100,0	76	93,2	41	97,5	117
Vedação de cimento	48,7	37	25,0	11	40,0	48
Telhado de chapa	89,5	68	90,9	40	90,0	108
Paredes de tijolo	78,9	60	79,5	35	79,2	95

Outros Bens

Os bens mais possuídos pelos agregados familiares estudados são em geral camas, mesas e cadeiras, consideradas partes essenciais de uma habitação completa (ver Tabela 34). Embora um agregado familiar pobre normalmente não tenha camas para todos os seus membros (é bastante comum as crianças dormirem em *esteiras* no chão), um número suficiente de cadeiras para os visitantes é considerado uma parte importante do estilo de vida social urbano. Uma surpreendente grande proporção dos agregados familiares investiu parte do seu magro rendimento em bens como rádios,

relógios, vídeos/DVDs e TVs, reflectindo a importância atribuída a estes itens para uma vida urbana moderna. Menos surpreendentemente, muito poucos agregados familiares possuem carros, motos e bicicletas, sendo estas caras e difíceis de usar nos caminhos de areia dos bairros e no congestionado e perigoso trânsito da cidade. Uma razoavelmente grande proporção de agregados familiares tem acesso a electricidade e água potável, muito embora somente alguns tenham acesso a estes no seu próprio terreno ou na sua própria casa. Finalmente, a maioria dos agregados familiares possui ferramentas agrícolas (arados, machetes e machados), indicando a importância da agricultura para a comida e segurança alimentar também nos contextos urbanos.

Tabela 34. *Posse de bens (proporção dos bens pertencentes ao agregado familiar)*

Bem	HCAF		MCAF		Total	
	%	#	%	#	%	#
Camas	93,4	71	71,4	30	85,6	101
Cadeiras	93,4	71	81,0	34	89,0	105
Mesas	90,8	69	78,6	33	86,4	102
Rádio	78,9	60	40,9	18	65,0	78
Relógio	64,5	49	54,5	24	60,6	73
TV	64,5	49	40,9	18	55,8	67
Carros	9,7	7	4,5	2	7,5	9
Motas	2,6	2	4,8	2	3,4	4
Bicicletas	10,5	8	11,9	5	11,0	13
Electricidade	60,5	46	36,4	16	51,7	62
Água	36,8	28	29,5	13	34,2	41
Machete	56,6	43	45,5	20	52,5	63
Machado	51,3	39	40,9	18	47,5	57
Arado	63,2	48	61,4	27	62,5	75

Refeições

As refeições constituem um outro indicador de pobreza e bem estar, em termos de número de refeições e de diversidade da comida consumida (ver Tabela 35). Na semana anterior ao nosso estudo, todos os agregados familiares tinham tido pelo menos uma refeição de arroz ou papa de farinha de milho (*shima*), que é a principal no Maputo urbano; 93% tiveram pelo menos uma refeição de pão; e 89% tiveram pelo menos uma refeição de *matapa* (caril de folhas verdes). Fruta foi consumida por 70% dos agregados familiares. Em relação à proteína animal, o peixe é de longe o mais importante e foi consumido por pelo menos 87% na semana anterior ao estudo. Carne é menos frequente (45%). Notoriamente, os agregados familiares chefiados por mulheres apresentam menos diversidade na sua alimentação do que os chefiados por homens. A diversidade dos alimentos está em nítido contraste com as nossas conclusões no norte rural, onde a pouco nutritiva mandioca era a refeição principal, e é provavelmente uma razão maior para os melhores indicadores de saúde em Maputo (ver Capítulo 3). Dito isto, as pessoas queixam-se da subida dos preços da comida e referem que se está a tornar terrivelmente difícil comprar em particular peixe e carne. A fonte mais comum de peixe é o *carapau* de Angola, que é vendido em lojas localizadas nos bairros chamadas "Peixe da Mamã", enquanto a carne é principalmente importada da África do Sul e vendida em mercados informais (ver Capítulo 5). Também é comum em muitas famílias pobres ser o peixe e a carne insuficientes para todos os membros do agregado familiar.

Tabela 35. *Consumo de alimentos*

	HCAF		MCAF		Total	
	%	#	%	#	%	#
Arroz / papa	100,0	76	100,0	44	100,0	120
Pão	92,1	70	95,5	42	93,3	112
Matapa	88,2	67	90,9	40	89,2	107
Fruta	92,1	70	77,3	34	86,7	104
Peixe	69,7	53	70,5	31	70,0	84
Aves domésticas	63,2	48	43,2	19	55,8	67
Carne	56,6	43	25,0	11	45,0	54

Educação

O nível geral de educação nos agregados familiares tem sido identificado como um dos principais indicadores de pobreza ou bem estar, tanto nas áreas rurais como urbanas em Moçambique (INE 2004; Maximiano et al. 2005). A educação formal é vista como colocando os agregados familiares em melhor posição para a obtenção de emprego e rendimento, bem como para atender às necessidades básicas dos membros do agregado. Embora tenhamos visto que a maioria dos chefes dos agregados familiares estudados tinha obtido o (EP 2 do) nível primário ou abaixo, o nível de educação atingido nos agregados familiares, no seu todo, é mais elevado com 31% dos membros com o ensino secundário e 26% com o ensino médio (Tabela 36). O máximo nível de educação é mais elevado entre os agregados familiares chefiados por homens do que os chefiados por mulheres. O nível de educação é um reflexo da melhoria da ênfase posta no acesso à educação, resultando numa maior proporção da geração mais jovem que vai à escola.

Tabela 36. *Nível mais alto de educação no agregado familiar, por sexo do chefe do agregado*

Nível de Educação mais Alto	HCAF		MCAF		Total	
	%	#	%	#	%	#
Nenhum	2,6	2	2,3	1	2,5	3
EP1 (5º Grau)	3,9	3	20,5	9	10,0	12
EP2 (7º Grau)	21,1	16	27,3	12	23,3	28
Secundário/básico	30,3	23	31,8	14	30,8	37
Ensino médio	31,6	24	15,9	7	25,8	31
Universidade	10,5	8	2,3	1	7,5	9
Total	100,0	76	100,0	44	100,0	120

Embora 78% dos agregados familiares no nosso estudo tenham crianças em idade escolar, 16% dos rapazes em idade escolar e 9% das raparigas não estão matriculados na escola. Uma razão dada pelos próprios agregados familiares é que as crianças “não têm idade suficiente” (o que implica que os seus pais pensam que eles são demasiado jovens para os mandarem para a escola, não obstante terem atingido a idade escolar formal), e outra é que não há recursos suficientes para as mandar para a escola (significando isto que eles não podem suportar os custos com uniformes, material escolar e possíveis taxas “ocultas”). Com o elevado nível de desemprego entre os jovens (ver Capítulo 3),

pode também reflectir uma emergente diminuição de confiança na educação como estratégia de melhoria de condições para o agregado familiar e família alargada.

Saúde

Tanto como 64% dos agregados familiares disseram que tinham tido pelo menos uma pessoa doente nas duas semanas anteriores ao estudo. As causas mais comuns de doença eram dores nos membros ou reumatismo (46%); constipações, gripes e tosse (30%); dores de estômago (29%); e malária (24%). Os problemas das dores nos membros são principalmente vistos como relacionados com a idade, e afectam a capacidade para trabalhar. As constipações e as gripes são entendidas como relacionadas com a poluição geral e a grande quantidade de poeira e areia nos bairros. As dores de estômago são atribuídas à fraca qualidade da água disponível e a malária está associada, pelas pessoas com quem discutimos o assunto nos bairros, ao lixo acumulado e águas paradas.

Quando os agregados familiares têm membros doentes, recorrem geralmente primeiro ao posto de saúde mais próximo (31%), embora alguns se dirijam primeiro ao centro de saúde (22%) e hospital (26%). Mais de 15% dos agregados familiares tentam primeiro tratar-se a eles próprios em casa, com o conhecimento geral de medicina ervanária (5%) ou vão directamente à farmácia (12%). A nossa impressão, com base no grande número de médicos tradicionais ou *curandeiros* nos bairros e nas entrevistas com o pessoal nas instituições, é que a importância da medicina tradicional pode estar a ser sub-avaliada. Muitas pessoas são relutantes em admitir que usam *curandeiros* para o tratamento da doença, da pouca sorte ou dos espíritos, já que isso não é considerado compatível com a vida urbana e modernidade.

Tanto como 25% dos agregados familiares tiveram pelo menos uma criança que faleceu antes dos cinco anos de idade (i.e. "mortalidade infantil"). As causas mais comuns destas mortes (ver Tabela 27) são atribuídas à malária e aos sintomas de disenteria, i.e. vómitos e diarreia. A mortalidade infantil é mais baixa na cidade do que nas áreas rurais (MdS 2005), provavelmente em resultado do efeito combinado de melhor educação entre os pais, melhor nutrição e acesso mais fácil às unidades de saúde. Mesmo assim, a taxa de mortalidade infantil é elevada e afecta o bem-estar dos agregados familiares atingidos pelo luto.

Tabela 37. Percepção das razões da mortalidade infantil, por sexo do chefe do agregado familiar

Razões dos Falecimentos	HCAF		MCAF		Total	
	%	#	%	#	%	#
Não sabe	20,0	4	20,0	2	20,0	6
Malária	15,0	3	20,0	2	16,7	5
Vómitos, diarreia	15,0	3	10,0	1	13,3	4
Epilepsia	5,0	1	10,0	1	6,7	2
KutsEmiwa *	0,0	0	10,0	1	3,3	1
Kulala **	5,0	1	0,0	0	3,3	1
Outras	40,0	8	30,0	3	36,7	11
Total	100,0	20	100,0	10	100,0	30

* Significa 'cortar' indicando morte súbita inexplicável ** Significa 'perda de peso' [e desaparecimento da vida]

Por último, 32% dos agregados familiares têm pelo menos um membro que sofre de uma "doença de longa duração sem cura". Isto implicará muitas vezes, mas não necessariamente, o HIV/SIDA.

Várias formas de deficiência e paralisia cabem também dentro desta categoria. Conforme assinalado no Capítulo 3, a taxa global de infecção por HIV/SIDA em Maputo é de 20%. O HIV/SIDA é, de acordo com as nossas próprias observações e com os trabalhadores da saúde com quem falámos, ainda difícil de ser abertamente falado por muitos dos afectados (ver também Paulo 2004). Com vários centros de saúde relevantes localizados noutras partes da cidade, as pessoas podem procurar tratamento sem revelar a sua doença junto da comunidade local e da vizinhança.

Uso de Serviços do Estado

Os nossos dados mostram que o uso dos serviços do estado baseados na comunidade é mais elevado (63%) do que os serviços do estado mais distantes aos níveis distrital (56%) e no centro da cidade (13%) (ver Tabela 38). "Uso" parece ter sido amplamente interpretado no estudo, envolvendo "contacto com" bem como a utilização efectiva do serviço em questão. Serviços personalizados como notariado e registo são usados por 76% dos agregados familiares, reflectindo a importância dos procedimentos formais para a obtenção de documentos, que vão desde bilhetes de identidade a autorizações para vender nos mercados municipais. Em geral, os agregados familiares chefiados por mulheres usam os serviços do estado com menos frequência do que os chefiados por homens. Isto mais agrava a sua vulnerabilidade, e implica que é menos provável os agregados familiares chefiados por mulheres procurarem apoio ou ajuda do estado.

Tabela 38. *Uso dos serviços do estado, por sexo do chefe do agregado familiar*

Uso de Serviços do Estado	HCAF		MCAF		Total	
	%	#	%	#	%	#
Admin. bairro	64,5	49	61,4	27	63,3	76
Admin. distrito	57,9	44	52,3	23	55,8	67
Admin. central (INSS)	10,5	8	15,9	7	12,5	15
Notário/registo	81,6	62	68,2	30	76,7	92
Polícia	36,8	28	34,1	15	35,8	43
Tribunais	18,4	14	9,1	4	15,0	18

O estado faz também sentir a sua presença através da cobrança de impostos. 60% dos agregados familiares tinham pago impostos ao longo do ano anterior ao do estudo, incluindo taxas para o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS); imposto individual sobre o rendimento (IRPS); impostos municipais (lixo, etc.); impostos por actividades comerciais; imposto de bicicleta; e imposto de rádio. Em princípio, todos os agregados familiares estão sujeitos a pagar pelo menos um destes impostos, o que significa que a cobrança de impostos é ainda ineficiente. As nossas entrevistas às instituições, bem como aos agregados familiares, revelam que as pessoas são positivas quanto ao pagamento de impostos ou taxas por serviços que realmente recebem, mas são muito menos positivas em relação ao pagamento de serviços que nunca vêm, o que argumentam ser o fenómeno mais comum. Em resumo, embora o estado seja entendido como presente na vida da maioria das pessoas, há mais cepticismo quanto ao que ele é verdadeiramente capaz de realizar.

Resolvendo Problemas Domésticos e Comunitários

Os principais problemas domésticos identificados no nosso estudo são a falta de dinheiro para comprar bens essenciais, conflitos domésticos e falta de dinheiro para organizar ou marcar presença em funerais. Os agregados familiares muitas vezes não são capazes de lidar sozinhos com estes

problemas, tendo de recorrer a outras pessoas ou instituições para pedir ajuda. A contínua importância da família alargada, no contexto urbano de Maputo, na resolução dos problemas domésticos, é indicada pelo facto de 58% dos agregados familiares afirmarem que recorrerão primeiro à família alargada quando tais problemas surgirem, ao mesmo tempo que uma percentagem adicional de 20% diz que recorrerá a "outros familiares ou amigos". 16% dizem que recorrerão primeiro à polícia (em casos de violência doméstica ou outras violações criminais), e apenas 4% irão primeiro ao secretário do bairro, que é o mais próximo representante do estado.

Os principais conflitos identificados ao nível da comunidade estão relacionados com roubos e assaltos, seguidos pela bebida, conflitos à volta da água e da terra. Em tais casos, 46% dizem que contactam primeiro a "polícia" (que pode ser a polícia municipal ou comunitária, tendo esta substituído largamente os anteriores *vigilantes*), seguidos de 30% que vão primeiro ao *chefe de quarteirão* (que pode ou não envolver o secretário do bairro) (ver Tabela 39). As entrevistas com os agentes policiais confirmam que estes se envolvem numa crescente variedade de casos para manter a ordem na comunidade. Contudo, as pessoas queixam-se também que a maioria dos casos não é seguida de julgamentos e condenações judiciais, o que frequentemente é explicado pela "corrupção" ou pela falta de um sistema legal eficiente dos tribunais comunitários às instâncias superiores. De facto, as pessoas argumentam que há uma tendência para "tomar a lei nas próprias mãos", conforme alguém disse, o que é exemplificado por alguns casos de espancamentos e linchamentos públicos (ver também Amoproc 2006).

Tabela 39. *Instituições utilizadas para resolver problemas comunitários*

Instituição	HCAF		MCAF		Total	
	%	#	%	#	%	#
Polícia	42,1	32	31,8	14	38,2	46
Chefe de quarteirão	23,7	18	27,3	12	25,0	30
Chefe de bairro	5,3	4	4,5	2	5,0	6
Outros líderes locais	9,2	7	2,3	1	6,7	8
Autoridade religiosa	1,3	1	0,0	0	0,8	1
Outras	9,2	7	6,8	3	8,3	10

4.4 Posição e Espaço no Contexto Urbano

Nesta secção trataremos da relevância do espaço e posição para as condições de pobreza e bem-estar. Conforme defendemos no nosso primeiro relatório, as estruturas económicas locais, a presença ou ausência de instituições e infra-estruturas relevantes, conjuntos específicos de normas e dados demográficos específicos têm impacto no perfil da pobreza de um determinado local. Para fazer esta comparação, estabeleceremos possíveis diferenças nas características demográficas dos agregados familiares, mobilidade, emprego e rendimento, acesso às infra-estruturas e serviços sociais e uso das instituições do estado.

Entre os bairros incluídos no nosso estudo, Mafalala será vista como representante dos bairros mais centrais e congestionados, em linha com, por exemplo, Maxaquene, Malanga, Xipamanine, Chamanculo e Urbanização. Khongolote será visto como representante dos bairros urbanos periféricos, em linha com, por exemplo, Zimpeto, Machava, CMC e Magoanine, que provavelmente verão nos próximos anos o maior incremento de população devido ao congestionamento nos bairros centrais. Finalmente, Laulane e Inhagoia são representantes de alguns bairros intermédios como Hulene, Ferroviário, Luís Cabral e 25 de Junho, que se situavam na periferia de Maputo mas que foram sendo incorporados na cidade à medida que esta se foi alargando.

Olhando primeiro para as características demográficas, a diferença mais notável entre o bairro mais central e o mais periférico diz respeito à dimensão dos agregados familiares (Tabela 40). Os agregados familiares na Mafalala (média de 8,5 membros) são geralmente maiores do que em Khongolote (média de 6,5 membros), reflectindo as vantagens de viver nos bairros centrais quanto a emprego e rendimento e a concomitante pressão sobre os agregados familiares aí situados para receberem outros membros da família. Embora isto implique mais mãos e potencialmente mais emprego e rendimento, implica também mais bocas para alimentar e mais "viver amontoado". Outros indicadores dos agregados familiares, como o sexo e a idade dos respectivos chefes, são relativamente iguais entre os quatro bairros.

Tabela 40. *Número de membros do agregado familiar, por bairro*

Membros do Agregado Familiar	Khongolote		Inhagoia		Laulane		Mafalala		Total	
	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#
1-2	3,3	1	0,0	0	10,0	3	0,0	0	3,3	4
3-4	26,7	8	6,7	2	16,7	5	20,0	6	17,5	21
5-6	30,0	9	23,3	7	20,0	6	20,0	6	23,3	28
Mais de 7	40,0	12	70,0	21	53,3	16	60,0	18	55,8	67
Total	100,0	30	100,0	30	100,0	30	100,0	30	100,0	120

As diferenças nas condições de vida, entre os bairros centrais e congestionados como Mafalala e os bairros mais periféricos e mais escassamente povoados como Khongolote, estão também reflectidas nas diferenças de percepções dos principais problemas nas respectivas comunidades (Tabela 41). Embora os quatro bairros tenham realçado o emprego e a criminalidade como os principais problemas, a última é considerada mais grave nos bairros centrais. Além disso, os inadequados serviços urbanos são considerados mais importantes nos bairros próximos do centro da cidade, e os problemas de saúde são considerados de maior importância em Khongolote, que fica mais distante das principais instituições de saúde.

Tabela 41. *Principais problemas comunitários, por bairro*

Problemas Comunitários	Khongolote		Inhagoia		Laulane		Mafalala		Total	
	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#
Desemprego	26,7	8	40,0	12	33,3	10	43,3	13	35,8	43
Criminalidade	13,3	4	26,7	8	33,3	10	20,0	6	23,3	28
Água	6,7	2	3,3	1	16,7	5	10,0	3	9,2	11
Saúde	20,0	6	3,3	1	6,7	2	6,7	2	9,2	11
Saneamento	0,0	0	10,0	3	3,3	1	10,0	3	5,8	7
Educação	3,3	1	3,3	1	0,0	0	6,7	2	3,3	4
Habituação	3,3	1	0,0	0	3,3	1	0,0	0	1,7	2
Outros	26,7	8	13,3	4	3,3	1	3,3	1	11,7	14
Total	100,0	30	100,0	30	100,0	30	100,0	30	100,0	120

No que diz respeito à situação económica dos agregados familiares, os nossos dados mostram que a proporção de agregados com um rendimento regular (i.e. emprego no sector público ou privado) é mais alta nos bairros centrais localizados como Mafalala do que nos bairros mais periféricos como Khongolote, conforme indicado pela distribuição de tipos de emprego dos chefes dos agregados

familiares (Tabela 42). A maior proporção de chefes de agregados familiares desempregados nos bairros periféricos como Khongolote pode ser o efeito combinado de viver longe dos principais empregadores no centro da cidade e dos custos de transporte para o centro a fim de aí tomar parte na economia informal.

Tabela 42. *Tipos de emprego do chefe do agregado familiar, por bairro*

Rendimento Regular	Khongolote		Inhagoia		Laulane		Mafalala		Total	
	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#
Empr. público	16,7	5	10,0	3	16,7	5	23,3	7	16,7	20
Empr. privado	23,3	7	13,3	4	40,0	12	20,0	6	24,2	29
Empr. conta própria	26,7	8	36,7	11	33,3	10	26,7	8	30,8	37
Pensionista	6,7	2	13,3	4	3,3	1	10,0	3	8,3	10
Desempregado	23,3	7	26,7	8	6,7	2	13,3	4	17,5	21
Outros	3,3	1	0,0	0	0,0	0	6,7	2	2,5	3
Total	100,0	30	100,0	30	100,0	30	100,0	30	100,0	120

Conforme mencionado anteriormente, contudo, o padrão dos bairros parece estar a mudar. Isto é em parte incentivado pelo aumento dos custos e congestionamento nas áreas centrais, mas também pelas percepções das vantagens de viver na periferia da cidade. Alguns informadores defendem que preferem viver em áreas peri-urbanas para escapar à violência nas áreas centrais e terem uma vida mais tranquila. Para outros, a vantagem principal de viver em áreas peri-urbanas está no acesso mais fácil aos terrenos agrícolas. Conforme se vê na Tabela 43, a proporção de pessoas com acesso à terra é consideravelmente mais alta nos bairros periféricos como Khongolote do que na centralmente localizada Mafalala. A elevada proporção de pessoas em Inhagoia com acesso aos seus próprios talhões reflecte a proximidade do bairro à "cintura verde" (*zona verde*).

Tabela 43. *Agregados familiares donos de terrenos agrícolas, por bairro*

Dono de terreno	Khongolote		Inhagoia		Laulane		Mafalala		Total	
	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#
Sim	46,7	14	40,0	12	20,0	6	10,0	3	29,2	35
Não	53,3	16	60,0	18	80,0	24	90,0	27	70,8	85
Total	100,0	30	100,0	30	100,0	30	100,0	30	100,0	120

Voltando à situação em termos de educação e saúde, os agregados familiares nos quatro bairros mostram um padrão razoavelmente semelhante no que respeita à primeira mas não em relação à última. A proporção de agregados familiares que tiveram pelo menos um membro da família doente nas duas semanas anteriores ao nosso estudo foi consideravelmente mais elevada nos bairros centrais e congestionados da Mafalala e Inhagoia do que no menos congestionado bairro de Laulane e no bairro peri-urbano de Khongolote. A concentração de população afecta negativamente o saneamento aumentando, por isso, a incidência de doenças causadas pela água como diarreia e malária (Tabela 44).

Tabela 44. *Proporção de agregados familiares com membros da família doentes, por bairro*

Doença no Agregado Familiar	Khongolote		Inhagoia		Laulane		Mafalala		Total	
	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#
Sem doença	70,0	21	66,7	20	63,3	19	56,7	17	64,2	77
Com doença	30,0	9	33,3	10	36,7	11	43,3	13	35,8	43

Os nossos dados mostram também que os agregados familiares são relativamente móveis nas suas vidas diárias. 34% dos chefes de agregados familiares trabalham em outros bairros que não aquele onde vivem, 22% trabalham no seu próprio bairro e 10% trabalham fora da cidade (ver Tabela 45). Além disso, cerca de 50% dos agregados familiares têm pelo menos um membro que vai para as partes centrais de Maputo ou outros bairros, pelo menos uma vez por semana, para trabalhar ou desenvolver outras actividades económicas; 32% têm pelo menos um membro que vai menos do que uma vez por semana mas mais do que uma vez por mês; e os restantes têm membros que vão ao centro da cidade menos do que uma vez por mês mas mais do que uma vez por ano (7%), ou menos do que uma vez por ano ou nunca (11%).

Tabela 45. *Localização do emprego do chefe do agregado familiar*

Localização do Emprego	Khongolote		Inhagoia		Laulane		Mafalala		Total	
	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#
Sem emprego	46,7	14	40,0	12	13,3	4	40,0	12	35,0	42
No bairro	13,3	4	30,0	9	30,0	9	13,3	4	21,7	26
Em outro bairro	30,0	9	23,3	7	36,7	11	46,7	14	34,2	41
Fora da cidade	10,0	3	6,7	2	20,0	6	0,0	0	9,2	11
Total	100,0	30	100,0	30	100,0	30	100,0	30	100,0	120

Muito embora os quatro bairros em estudo tenham histórias diferentes e pareçam diferentes em termos de características físicas e densidade populacional, as diferenças em termos de características sócio-económicas não são muito notáveis. A razão principal para isto deve-se obviamente a nós termos seleccionado os nossos bairros de entre a maioria das áreas de Maputo que são geralmente pobres e vulneráveis. Os indicadores teriam sido muito diferentes se tivéssemos incluído bairros como o Alto Maé, Bairro Central, Polana Cimento e Sommerschild.

4.5 Percepções e Experiências de Mudança Social

Para obter uma imagem das percepções das pessoas sobre o desenvolvimento da pobreza e bem-estar ao longo do tempo, perguntámo-lhes se pensavam que as condições para os seus próprios agregados familiares e suas comunidades se tinham alterado. A principal mensagem é que, enquanto uma maioria de agregados familiares argumenta que a situação melhorou ou permanece na mesma, uma razoavelmente grande minoria considera que a situação para eles próprios e para as suas comunidades se deteriorou. O nosso próprio entendimento é que muitos agregados familiares

sentiram uma verdadeira melhoria nas situações das suas vidas, e muitos reparam que há algumas iniciativas e intervenções na infra-estrutura física e social que estão a afectar outros agregados familiares. Todavia, há também um relativamente grande número de agregados familiares que não só experimenta uma deterioração na sua situação como também percebe que as intervenções que ocorrem não lhes dizem respeito. Mais precisamente, 43% dos agregados familiares no nosso estudo afirmam que a sua vida melhorou comparando com a sua situação de há cinco anos; 23% dizem que permanece na mesma; e 34% queixam-se de que ela se deteriorou (ver Tabela 46). Para a comunidade em geral, 61% dos agregados familiares argumenta que a situação melhorou; 18% que permanece na mesma; e 15% que se deteriorou. A avaliação mais positiva dos desenvolvimentos na comunidade está provavelmente relacionada com o que as pessoas vêem em termos de actividades em curso como reabilitação de estradas, melhoria no fornecimento de água, linhas eléctricas e sistemas de esgotos melhorados, mais escolas e unidades de saúde, muito embora nós vejamos no Capítulo 3 que isto é limitado pelas fortes percepções do impacto negativo do desemprego e criminalidade.¹⁸

Tabela 46. *Percepção de mudanças pelos agregados familiares e comunidades, durante os últimos cinco anos*

	Agregados Familiares		Comunidades	
	%	#	%	#
Melhoraram	42.5	51	64.6	73
Permaneceram na mesma	23.3	28	19.5	22
Deterioraram-se	34.2	41	15.9	18
Total	100.0	120	100.0	113 ¹⁹

Ao mesmo tempo, as pessoas estão optimistas quanto aos desenvolvimentos futuros. Mais de 80% dos agregados familiares esperam que a sua situação de vida melhore nos próximos cinco anos e o número equivalente para a comunidade em geral é de 78%. As áreas mais importantes a melhorar são, ainda de acordo com o nosso estudo, a questão do emprego (36%), criminalidade e segurança (23%), água (9%), saúde (9%), saneamento (6%) e educação (3%). Perguntado quem é responsável pelo melhoramento da situação, tantos quanto 74% dos agregados familiares responderam “o governo”. Isto aponta para uma pesada responsabilidade por parte das autoridades governamentais, quer centrais quer locais, à qual voltaremos mais detalhadamente no último capítulo deste estudo.

¹⁸ Deve notar-se que questões como estas são sempre ambíguas. O Inquérito Nacional aos Agregados Familiares (INE 2004) mostrava que 64% da população de Maputo acreditava que a sua situação se tinha tornado “muito pior” ou “pior” no ano anterior ao estudo, com 14% a dizer que se tinha tornado “melhor” ou “muito melhor” – o que foi o resultado mais negativo em Moçambique.

¹⁹ Sete agregados familiares não viviam na comunidade cinco anos atrás.

5. Percepções e Relações Sociais da Pobreza

Nos capítulos precedentes, analisámos o contexto político e económico e as expressões estatísticas da pobreza e bem-estar em Maputo e seus bairros. Os factores chave que explicam a persistência da pobreza foram o desemprego, baixo rendimento, custo de vida elevado, agregados familiares “a abarrotar”, comunidades densas e tensas e uma economia política urbana que inibe a conversão de uma situação relativamente boa em termos de níveis de educação em emprego e rendimento, vivendo 53% da população de Maputo abaixo da linha de pobreza oficial. O objectivo deste capítulo é analisar as percepções das pessoas e as relações sociais de pobreza e bem-estar, a fim de entender melhor as estratégias de sobrevivência dos agregados familiares e indivíduos pobres e os processos de continuidade e mudança social.

Conforme defendemos no nosso primeiro relatório, somos de opinião que as estruturas política e económica têm uma poderosa influência na acção humana e nas vidas comuns (Bourdieu 1990; Ortner 2006), o que significa que as intervenções de desenvolvimento humano na forma de mudanças na actual economia política são vitais para o alívio da pobreza. Mas também há espaço para mudança social através da intervenção de actores sociais. Indivíduos e agregados familiares agem com base nas suas próprias percepções do seu contexto sócio-económico, e as opções para a mobilidade social ascendente dependem da sua posição económica (i.e. rendimento e bens) e da sua capacidade para estabelecer e manter relações com instituições e indivíduos relevantes, na cidade bem como nas áreas rurais. Os agregados familiares e indivíduos pobres têm geralmente uma gama mais limitada de recursos humanos, sociais, físicos e financeiros ou ‘capital’ para exhibir, o que limita as suas escolhas e estratégias alternativas e pode conduzir a mais marginalização e exclusão (Bourdieu 1990; ver também CPRC 2005).

O urbanismo, ou “as consequências socioculturais da vida urbana” (Goody e Eames 1996), é visto muitas vezes como caracterizado pela “modernidade” nas suas expressões socioculturais e pela diferenciação económica, densidade da povoação e heterogeneidade demográfica (Rakodi e Lloyd-Jones 2002; NU-Habitat 2006). Talvez que a característica mais distintiva da vida urbana seja a importância do emprego e rendimento, e o ponto até ao qual o dinheiro é fundamental não apenas para aquisição das necessidades básicas mas também para o estabelecimento e manutenção de relações sociais. A literatura sobre urbanismo e desenvolvimento urbano realça também a importância das ligações urbano-rurais, quer para trocas económicas quer em termos socioculturais, através da persistência da tradição e das relações rurais (Satterthwaite e Tacoli 2002; Englund 2002). Nós defendemos que “tradição” como cultura e prática é constantemente reinventada e usada estrategicamente por indivíduos e agregados familiares, na cidade bem como através de relações com as áreas rurais (ver também Knauff 2002).

Além disso, os bairros urbanos pobres são comunidades situadas com as suas próprias características particulares e relações sociais que importam para a identidade e estratégias de sobrevivência das pessoas (Appadurai 1997). São também o que são porque são diferentes de outras formações sociais. As pessoas nos bairros pobres são constantemente lembradas da sua pobreza e vulnerabilidade por sinais e símbolos públicos de desigualdades económicas. Para algumas, bairros e casas melhores funcionam como pontos de referência para as suas próprias aspirações e estratégias de sobrevivência. Uma indicação disto é a frequência com que as pessoas nos bairros usam a palavra “dignidade” para explicar porque aspiram a bairros mais bem organizados, melhores casas, melhor acesso aos serviços, etc. Para outras, todavia, a desigualdade serve para lhes instilar uma sensação de desânimo e desespero encurralando-as na pobreza. Este sentimento é expresso por muitos dos mais pobres nos bairros, em noções de terem desistido de fazer mais pelas suas vidas, o

que é uma reminiscência da noção de Lewis de uma “cultura da pobreza” urbana (Lewis 1966; ver também Hannerz 1997).

O nosso principal argumento neste capítulo é que os moradores mais pobres do bairro são marginalizados e excluídos de relações urbanas e rurais vitais, dado que não as podem satisfazer com dinheiro ou meios materiais num contexto social crescente mercantilizado. Sendo incapazes de estabelecer e manter relações construtivas com a família alargada, vizinhos, patrões, estado e outras instituições, eles vêm a depender de uma gama mais limitada de relações e redes sociais, que limita depois o seu acesso aos recursos económicos e aumenta o seu sentimento de impotência e vulnerabilidade. Por outras palavras, a pobreza material tem consequências em si própria, no sentido de que estreita o espaço para relações sociais construtivas e canaliza as relações e percepções culturais das pessoas por formas que tendem a empobrecê-las e marginaliza-las mais (ver Bourdieu 1990).

No capítulo seguinte analisaremos as percepções culturais e relações sociais da pobreza realçando i) as percepções das pessoas sobre os principais constrangimentos e opções na cidade em geral e nas suas comunidades; ii) as percepções das pessoas sobre categorias de agregados familiares pobres e em melhor situação e seus principais constrangimentos e opções; e iii) as relações sociais mais específicas dos pobres e menos pobres, na prática, respectivamente com a família alargada, agentes de emprego e rendimento, e o estado e sociedade civil. A análise será baseada principalmente nas percepções culturais e práticas sociais das pessoas, conforme estas foram expressas, através de metodologias de análise dos factores que influenciam uma situação social, classificação de riqueza e diagramas de Venn (ver Capítulo 1), mas referir-nos-emos também a outros estudos antropológicos quando for relevante (ver e.g. da Costa 2007; Ndhimandí 2005; Francisco e Paulo 2005; Vletter 1992; Loforte 1989).

5.1 Percepções de Pobreza e Bem-Estar

Características de uma Comunidade Pobre

Separámos em duas categorias as percepções das pessoas sobre as características das comunidades pobres, resultantes da análise dos factores que influenciam uma situação social. Uma refere-se às condições estruturais e processos que as pessoas acreditam que não podem influenciar e têm de se relacionar com elas o melhor que podem. A segunda refere-se às condições, ao nível de agregados familiares e indivíduos, pelas quais as pessoas crêem que podem fazer alguma coisa (ver Tabela 47).²⁰

²⁰ A lista na Tabela 47 é feita na base do resultado da metodologia de enquadramento dos factores que influenciam uma situação social (ver Capítulo 1) na Mafalala, Inhagoia, Laulane e Khongolote, e reflecte os pontos mais comuns mencionados na resposta à questão “quais são as condições mais importantes que tornam pobre esta comunidade”.

Tabela 47: *Percepções Emic das características de uma comunidade pobre*

Condições estruturais	Condições sociais
<ul style="list-style-type: none"> • Desemprego (no sector formal) • Baixos retornos (no sector informal) • Tudo na cidade tem de ser comprado (com dinheiro) • Dificuldade em manter relações com áreas rurais para obter (acesso directo a) comida. • O aumento dos preços, especialmente do pão e combustível, tornou as coisas mais difíceis • A falta de postos de saúde apropriados e de água canalizada torna as coisas mais difíceis • A falta de transporte público encarece a ida para o trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> • As pessoas vivem demasiado amontoadas e não há demarcação apropriada (entre talhões) • Os jovens já não respeitam os mais velhos • Os mais jovens e as crianças tornam-se ladrões porque não têm comida. • Não há respeito pela lei (porque a polícia não pode fazer nada) • Algumas pessoas não querem trabalhar na <i>machamba</i> • Muitas pessoas têm HIV/SIDA, mas muitas vezes não sabemos quem elas são.

Os constrangimentos estruturais de longe mais importantes para a redução da pobreza ou melhoria do bem-estar, identificados pelos grupos, estão relacionados com o desemprego e baixo rendimento. As pessoas vêem que mais oportunidades de emprego e rendimentos mais elevados são uma questão chave para a melhoria das condições gerais dos agregados familiares individuais e da comunidade em geral. Elas atribuem ao estado a responsabilidade pelo acesso limitado ao emprego formal (muitas das pessoas mais velhas fazem referência às superiores oportunidades de emprego “no tempo dos Portugueses”) e argumentam que os fracos retornos no sector informal estão parcialmente relacionados com a “competição”, mas pedem também melhores condições e segurança nos mercados e para os vendedores ambulantes. As frases mais recorrentes nas nossas discussões com grupos e indivíduos nos bairros foram talvez à volta de “tudo na cidade custa dinheiro” e “aqui na cidade nada sobra para repartir”.

As nossas discussões de grupo mostram também que as pessoas nos bairros têm uma relação estreita e consciente com a sua área rural de origem (“*terra de origem*”), e que as pessoas que nasceram na cidade sabem muito bem onde fica a sua área rural de origem. Elas defendem que é importante manter relações com os familiares e outros na aldeia e que estar envolvido na agricultura é importante pois “não temos de gastar muito dinheiro com comida”. Ter *machambas* na aldeia é considerado a melhor opção, dado que isso liga as pessoas à sua família alargada, mas muitas têm também pequenos talhões nos arredores de Maputo (na ‘*Zona Verde*’) ou no próprio bairro (como em Khongolote). As pessoas que não trabalham na *machamba* são vistas como “tão ricas que podem comprar a comida que quiserem”; como pessoas que são preguiçosas e “não querem trabalhar”; ou como pessoas que são demasiado pobres e fracas para se envolverem em tarefas agrícolas.

Os preços da comida são considerados uma razão particularmente importante para o empobrecimento e muitas pessoas “têm de viver só de pão”, o que é considerado insuficiente para uma dieta adequada. A água está a tornar-se privatizada como parte da política municipal de abastecimento de água, e muitos agregados familiares fazem contratos com proprietários privados e pagam até 350 MTn por mês. O combustível é importante para iluminar a casa e quando é muito dispendioso as pessoas têm de “viver na escuridão”, conforme alguém disse. Os postos de saúde e hospitais estão em muitos casos situados noutros bairros e as pessoas queixam-se que é dispendioso ter de ir para outros bairros não sendo aí populares porque vêm de uma outra área. E o sistema de transportes é considerado inadequado não apenas porque é dispendioso, mas também porque os

chapas não param onde as pessoas querem: “As pessoas são postas fora e têm de ir a pé ou apanhar outro *chapa* se tiverem dinheiro”.

Ao descrever os problemas sociais nos bairros que estão relacionados com o próprio comportamento das pessoas, o excesso de pessoas é um tema recorrente. Há demasiadas pessoas indo e vindo (“Eu costumava conhecer as pessoas daqui, mas agora não conheço ninguém”, queixava-se um homem de idade na Mafalala), e as pessoas reconhecem também que muitas casas têm “demasiados moradores”, o que pode criar “pobreza e conflitos entre as pessoas”. Um tema recorrente nos grupos era também a falta de respeito entre os jovens, o que torna difícil para as pessoas mais velhas falar-lhes de juízo e torna os bairros inseguros à noite. Em diversos grupos, o álcool e as drogas foram apresentados como um grande problema, mas a maioria dos participantes reconheceu que o verdadeiro problema era que “os jovens não têm nada para fazer”.

Todos os grupos enfatizaram a questão da criminalidade e de como esta afecta a vida nas comunidades. A polícia local confirmou que a criminalidade é um grande problema e que está a subir, muito embora isto não esteja reflectido nas estatísticas disponíveis (Amoroc 2006). As pessoas argumentam que a maioria dos crimes não são reportados à polícia, nem chegam ao tribunal, e dizem que “a polícia não faz nada” ou que não ajuda a vítima que o culpado vá parar à prisão.²¹ O maior realce foi dado pelos grupos ao assassinio e roubos violentos, dado que estes são vistos como tendo as mais sérias consequências para a comunidade, mas reconhecem que o roubo nas casas e nas lojas é um problema muito mais comum. Nenhum grupo mencionou a violência doméstica, a qual pode ser considerada demasiado privada para ser discutida em fóruns públicos.

Os grupos foram relutantes em falar em qualquer detalhe do HIV/SIDA (muitas vezes referido como uma “*doença prolongada*”), embora as pessoas reconheçam que ele existe e que tem implicações para a comunidade e para as relações entre as pessoas. Num bairro foi argumentado que era difícil saber quem tinha a doença “já que aqui estão muitas pessoas doentes”, e que “as pessoas que precisam de tratamento vão para a cidade”. Foi também dito que isso era um particular problema para “aquelas [mulheres] que trabalham na Avenida 24 de Julho” (i.e. prostitutas). As implicações do HIV-SIDA foram mais fortemente expressas quando passou um cortejo fúnebre durante uma discussão de grupo num dos bairros. Antes, disseram as pessoas, todos os familiares, amigos e vizinhos vinham a um funeral. Demorava vários dias e os convidados eram bem tratados com comida e bebidas e tinham tempo para falar. Agora é tudo muito mais rápido, não vem tanta gente, há pouca comida e “você encontrará sempre pessoas que vão para um bar durante o funeral”. Num certo sentido a morte está a tornar-se um lugar comum, sem que com isso seja menos dolorosa para as pessoas directamente envolvidas (ver também Paulo 2004).

Em resumo, as pessoas têm percepções claras acerca dos problemas e desafios nas suas comunidades e (como veremos no Capítulo 6) ideias claras sobre o que deve ser feito sobre eles. Os pontos listados foram todavia o resultado de longas e por vezes acesas discussões nos grupos. As diferenças de opinião eram principalmente entre os velhos e os novos, com os primeiros a afirmarem frequentemente que as coisas eram melhores no passado e (pelo menos indirectamente) atirando a culpa pelos problemas para a falta de respeito pelos valores tradicionais, e os últimos culpando principalmente a falta de oportunidades de emprego e rendimento num contexto urbano violento. As mulheres tendiam também a dar mais ênfase às condições no bairro do que os homens, que estavam mais ocupados com o problema do emprego. Porém, e não obstante todos os problemas identificados nas comunidades, muito poucos exprimiram preferir regressar às suas aldeias de

²¹ Um argumento avançado pelos tribunais tradicionais é que eles podem ordenar uma compensação por parte do culpado, para a vítima ou para a sua família alargada, enquanto que os tribunais formais condenam as pessoas a pena de prisão sem tal compensação.

origem ou outras áreas rurais. Isto implica que as pessoas apesar de tudo vêem vantagens em viver na cidade, ou que alternativamente acham que é ainda mais difícil viver nas áreas rurais.²²

Características de um Agregado Familiar Pobre

Nesta secção, apresentaremos as percepções das características de um agregado familiar pobre, tal como estas nos foram apresentadas através da metodologia participativa de classificação da riqueza (ver Capítulo 1). No seguimento da discussão acerca da definição alargada de pobreza, perguntámos à comunidade como se pode dizer se um agregado familiar é pobre ou não. Este tipo de características ou identidades auto-designadas é importante para a nossa compreensão da dinâmica da pobreza, dado que têm implicações para a percepção das próprias pessoas sobre a sua situação, para a forma como os outros entendem a sua situação, e por isso para as estratégias e acção das pessoas. A Tabela 48 apresenta as percepções sobre agregados familiares pobres, separadas em características materiais e sociais respectivamente.

Tabela 48: *Percepções Emic de um agregado familiar pobre*

Características materiais	Características sociais
<ul style="list-style-type: none"> • Agregados familiares com crianças que não têm roupa apropriada (na escola) • Agregados familiares que não podem cozinhar porque não têm comida • Agregados familiares com casas bonitas, mas sem mobília • Agregados familiares com casas pequenas, sem portas nem janelas • Agregados familiares que dormem no exterior sobre uma <i>esteira</i> • Agregados familiares sem chávenas, pratos e cadeiras • Agregados familiares que não têm dinheiro para comprar chá 	<ul style="list-style-type: none"> • Agregados familiares sem emprego, sem rendimento e com fome • Agregados familiares em que marido e mulher não permanecem juntos • Agregados familiares sem mulheres [para trabalhar no sector informal e cuidar da casa] • Jovens que ficam grávidas, sem ninguém que assuma a responsabilidade • Raparigas e rapazes jovens que abandonam a escola e se tornam ladrões ou prostitutas • Pessoas idosas (solteiras, viúvas, divorciadas) sem ninguém que as apoie • Órfãos de pais [que tiveram 'mortes precoces']

Os grupos evidenciaram a incapacidade de cuidar apropriadamente das crianças como um sinal central de pobreza e desamparo, simbolizado pelas crianças que vão para a escola sem uniformes ou roupas apropriadas. Não cuidar das crianças é considerado vergonhoso e associado à pobreza e a um contexto urbano onde os membros adultos da família estão demasiado ocupados a ganhar a vida para acompanharem as suas crianças. Quando perguntámos aos grupos se ter muitos filhos é uma coisa boa na cidade, alguns responderam que é uma coisa boa quando os agregados familiares reúnem as condições adequadas para os criar. Mas outros responderam que não é bom porque as crianças não arranjarão emprego para ajudar os pais, o que perpetuará uma situação de pobreza ou privação para o agregado familiar. De qualquer modo, conforme vimos no Capítulo 4, as pessoas nos quatro bairros têm muitos filhos.

As características materiais dos agregados familiares pobres centravam-se ainda na habitação e na capacidade de pôr comida na mesa, que é simbolizada pela posse de cadeiras, chávenas, pratos e chá

²² Isto está em aparente contraste com a situação nas áreas urbanas em outros países da África Austral, onde os estudos mostram que muitos agregados familiares tomam decisões estratégicas com o objectivo final de regressarem às suas áreas rurais de origem logo que tenham parado de trabalhar (ver e.g. Ferguson 1999; Bank 2001).

como sinais culturais urbanos fundamentais de pobreza e bem-estar. Não ser capaz de entreter visitantes e convidados é considerado vergonhoso. O “ritual” quando se entra numa casa é elaborado e importante: em vez de primeiro cumprimentar, o dono da casa ausentar-se-á dentro dela ou irá ao pátio traseiro buscar cadeiras e assegurar-se-á que o visitante está confortável, cumprimentando-o então com o equivalente a “bom dia, boa tarde ou boa noite” (ou mais elaboradamente com pessoas com quem seja importante identificar a área de origem e possíveis ligações familiares) e oferecendo refrescos. Não ser capaz de preencher tais expectativas (fazendo sentar os convidados no chão e sem nada para oferecer) é visto como um sinal de pobreza ou privação e tem implicações para a natureza das relações sociais.

Igualmente significativos são os contrastes postos entre a aparência (“belas casas”) e a situação real de pobreza e bem-estar (“sem mobília”). Um grande número de agregados familiares tem casas em contínua construção e as pessoas nos grupos concordaram que muitas vezes leva anos a concluir uma casa – se é que a concluem. Perguntado às pessoas porque não constróem casas mais simples e baratas, o que libertaria dinheiro para comida e mobiliário, as respostas variaram desde a importância de ter uma casa de tijolo apropriada à segurança económica, até argumentos de que as casas de tijolo são sinais de pertença urbana e sucesso (i.e. com conotações económicas e culturais tão grandes como o gado nas áreas rurais). Em consequência, viver em casas mais baratas de tipo rural (casas de caniço) ou cabanas de chapa ondulada é um dos sinais mais claros de pobreza e privação nos quatro bairros, muito embora possa fazer sentido para o agregado familiar viver aí para poder gastar o dinheiro em comida, roupa, educação e saúde em vez de tijolos.

Identificadas as características sociais dos agregados familiares pobres, os grupos focaram a condição geral de desemprego, fraco rendimento e fome, mas também características mais específicas. A importância de os agregados familiares estarem “completos” para serem capazes de lutar e relacionar-se com o ambiente urbano, é indicada pela identificação dos agregados familiares onde marido e mulher não vivem juntos como sendo particularmente pobres e vulneráveis. Interessantemente, as pessoas nos grupos realçaram também os agregados familiares sem mulheres como particularmente vulneráveis à pobreza e privação. Isto pode ser interpretado como um reconhecimento dos múltiplos papéis das mulheres no conjunto urbano, como ganhadoras de rendimento, geralmente na economia informal, e para reprodução social através do cuidar das crianças, cozinhar, limpar, preparar as crianças para a escola, tratar dos doentes e muitas outras tarefas. Ou, inversamente, que os homens pobres sozinhos são incapazes de combinar emprego e rendimento com as responsabilidades domésticas e os cuidados com as crianças, “coisas que não estão preparados para fazer na nossa cultura”. Tais homens estão em verdadeira dificuldade, sublinhou um grupo, e têm de encontrar um familiar ou outra mulher que os possa ajudar se quiserem evitar a miséria.

A identificação de mães solteiras (com ninguém a tomar a responsabilidade da paternidade) e rapazes e raparigas que abandonam a escola e se tornam “ladrões e prostitutas” aponta para duas questões que estão estreitamente associadas com a vida urbana. As pessoas nos grupos argumentam que é difícil forçar os homens a assumirem a responsabilidade da paternidade se eles recusam ou não têm recursos para isso porque “a família alargada não está aqui” e os homens novos têm “falta de respeito”. Se não estiver relacionada com estupro ou outro crime violento, a paternidade é também considerada um assunto privado a resolver pelo agregado familiar ou pela família alargada: no Moçambique rural, contaram-nos as pessoas, os tribunais tradicionais podem ainda forçar o rapaz ou a sua família alargada a assumir a responsabilidade ou a pagar uma compensação. As mães solteiras, particularmente com diversos filhos, também enfrentam problemas em encontrar outros homens que queiram tomar as crianças à sua responsabilidade. A identificação como pobres de jovens que desistiram da escola parece ser baseada numa combinação dos problemas que eles enfrentam em arranjar emprego e rendimento (e o concomitante fardo que representam para as suas

respectivas famílias) e o estigma dos jovens preguiçosos que permanecem nos bairros o dia inteiro actuando como “ladrões ou prostitutas”.

Finalmente, as pessoas idosas sem ninguém que as apoie e os órfãos foram realçados como particularmente pobres e vulneráveis. Estes casos foram também apresentados como problemas especificamente urbanos, dado que os idosos e os órfãos “são melhor tratados nas aldeias”. Há instituições sociais em Maputo tanto para idosos como para órfãos (ver Capítulo 4), mas a família alargada é ainda vista como responsável. A maioria das pessoas idosas pobres e marginalizadas são identificadas como sendo mulheres que enviuvaram ou se divorciaram, que num contexto patrilinial têm poucas pessoas para as quais se possam voltar se a família do marido ou os seus filhos não estão em posição ou não querem assumir a responsabilidade (ver abaixo). Embora muitos órfãos estejam ao cuidado da família ou de instituições, aqueles que acabam sozinhos nas ruas são vistos como uma particular ignomínia numa sociedade onde as crianças tradicionalmente têm tido um lugar central.

Resumindo esta secção, talvez a característica mais notável das percepções de pobreza das pessoas seja o foco no agregado familiar imediato, mais do que o seu lugar num contexto de família alargada mais vasta como na Nampula rural, onde por exemplo, a ausência de um tio materno era vista como uma característica central dos agregados familiares pobres (Tvedten, Rosário e Paulo 2006). Isto confirma a noção dos agregados familiares urbanos pobres estarem “entregues a si próprios” embora vivendo em contextos sobrepovoados. A importância dada a ter mulheres no agregado familiar para evitar pobreza e privação pode ser também interpretada como um sinal da sua importância para reprodução social num cenário urbano onde os homens enfrentam problemas crescentes no seu papel tradicional como provedores devido ao desemprego formal. Por último, os indivíduos pobres como mães solteiras, idosos sós e órfãos são considerados mais pobres e mais desamparados num ambiente urbano onde a família alargada e as instituições tradicionais, como o clã (nihimo), desempenham um papel mais limitado do que nas áreas rurais. A noção geral de pobreza urbana pode talvez ser melhor exemplificada por uma afirmação feita num dos nossos grupos de discussão: nas áreas rurais, defendeu um velho homem, “você pelo menos tem qualquer coisa”, referindo-se à família e à machamba. Mas aqui na cidade há gente que não tem nada.

Categorias de Agregados Familiares Pobres

Prosseguindo na nossa discussão das percepções gerais das características das comunidades e agregados familiares pobres nos bairros de Maputo, olharemos agora mais de perto as categorizações mais concretas de unidades de agregados familiares pobres e em melhor situação, tal como estas surgiram no exercício de classificação de riqueza (ver Capítulo 1). O nosso ponto de partida é, novamente, que tais classificações reflectem realidades no terreno e são importantes para as verdadeiras estratégias e relações que as pessoas adoptam nas suas vidas diárias.

O nome geral para pobreza em Ronga/Shangana é “*xisiwana*”, que quer dizer “alguém que não tem nada” ou alternativamente “pessoas que têm medo de falar com outras pessoas” ou “terra estéril” – enfatizando eficazmente o duplo atributo de pobreza material e isolamento social. Os grupos que tomaram parte no exercício de classificação de riqueza identificaram um total de cinco categorias de agregados familiares pobres, nomeadamente, i) *xisiwana xantumbuluku*, ii) *xisiwana xangamo*, iii) *xisiwana xakwiancha*, iv) *xisiwana nkansakaia* e v) *xisiwana xakwiantxahana*.

Xisiwana xantumbuluku quer dizer “pobre por natureza”. Isto significa que o agregado familiar é pobre porque as famílias alargadas às quais ele pertence sempre foram pobres. O agregado familiar tenta fazer qualquer coisa para sair da pobreza, mas é difícil porque não tem os meios para melhorar as vidas dos seus membros. Dentro da categoria *xisiwana xantumbuluku* encontramos uma subcategoria conhecida como *nfelacase*, que significa viúva em Shangana (“nfela” quer dizer morte

e “case” significa marido). Nfelacase é também considerada “pobre por natureza” porque a morte é uma coisa natural.

Caso 1 – Xisiwana xantumbuluku

“Xantumbuluku” nasceu no distrito de Macia na província de Gaza. Mudou-se primeiro de Gaza para o bairro de Hulene, ‘empurrado’ pela pobreza, e mudou-se com a sua família alargada. Depois de alguns anos em Hulene o agregado familiar mudou-se para Laulane. Xantumbuluku é solteiro porque não tem dinheiro para se casar, mas deixou um filho na Macia com a sua mãe. Xantumbuluku vive com quatro pessoas (um sobrinho com sua esposa e dois filhos), mas todos lutam para sobreviver. O maior problema na família do Xantumbuluku é a pequena casa, que só tem um quarto, dado que não têm dinheiro para construir uma casa maior. Xantumbuluku vende biscoitos, detergente e vinagre entre outros produtos básicos, em frente da sua casa. O seu irmão e cunhada ajudam-no a vender. Quando vendem podem fazer até 60 Meticais por dia, que usam para comprar comida. Não sobra nada para outras coisas, como a educação das crianças ou uma ida ao hospital.

Caso 2 – Nfelacase

Há diferentes tipos de viúvas ou “nfelacase”. Algumas vivem na casa do falecido marido e outras deixaram-na. A nfelacase que continua a viver aí é a mais vulnerável, porque os seus parentes por afinidade podem a qualquer momento decidir parar de a ajudar. Se ela não trabalha e depende totalmente da família do seu falecido marido, pode ter dificuldade em satisfazer as necessidades básicas. Uma viúva em Khongolote passou pela situação de o sobrinho do seu falecido marido tomar conta da sua casa no centro de Maputo, com o apoio dos seus parentes por afinidade, deixando-a sem nada, e ela teve de se mudar para um bairro onde a terra era mais barata e disponível. Ela vive agora com quatro dos seus filhos e diz estar a tentar restabelecer relações com a sua própria família em Inhambane. Tem visitado os seus familiares (levando-lhes açúcar, pão, chá e outros itens “urbanos”) e eles têm-na visitado (trazendo batata doce, alfaces e bananas). Ganha a vida a vender refrigerantes num mercado local em Khongolote e a produzir cebolas e alfaces que vende num mercado local no bairro T 3. Embora o seu rendimento seja pequeno e irregular, ela tem sido capaz de enviar para a escola dois dos seus filhos.

Xisiwane Xangamo são agregados familiares que ficaram pobres ou desamparados em resultado de acontecimentos específicos ou relações descontinuadas. São feitas distinções entre os que sofrem uma mobilidade social descendente sem ser por culpa própria (e são dignos de apoio) e aqueles que criaram problemas a si próprios (e por isso não merecem o mesmo apoio). Eles podem ter uma casa, mas não mobília. E podem ter comida num dia, mas não no dia seguinte. A categoria inclui a subcategoria *xiculungo*. Xiculungo é um agregado familiar pobre, geralmente chefiado por uma mulher solteira, divorciada ou viúva, sem rede social no bairro ou na sua aldeia rural de origem.

Caso 3 – Xisiwana xangamo

“Xangamo” é um homem. Nasceu no Chibuto, vive na Mafalala desde 1963 e trabalhava para a cervejeira Laurentina. Xangamo está agora reformado. Depois de a sua primeira esposa falecer, a família dela ofereceu-lhe uma outra mulher para casar. Ficou viúvo pela segunda vez em 2002. A sua mulher caiu doente com diarreia e malária. Xangamo levou a sua mulher ao curandeiro (*sangoma*) mas ela morreu. Xangamo diz que tem treze filhos, e onze deles estão desempregados e sobrevivem graças a actividades informais

(*biscates*). Dois filhos são futebolistas mas não ganham o suficiente para lhe dar apoio. E dois filhos trabalham na África do Sul. Nenhum dos filhos o visita ou ajuda com regularidade, mas contribuem um pouco quando as coisas estão realmente difíceis. Os filhos não o ajudam devido ao seu comportamento (ele consultou um *sangoma* em vez de levar a sua mulher ao hospital e continua a consultar *sangomas*) e está a beber demasiado.

Caso 4 – Xiculungo

“Xiculungo” é uma mulher que vive em Khongolote. Estava casada com um homem que a deixou mais aos seus dois filhos quando, há cinco anos, encontrou outra mulher. Ele deixou de a apoiar e ela não pôde continuar a alugar quartos no centro da cidade e mudou-se para Khongolote, onde ergueu uma pequena casa ‘rural’ (*casa de caniço*) entre casas em construção. Ela perdeu o contacto com a sua família em Inhambane, tem apenas uma irmã em Maputo, que está doente, e a família do seu marido deixou de se relacionar com ela quando ele a deixou. Passa o dia junto da sua casa tentando vender biscoitos e vegetais e por vezes cozinha para os operários que trabalham na construção de casas para pessoas de Maputo. Os seus dois filhos não vão à escola porque não têm meios para pagar o transporte, o material escolar e uma taxa extra que lhe pedem porque a escola está ‘cheia’. Praticamente todo o dinheiro que ganha é gasto em comida e ela não vê como pode melhorar a sua vida.

Xisiwana xakwiancha são agregados familiares pobres que sabem como usar o pouco que têm. Têm pão e chá todos os dias. Nesta categoria há uma subcategoria conhecida por *kupfumala*, que significa “porque não tenho”.

Caso 5 – Xisiwana xakwiancha

“Xakwiancha” é um homem. Nasceu na Macia em 1931 e veio para Maputo a pé quando era jovem. É viúvo e tem dez filhos, trinta e dois netos e seis bisnetos. Mudou-se para o bairro de Laulane em 1968. Quando chegou, o *régulo* de Laulane deu-lhe um lote de terreno para construir a sua casa. Xakwiancha disse que nessa altura não havia muita gente no bairro. Quando chegou a Maputo começou a trabalhar nos Caminhos de Ferro de Moçambique. Não esqueceu o que aconteceu quando os *turras* (guerrilheiros) chegaram. Fez parte do movimento operário e começou a mobilizar os trabalhadores para lutarem pelos seus direitos. Está agora reformado e trabalha como guarda na Escola Comunitária de Laulane. Não ganha muito mas diz que tem o que precisa. Está também activo na comunidade e gosta de ajudar outras pessoas e de aconselhar os estudantes o melhor que pode.

Xisiwana nkansakaia – *nkansakaia* quer dizer “ficar em casa” (*pilar em casa*). Xisiwana nkansakaia é uma mãe solteira que tem muitos filhos de diferentes pais que não vivem com ela. Nesta categoria estão também incluídas mulheres com gémeos, que tradicionalmente são considerados má sorte.

Caso 6 – Xisiwana nkansakaia

“Nkansakaia” nasceu na Maxaquene. A sua família mudou-se para Laulane quando ela era uma criança, mas não sabe porque se mudaram. Nkansakaia é uma mãe solteira. Tem quatro filhos. Dois filhos vão à escola em Laulane mas os outros dois não vão porque ela não tem dinheiro para comprar uniformes e livros. Pensa que tem qualquer problema

porque os homens não ficam com ela. Os homens engravidam-na e vão-se embora. Nkansakaia pensa que eles a deixam porque é muito pobre. Ela geralmente pede-lhes coisas antes de eles a deixarem. Nkansakaia vive com quatro irmãs, todas mães solteiras. Elas sobrevivem vendendo carvão aos vizinhos no seu pátio. Pensa que ela e as suas irmãs têm má sorte. Têm uma data de filhos e não têm maridos para ajudar. Nkansakaia pensa que é bom ter muitos filhos quando uma família tem meios para os criar. Todo o dinheiro que ganha é gasto na compra de comida. O dinheiro não chega para economizar. Os maiores problemas que ela enfrenta na sua família são a falta de comida, roupas e dinheiro para acabar a sua casa. A casa da Nkansakaia é feita de cimento com cobertura de zinco, mas a casa não tem janelas e o chão não é adequado. Quando ela ou um membro da sua família cai doente é também um grande problema. Assim, os membros da família da Nkansakaia podem sofrer e, em alguns casos, morrer por causa da falta de família alargada e apoio institucional. Um outro problema para Nkansakaia é que ela não pode casar por causa das crianças. As crianças dão origem a despesas e crianças que não são tuas tornam-se difíceis de tolerar.

Xisiwana xakwiantxahana – *xakwiantxahana* significa “pobreza média”. Estes agregados familiares têm um rendimento pequeno mas regular, que no entanto não é suficiente porque há muitas bocas na família para alimentar.

Caso 7 – Xisiwana xakwiantxahana

“Xakwiantxahana” nasceu na Maxixe e mudou-se para Maputo em 1976. Quando chegou a Maputo viveu primeiro no bairro de Chicabela (agora CMC). Mudou-se para Inhagoia em 1982 porque a sua tia vivia aí. Xakwiantxahana trabalhou na empresa Agrícola antes de ser transferido para o Ministério da Agricultura, onde ganha um salário mínimo de 1.800 Meticais mensais. Xakwiantxahana tem duas esposas e nove filhos. Seis vivem com ele e três vivem em Infulene com a sua segunda esposa. Todos os seus filhos estudam. Faz as compras em Inhagoia porque o transporte para a cidade é caro. Diz que a cidade é apenas para trabalhar e o resto das actividades são feitas em Inhagoia. Não obstante o facto de Xakwiantxahana trabalhar e ganhar o ordenado mínimo, isso não é suficiente para sustentar a sua família. A sua situação é particularmente difícil porque não tem uma *machamba* que o possa ajudar e ele não dispõe de tempo suficiente para fazer *biscates*. A situação de Xakwiantxahana tornar-se-á pior quando os seus filhos atingirem os níveis escolares mais elevados em que as propinas e o material escolar são pagos. Xakwiantxahana preocupa-se porque sabe que quando se reformar terá ainda menos.

Em resumo, as várias categorias de pessoas pobres ensinam-nos que não há um conceito de pobreza que se ajuste a todas as realidades. Mostram-nos também que as pessoas definem e relacionam as categorias de pessoas pobres na base do seu grau de pobreza material, da natureza das suas relações sociais de pobreza e o ponto até ao qual a sua pobreza é considerada sua própria culpa ou não.

Categorias de Agregados Familiares em Muito Boa Situação

Pedimos também às comunidades para identificarem categorias de agregados familiares ricos ou em muito boa situação e as pessoas que lhes pertencem. As pessoas foram mais relutantes em fazer isto do que em identificar os agregados familiares pobres, porque riqueza e sucesso estão estreitamente associados a feitiçaria e magia. A palavra comum em Ronga/Shangana para designar rico ou em muito boa situação é “*aganhile*”, que também quer dizer “ganhar”. Foram identificadas três categorias principais, nomeadamente *xantumbuluku*, *xigogo* e *aganhihana*.

Aganhile xantumbuluku – *xantumbuluku* significa “ter alguma coisa por natureza”, ou ter sido sempre rico e trabalhado arduamente.

Caso 8 – Aganhile xantumbuluku

“Xantumbuluku” nasceu no distrito de Manjacaze, província de Gaza. Tem 54 anos e chegou a Maputo em 1964. Xantumbuluku é o filho da terceira mulher do seu pai. As outras mulheres queixavam-se que o pai de Xantumbuluku despendia muito tempo com a sua mãe e esta afastou-se do conflito e mudou-se para Manhiça, onde permaneceu em casa do tio do seu marido. O tio de Xantumbuluku era um *régulo* e tinha boa situação. Em Lourenço Marques, a mãe de Xantumbuluku queria que ele estudasse. Enquanto estudava começou a trabalhar como empregado doméstico na Mafalala. O primeiro salário que Xantumbuluku ganhou foram 100\$00 (*cem escudos* coloniais). Com este dinheiro comprou roupa e sapatos. Mais tarde Xantumbuluku estudou na Missão Suíça. Para fazer exame precisava de ser um *assimilado*. Quando terminou os seus estudos começou a trabalhar na Associação de Estudantes de Moçambique. Em 1973, Xantumbuluku pediu para ser transferido para o Ministério das Obras Públicas e em 1980 foi para Cuba estudar comércio e gestão. Em 1989, contraiu um empréstimo de 30.000 Meticais junto do Banco Austral para começar um negócio de frangos e comprar uma camioneta de carga, enquanto continuava a trabalhar para o governo. Em 1995, abriu um poço e fornecia água a agregados familiares em Laulane e abriu um viveiro de plantas que agora expandiu desenvolvendo um negócio de flores para casamentos, aniversários e baptizados. Xantumbuluku tem cinco filhos e emprega oito trabalhadores. Xantumbuluku tem ainda planeado um outro projecto, que é uma garagem. Para dar início a este projecto, pediu financiamento à Socremo (um banco que concede micro-crédito).

Xigogo – *xigogo* significa “alguma coisa grande”. Esta categoria comporta agregados familiares que se tornaram ricos relativamente depressa e gostam de exibir a sua riqueza (“novos ricos”). Têm os filhos em escolas privadas, quando estão doentes vão ao hospital e fazem compras no Shoprite (até há pouco o único centro comercial de Maputo).

Caso 9 – Xigogo

“Xigogo” nasceu em Inhambane. É casado e tem seis filhos. Todos os filhos estão a estudar. Xigogo tem três projectos no bairro de Inhagoia: água canalizada, cabeleireiro e uma companhia privada de transportes (*chapas*). Prepara-se para abrir uma loja em Inhagoia com o dinheiro que poupa dos três negócios. Xigogo tem duas casas, uma em Inhambane onde nasceu e outra em Inhagoia. Antes de ter começado estes negócios Xigogo trabalhava como contabilista na Stanex, uma empresa Holandesa que fechou e lhe pagou uma indemnização. Depois disso decidiu trabalhar para si próprio. Xigogo disse que não gosta de imitar ninguém, e gosta de viver à sua maneira. Quando um membro da sua família adoece ele leva-o ao hospital central de Maputo porque o atendimento é bom e rápido. Começou o negócio de água em 2002 e tem 118 clientes. Xigogo vende água diariamente desde as 6 da manhã até às 9 da noite. Conduz os seus negócios com a ajuda do seu agregado familiar. O negócio da água rende-lhe 19.000 Meticais por mês. Com a empresa de *chapas* Xigogo faz a rota Anjo Voador/ Hulene. Não trabalha durante o fim de semana.

Aganhinhana ou *kutsamiseka*, quer dizer “estável”. Este tipo de agregado familiar não tem demasiado mas tem o que precisa. Tem uma vida agradável e estável com os filhos em escolas públicas e chá e pão com manteiga todos os dias.

Caso 10 – Aganhinhana

“Aganhinhana” nasceu no Chibuto. Vive na Mafalala desde 2002. Aganhinhana é casada e tem quatro filhos. Dois filhos estudam e um é casado. O marido de Aganhinhana é jornalista. De vez em quando, Aganhinhana visita a sua família no Chibuto. A sua família também a visita e traz comida para lhe oferecer. Aganhinhana acha que ter muitos filhos é bom se os filhos ajudarem a família. Os locais importantes na cidade são o mercado da Malanga, a Baixa, Xipamanine e Alto Maé, porque neles pode comprar bons produtos. Quando um membro da família de Aganhinhana adoecer, é levado ao posto de saúde de Malhangalene. Se a doença não for curada, leva a pessoa doente à clínica (privada) da Polana Caniço. Aganhinhana é de opinião que a área na cidade e o hospital são as coisas mais importantes para o bairro da Mafalala. Aganhinhana situa-se numa categoria de agregados familiares em muito boa situação, a que muitos agregados familiares pobres gostariam de pertencer, porque acreditam que se se tornarem *xigogo* terão bastantes problemas com ciúmes e retribuições (i.e. feitiçaria).

Resumidamente, as três categorias de famílias ricas representam carreiras e níveis diferentes de bem-estar. Estão também associadas a diferentes tipos de comportamento e responsabilidade social. Muitas pessoas nos bairros têm delas uma percepção mista: gostariam de ser tão bem sucedidas como elas, mas também vêem que estando em muito boa situação podem criar distância em relação a outros e problemas adicionais.

5.2 Relações Sociais de Pobreza e Bem-Estar

Tendo discutido as percepções das pessoas sobre pobreza e bem-estar, olharemos agora mais de perto para as actuais relações sociais que as pessoas adoptam como parte das suas estratégias de sobrevivência. Como já argumentado, a natureza e extensão das relações sociais que as pessoas conseguem estabelecer e manter, definem amplamente as suas opções de mobilidade social ascendente ou pobreza e privação contínuas. Tomámos como ponto de partida agregados familiares das diferentes categorias, identificados através do exercício de classificação de riqueza, e examinámos as suas relações através de uma combinação de diagramas de Venn e entrevistas aprofundadas (ver Capítulo 1). Foi pedido aos agregados familiares que identificassem as instituições e indivíduos mais importantes para as suas estratégias de sobrevivência, e rotularemos estas com três títulos principais: relações com a família alargada e outras ligações pessoais (amigos, vizinhos, pessoas conhecidas); relações de emprego e abastecimento; e relações com o estado, sociedade civil e organizações de assistência. A constatação global é que os agregados familiares em melhor situação constroem conjuntos mais alargados de relações sociais, enquanto os mais pobres têm relações muito mais confinadas com um mais reduzido conjunto de instituições e indivíduos.

A Família Alargada e Outras Relações Pessoais

Talvez que a expressão mais clara da importância do agregado familiar e da família alargada nos bairros seja a dimensão e complexidade das unidades domésticas (ver Capítulo 4). Os agregados familiares no sul de Moçambique são em princípio estabelecidos com referência a um sistema patrilinial de parentesco e a um padrão de residência patrilocal, no qual as mulheres e os filhos se tornam “propriedade” da família do homem. Isto é simbolicamente confirmado através da continuada prática do dote ou *lobolo*: a família da mulher recebe “compensação”, tradicionalmente

na forma de gado mas presentemente na forma de mercadorias ou dinheiro, e ela muda-se para a família e área de residência do marido (*muntti*). A família do marido exerce considerável influência sobre a vida da mulher e esta torna-se facilmente marginalizada se não der à luz nenhum filho, se divorciar ou o seu marido falecer. Há também uma forte tradição de poligamia, ocupando a primeira mulher uma posição mais central em termos de direitos e responsabilidades do que as mulheres adicionais (ver também Costa 2007).

Embora as pessoas estejam bem conscientes deste “modelo cultural” (ver também Costa 2007), os nossos estudos de caso mostram também que a organização da família e dos agregados familiares é influenciada pelas condições na cidade e pela pobreza. Uma característica básica é que os locais de residência da família alargada estão mais espalhados, com familiares em diferentes partes da cidade bem como em áreas rurais. Uma outra são as implicações práticas do espaço limitado em bairros e agregados familiares superpovoados, o que pode inibir o estabelecimento de agregados familiares “óptimos” em termos de dimensão e composição. Além disso, o casamento como instituição está enfraquecido pela incapacidade de muitos dos pobres nos bairros pagarem o *lobolo* e pela concomitante prática de viver juntos sem relações de casamento formais (i.e coabitação, ou *kukandza*). Isto em si próprio torna os agregados familiares menos estáveis, dado não estarem igualmente envolvidos na rede de família alargada. Para além disso, a capacidade dos homens desempregados e pobres cuidarem das suas mulheres e filhos, conforme prescreve a tradição, é muitas vezes fraca, ao mesmo tempo que muitas mulheres têm a sua própria base económica através da economia informal. A base cultural da poligamia está também enfraquecida devido à prática espalhada de “substituição” da segunda ou terceira mulheres por amantes.

Combinando a contínua e forte tradição patrifocal com as realidades da vida urbana, a característica saliente da família alargada do agregado familiar nos bairros é a sua complexidade e instabilidade. As pessoas vivem em grandes e complexos agregados familiares, porque uma habitação separada é inacessível para muitos, bem como por razões práticas: sobreviver num ambiente urbano torna importante diversificar as fontes de fornecimento, cooperar nos cuidados com as crianças ou idosos e manter laços vitais com as áreas rurais e produção agrícola. Ao mesmo tempo, as relações estão sob constante pressão das realidades urbanas, particularmente entre os agregados familiares mais pobres, com a combinação da pobreza, congestionamento e superpovoamento como pontos centrais. As pessoas mais velhas lamentam a falta de respeito dos seus filhos e netos; pais mais jovens queixam-se da falta de controlo sobre a “preguiça” dos seus filhos; os homens queixam-se que as mulheres não cuidam devidamente da casa e das crianças; e as mulheres lamentam que os homens não trazem para casa dinheiro suficiente para sustentar a família.

As pessoas realçam que os homens mais novos em particular se tornaram companheiros instáveis “que muitas vezes nem mesmo o pouco que ganham trazem para a sua família, gastando-o consigo próprios”, conforme alguém disse. Esta situação parece ter levado as mulheres a tomarem responsabilidade crescente pelas suas próprias vidas, formando voluntariamente agregados familiares chefiados por mulheres,²³ e estabelecendo estreitas redes sociais focadas nas mulheres, deixando alguns homens novos na categoria dos mais pobres e marginalizados dos residentes urbanos. Embora no Sul de Moçambique a tradição patrilinear e a configuração cultural dominada pelo homem pareçam ainda deixar o controlo a cargo dos homens, as pessoas assinalam um número crescente de agregados familiares onde as mulheres tomam as decisões. Entre os agregados familiares envolvidos no nosso estudo constam unidades que consistem em mães solteiras, mães e filhas, irmãs, primas e amigas – todas sem homens num papel activo e presente.

²³ Na África do Sul e Namíbia, os agregados familiares chefiados por mulheres representam actualmente mais de 50% dos agregados familiares nas áreas urbanas (BRIDGE 2001; Banco Mundial 2007).

Para enfrentar os desafios de uma vivência urbana, muitos agregados familiares no nosso estudo atravessam pois períodos de desintegração e fusão baseados em interpretações flexíveis da “cultura tradicional”. Embora o núcleo possa ser um homem, a sua mulher ou mulheres e os seus filhos, pode também por períodos mais curtos ou mais longos conter pessoas da geração dos seus pais (geralmente mas não necessariamente os pais do homem); irmãos ou irmãs (geralmente mas não necessariamente do homem); sobrinhos ou outros jovens familiares enviados para a cidade pelos parentes rurais (geralmente mas não necessariamente do homem); ou outros familiares ou pessoas conhecidas da *terra de origem*. Do mesmo modo, pessoas do agregado familiar urbano podem deixa-lo para viver nas áreas rurais por períodos de tempo mais longos ou mais curtos, incluindo as mulheres que vão ficar com os seus parentes por afinidade no início dos casamentos e ajudar durante as estações agrícolas (ou com a sua própria família alargada em casos de conflito no casamento); as crianças que são afastadas dos bairros urbanos congestionados para viverem com a sua família rural, muitas vezes durante vários anos; e homens que vivem com as outras esposas ou amantes durante meses, noutros bairros ou em áreas rurais. Diversos agregados familiares no nosso estudo integram também homens que viveram na África do Sul ou na Suazilândia durante longos períodos de tempo (ver também Costa 2007).

Com as importantes mas permeáveis relações dentro do agregado familiar e com a família alargada, vizinhos e amigos tornaram-se relações sociais importantes nas vidas diárias de muitos agregados familiares. Em particular, unidades monoparentais e de jovens parecem confiar em tais contactos, tanto nas suas vidas diárias (olhar pelas crianças, “vigiar a casa” quando o dono está no trabalho, cooperar nas tarefas diárias desde pedir açúcar emprestado até livrar-se do lixo, ou ajudar a vender pequenos itens nas *bancas* perto da casa), como em alturas de muita dificuldade (para dar apoio emocional em tempos de crise doméstica, para emprestar dinheiro para material escolar ou visitas ao hospital, para dar apoio material e prático quando as pessoas têm de ir tomar conta de familiares nas áreas rurais, ou para albergar pessoas que tenham perdido a sua casa devido a cheias, incêndios ou desabamento de terras). De facto, alguns dos agregados familiares mais pobres e desamparados na nossa amostra dependem totalmente dos vizinhos para a comida e necessidades básicas. As pessoas, todavia, enfatizam também que tais relações são frágeis. A pobreza e a tensão da vida de bairro limita o número de pessoas com que alguém pode realmente contar e confiar. E os vizinhos e amigos em quem as pessoas confiam são eles próprios muitas vezes pobres e podem encontrar-se em situações em que nada tenham para partilhar. Os dois casos seguintes são ilustrações relevantes do papel da família alargada e de outras relações pessoais para a mudança e continuidade da pobreza e bem-estar (para análises adicionais e estudos de caso ver por exemplo Andrade e Loforte 1997; Espling 1999; Costa 2007).

“**Mariana Inhacule**” nasceu em 1955 em Marracuene. Chegou a Maputo com os seus pais quando era criança. Como adulta viveu primeiro no bairro do Aeroporto e mudou-se depois para Inhagóia “B”. Mariana tem uma machamba; trabalha fora de casa lavando roupa, transportando água e recolhendo metais para vender; e apanha garrafas na rua para vender. Tem tido algumas relações com homens e muitos filhos. Conheceu primeiro um homem de quem teve quatro filhos. Após algum tempo o homem foi trabalhar para a Suazilândia e quando regressou foi para Marracuene onde casou com outra mulher. Ele queria apresentar a sua segunda mulher a Mariana mas esta recusou porque não queria partilhar a mesma casa com outra mulher. Um dos filhos de Mariana morreu de tuberculose, uma filha está casada e o último filho vive com ela muito embora seja adulto. O filho repara rádios e é também construtor, mas não se dá bem com a sua mãe e os dois comem de panelas separadas. Ele acusa a sua mãe de feitiçaria e quer tomar conta da casa, que foi originalmente construída pelo seu pai. Quando o primeiro marido de Mariana vivia na Suazilândia, ela conheceu um segundo homem de quem teve dois filhos e que a abandonou. Mariana tem agora uma relação com um terceiro homem, de quem teve um filho que vive com o pai. Ele tentou ajudá-la mas os seus outros filhos criaram uma “barreira” e, dado que não tinha autoridade [na casa], ele foi-se embora. Ela não sabe onde pára um dos dois filhos que teve do seu segundo homem e o outro

vive na casa da irmã dela num outro bairro em Maputo. Mariana vive também com dois netos. O que está em idade escolar não vai à escola porque “esqueci-me de o mandar”, conforme disse. Mariana e o seu actual marido estão ainda juntos, mas vivem em casas separadas. Ele não vem para casa dela porque uma vez trouxe dinheiro e o dinheiro desapareceu. Ele acusou o filho mais velho da Mariana de roubo e este ficou tão transtornado que lhe pediu para se ir embora e nunca mais voltar. O terceiro marido construiu uma casa para ambos viverem juntos, mas ela estava relutante em deixar os seus filhos e a casa que construiu com o seu primeiro marido. Conforme afirmou, “os meus filhos são o meu marido”. Contudo, este homem sempre a ajuda quando ela está em real dificuldade. Mariana pertence à igreja Christ Star Salvation. Quando ela está doente, a igreja ajuda-a com medicamentos.

“**Victor Hilário**” veio para Khongolote em 2000 com a sua mulher e nove filhos, em consequência da cheia na Polana Caniço, onde costumavam viver. Três dos filhos mudaram-se desde então. Um trabalha na África do Sul (“não estou certo em quê”); um vai à escola no bairro CMC (vive com a sua tia); e um vive em Maputo com uma amiga (“eu ainda lhe dou dinheiro porque ela ainda não tem emprego”). Victor trabalhou no Município de Maputo durante mais de 30 anos, a maioria dos quais na *fiscalização* dos mercados municipais. A família recebeu apoio económico do estado quando teve de deixar a Polana Caniço, mas teve de procurar novo local para viver. Victor começou por comprar dois talhões e construir três casas de caniço que está lentamente substituindo por casas de tijolo. Ainda trabalha para o Município mas queixa-se que é uma viagem cara e longa (custando 1.000 Meticais por mês, dado que tem de apanhar dois *chapas* e “perder até duas horas em cada trajecto se o trânsito estiver mau”). Adicionalmente, o agregado familiar tem uma *machamba* próximo de Marracuene e mantém estreito contacto com a sua família alargada em Gaza, deslocando-se até lá várias vezes ao ano. Victor envolveu-se também na sua nova comunidade em Khongolote e depressa se tornou chefe do *quarteirão* onde vive (“o *chefe* anterior foi despedido porque vendeu [o mesmo lote de] terra duas vezes”). Victor leva o seu compromisso muito a sério embora se queixe que “eu farto-me de trabalhar mas não tenho salário [do estado]”, mas as pessoas “compensam-no” quando ele as ajuda. Uma das suas tarefas é tentar ajudar as pessoas nos conflitos de família, falando com elas ou, se isso não ajudar, conduzindo-as até ao tribunal [comunitário] ou ao *curandeiro*.

Relações de Emprego e Rendimento

No prosseguimento das relações de emprego e rendimento nas vidas dos residentes do bairro que têm estado envolvidos no nosso estudo, tornou-se claro para nós que as pessoas preferem o emprego formal ao informal – não só porque o primeiro geralmente rende remunerações mais elevadas mas também porque é mais seguro e dá retornos mais previsíveis. Há também uma percepção que o emprego formal é emprego “verdadeiro”, com alguns a alegar que é mais “digno” trabalhar num escritório com horário de trabalho do que trabalhar em mercados ou nas ruas. Ao mesmo tempo, os residentes defendem que é melhor trabalhar para o governo porque “então podes também obter uma casa”, referindo-se ao que eles entendem como arranjos que rendem benefícios adicionais. O emprego no sector privado é geralmente visto como menos atractivo porque “podes facilmente ser despedido”, conforme disse alguém. Ser um guarda de segurança que é o trabalho mais facilmente acessível para a maioria dos pobres, é particularmente impopular porque tem baixo estatuto, oferece fraca remuneração e a segurança de emprego é limitada.

Ao explicarem porque é tão difícil obter emprego formal, as pessoas reconhecem que muitos dos residentes do bairro não têm a educação, conhecimento e experiência necessários para muitos dos “bons empregos”. Mas também realçam o problema de “ter de pagar”, referindo-se ao que parece ser um sistema espalhado de pagar uma “contribuição” para que alguém te recomende a um potencial empregador. Para as pessoas da comunidade que têm um emprego formal e um rendimento regular, tal situação também coloca desafios. Elas estão sob forte pressão para partilhar

e contribuir para a sua família alargada, assim como para os vizinhos e outros membros da comunidade, e as pessoas argumentam que “os ricos não querem mostrar a sua riqueza” para evitar isso mesmo. De facto, há uma percepção difundida de que o “sucesso” em termos de emprego e rendimento está de algum modo relacionado com feitiçaria e bruxedo e que por isso é “tabu” (*psahila*) falar acerca disso. As pessoas nos bairros estavam muito relutantes em identificar quem eram os empregados e os em melhor situação nas suas comunidades, declarando geralmente, como observou um grupo, que “[] é fácil reconhecer as famílias em muito boa situação [nesta comunidade]. Têm grandes casas de cimento cobertas com zinco. Algumas delas têm uma mota e automóvel”.

Para a maioria da nossa amostra de agregados familiares, a mais relevante e importante fonte de emprego e rendimento é o sector informal. O sector tem sido chamado “um sistema de negócios permanentes sem recibos” (Serra 2001:19), reflectindo a sua intensidade bem como a sua semi- ou total ilegalidade. Embora as actividades económicas informais paguem menos, sejam menos previsíveis e menos “dignas” que o emprego formal, os nossos estudos de caso mostram que há percepções matizadas das diferentes possibilidades que traz. O tipo mais comum de actividade económica informal é o comércio de bens e mercadorias importados e produzidos localmente (como vegetais, frutas, peixe, cosméticos e baterias), que é dominado por mulheres. A produção informal (como fabricação de tijolos, carpintaria, alfaiataria e reparação de viaturas) é dominada por homens e é geralmente considerada ser mais previsível e render maiores lucros. As pessoas nos quatro bairros estão também envolvidas num grande número de funções de serviços informais, desde o aluguer de casas à prostituição.

Nas suas vidas diárias, os residentes do bairro referem-se a um vasto número de mercados informais diferentes, que incluem: o principal mercado de venda por grosso (recentemente transferido da central *Malanga* para o *Zimpeto* nos arredores da cidade); os grandes mercados informais onde não há nada que não seja vendido (como *Xipamanine*, *Estrela Vermelha* e *Fajardo*); mercados municipais formais onde os preços são mais altos mas a qualidade é melhor (como o *Mercado Central*, *Mercado do Povo* e *Mercado Janet*); alguns mercados especializados (como o *Xiquelene* para material de construção, *Estrela* para sobressalentes de viaturas e *Museu* – com a sua localização central na estação final dos *chapas* – para bebidas e géneros alimentícios); alguns mercados mais pequenos (*barracas*) perto de ou integrados nos bairros, onde a gama de mercadorias tende a ser pequena e os preços altos; e finalmente todos os vendedores *ambulantes* que vendem as suas mercadorias e desenvolvem os seus serviços nas suas comunidades, nas esquinas das ruas ou movendo-se constantemente à procura de clientes.

Como fontes de emprego e rendimento, cada tipo de actividade económica informal tem diferentes custos e desafios. Os *mukheros*, grossistas que compram e transportam mercadorias da África do Sul (passando através de Ressano Garcia) e da Suazilândia (passando através da Namaacha) para os maiores mercados em Maputo, são considerados a “aristocracia” dos comerciantes informais. A maioria dos comerciantes são mulheres e homens individuais que fazem parte de redes sofisticadas que compram produtos fora, nas áreas rurais ou nos mercados grossistas em Maputo, e os revendem a outros que os transportam ainda para outros mercados na cidade ou nos bairros, onde finalmente chegam às mãos dos clientes. Na outra ponta da hierarquia estão os *dumba nengues* (“confia nos teus pés”), que comercializam as suas mercadorias numa base individual nas ruas de Maputo, com pequenas opções de lucros e considerável insegurança devida ao assédio da polícia e outras autoridades. A economia informal serve assim como uma fonte absolutamente essencial de emprego e rendimento para a população pobre do bairro, mas é igualmente claro que os fracos e variáveis retornos da economia informal deixam muitos agregados familiares nas margens da sustentabilidade social.

Finalmente, as nossas entrevistas aprofundadas indicam a importância de diversas actividades ilícitas para as estratégias de sobrevivência das pessoas, embora seja difícil assegurar a extensão de tais acções. Os relatórios mostram que corrupção de pequeno porte está espalhada, com 60% dos agregados familiares em Maputo a terem de pagar subornos (Austral 2005). Dados do Comando Geral da Polícia de Maputo mostram que um total de 5.196 e 5.216 crimes foram reportados nos primeiros seis meses em 2005 e 2006 respectivamente, incluindo assassínios (59 e 31), tentativas de assassinio (20 e 26), roubo (1.257 e 1.509), furto (970 e 883), ameaças (158 e 188) e estupro (55 e 56) (Amoroc 2006). Isto pode não parecer muito para uma cidade de 1,3 milhões de habitantes, mas os números reais são provavelmente mais elevados e a criminalidade e actividades ilícitas têm efeitos negativos nas comunidades e agregados familiares e, conseqüentemente, nas relações sociais e económicas. A corrupção, por exemplo na educação e na saúde, significa despesas adicionais ou necessidades irrealizáveis para muitos agregados familiares; o roubo pode empurrar as vítimas mais pobres para lá do limite da extrema privação; e o crime grave nas comunidades inibe a interacção e relações sociais.²⁴

Os dois casos seguintes ilustram a importância das relações de emprego e rendimento para a população do bairro (para análise e casos adicionais ver por exemplo Serra 2003; Cossa 2004; Francisco e Paulo 2006).

“Celeste Soto” tem 40 e tal anos e vive na Mafalala. Saiu da província da Zambézia com o seu marido no fim dos anos 1980 e enquanto ele começou a trabalhar na África do Sul ela permaneceu em Maputo vendendo mandioca e feijão que recebia dos familiares do seu marido na sua aldeia natal. O casal construiu uma casa de tijolo no bairro Luís Cabral com dinheiro do salário do marido, enquanto Celeste suportava as despesas diárias com ela e com os seus dois filhos através das suas actividades comerciais. A vida da Celeste virou-se de cabeça para baixo quando há cinco anos o seu marido faleceu na África do Sul. Logo a seguir, teve de vender a casa e mudar-se para um quarto num quarteirão na Mafalala. Perdeu também os seus contactos comerciais com os parentes por afinidade na Zambézia, e começou a vender vegetais num pequeno mercado local que lhe dava um retorno muito mais pequeno. Quando encontramos a Celeste, ela tinha estado doente durante um ano, os seus filhos tinham parado de estudar, e ela disse-nos que não tinha ninguém para quem se voltar. Tinha direito a uma pensão por morte do seu marido mas não tinha dinheiro para ir reclamá-la à África do Sul; não tinha familiares no sul de Moçambique a quem pudesse recorrer; os seus vizinhos eram “tão pobres como eu”, conforme nos disse; e lentamente estava ficando demasiado doente para trabalhar. Ela apenas conservava o seu quarto graças à compreensão do proprietário, mas não sabia por quanto tempo poderia ficar. A sua esperança era voltar para a Zambézia e para a sua própria família, mas não estava a ver como seria capaz de ganhar dinheiro suficiente para a viagem.

“Fernando Moiane” tem 30 e muitos anos, vive numa casa de tijolo ainda em construção em Khongolote e tem uma mulher e quatro filhos com idades entre os 3 e os 12 anos. A sua irmã vive também com eles, cuidando das crianças. Fernando passou alguns anos da sua juventude na Alemanha, onde se formou e depois trabalhou em agricultura, e regressou a Maputo em 1998. Costumava viver num dos bairros centrais com o seu irmão e trabalhar como técnico para o Ministério da Agricultura, mas quando o seu irmão se casou a casa ficou demasiado cheia. Fernando casou então com a sua namorada, comprou um talhão em Khongolote por 3.000 Meticais, e começou a construir a sua própria casa de tijolo. Ele argumenta que a vida em Khongolote é melhor do que no centro de Maputo, que está “demasiado cheio e onde há muita criminalidade”. Logo após se ter mudado para Khongolote deixou de trabalhar para o Ministério (aparentemente por sua

²⁴ De acordo com um homem mais velho em Laulane, as pessoas não sabem verdadeiramente quem são os criminosos. No passado, disse ele, quando os funcionários do bairro capturavam “bandidos e feiticeiros” transferiam-nos para o outro lado da linha férrea, de forma que os funcionários e a comunidade “os pudessem controlar”.

própria vontade) e iniciou uma nova carreira como *mukhero*, levando coco e castanha de caju para Johannesburg e trazendo de volta para Maputo ovos, óleo de cozinha e fruta. Trabalha com a sua própria esposa, com o seu irmão e mulher, fazendo turnos nas idas a Johannesburg onde alugaram um quarto juntamente com outras pessoas no mesmo ramo de actividade. Fernando assegura que o negócio é bom; planeiam comprar o seu próprio camião para reduzir as despesas de transporte; e quer expandir o negócio para incluir roupa em segunda mão.

Relações com o Estado, Sociedade Civil e Organizações de Assistência

Conforme mostrado no Capítulo 4 e confirmado nas nossas discussões de grupo e em entrevistas aprofundadas, uma grande proporção dos agregados familiares nos quatro bairros reconhecia ter relações com o estado nas suas comunidades. A maioria dos agregados familiares em melhor situação têm empregados públicos entre os seus membros e defendem que o seu "patrão", bem como os seus colegas, são importantes para eles quer económica quer socialmente. Muitos agregados familiares reconhecem o estado como relevante através das escolas e unidades de saúde, embora os nossos estudos de caso mostrem que os mais pobres muitas vezes não se podem permitir mandar os seus filhos à escola e/ou suportar os custos do transporte e taxas das instituições de saúde. O estado e o município são vistos como importantes para o acesso a serviços públicos (água, electricidade, saneamento, recolha de lixo, etc.), muito embora também neste caso a falta de dinheiro iniba o acesso aos muito pobres. As pessoas observam novos investimentos na cidade ou no seu bairro, na forma de estradas, sistemas de esgotos, iluminação pública, reparação de edifícios, melhoramento dos mercados, etc. e notamos que isso torna as pessoas optimistas acerca do futuro, embora os seus próprios agregados familiares possam (ainda) não beneficiar directamente das intervenções do estado. O estado é também creditado por, em tempos de grandes calamidades como as cheias em 2000 e a explosão do Paiol em 2007, apoiar as comunidades e agregados familiares individuais, como aconteceu a diversos agregados familiares na nossa amostra.

A característica do estado mais saliente para os mais pobres é, todavia, que ele não é considerado relevante para as suas necessidades diárias, como o emprego e rendimento. Poucos dos agregados familiares entrevistados (12,5%) recebem apoio directo do estado na forma de pensões ou outros tipos de protecção social do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e do Ministério da Mulher e Acção Social, e nenhum agregado familiar referiu outros serviços do estado como fontes de apoio directo. Na ausência de apoio directo por parte do estado, as igrejas e mesquitas parecem ter tomado crescente importância, não apenas para conforto e orientação espiritual mas também para assistência em tempos de necessidade. Os nossos estudos de caso revelam uma considerável confiança nas igrejas em geral e nas novas igrejas carismáticas em particular. Uma grande proporção dos agregados familiares mencionaram igrejas e mesquitas como instituições para onde se voltam em alturas de necessidade ou crise, quer para a instituição em si mesma, quer para os "amigos da igreja". Conforme vimos, muitas igrejas estão também a envolver-se de forma crescente na educação, saúde e outros tipos de aconselhamento. Somente uns poucos agregados familiares referiram outras organizações da sociedade civil como relevantes para as suas estratégias de sobrevivência, embora várias dessas organizações estejam activas nos bairros.²⁵ Uma das mencionadas é a Organização das Mulheres Moçambicanas (OMM), que as pessoas dizem estar a perder influência nas comunidades porque não cumpre as suas promessas, mas que é importante como rede social para os seus membros. Outra é a AMETRAMO (Associação dos Médicos Tradicionais de Moçambique), que trata de problemas relacionados com acusações de feitiçaria dentro das comunidades. Por último, nenhum agregado familiar mencionou organizações de assistência estrangeiras como relevantes para as suas estratégias diárias de sobrevivência. Isto

²⁵Estas organizações incluem "Machaca", uma associação que trabalha com jovens; "Associação dos Canalizadores", que trabalha com problemas relacionados com água e saneamento; e "Associação das Mulheres", que ensina costura às mulheres e as ajuda a iniciar pequenos negócios.

reflecte o limitado empenho directo posto por tais organizações na questão da pobreza urbana, embora estejam envolvidas indirectamente ao contribuírem para o orçamento geral do estado.

Os dois casos seguintes ilustram habilmente a importância das relações com o estado, sociedade civil e organizações de assistência (para análise e casos adicionais ver por exemplo Agadjanian 1998; Cumbe 2004; Spaviliero 2006).

“Victor Hilário” nasceu em Inhambane e veio para Maputo em 1977. Tem mulher e seis filhos. Em conjunto com o seu irmão e família, alugaram uma casa na Maxaquene até 2002, e quando esta ficou demasiado cheia, Victor mudou-se para Khongolote com a sua mulher e quatro dos seus filhos (dois ficaram na casa do seu irmão para frequentarem a escola em Maputo e Victor ainda os apoia). Victor tem trabalhado para o governo desde 1994 num departamento onde “lida com o emprego das pessoas”. A sua mulher não trabalha. No decurso de pouco mais de um ano, construiu três casas de tijolo em dois *talhões* (“não paguei nada pela terra”) e está em processo de construir uma quarta habitação. Diz que o contacto com Inhambane é importante para ele (“tenho lá família que cuida das minhas *machambas*”) e pode mudar-se para lá quando se reformar. Os seus filhos mais velhos foram todos para escolas públicas, mas em Khongolote os seus filhos andam numa nova escola privada onde por cada um paga mensalmente 350 Meticais (argumentando que os professores nas escolas públicas “não aparecem”). Quando membros da família adoecem, Victor leva-os sempre ao hospital “porque o posto de saúde [em Khongolote] não tem nada”. Victor está contente com o desenvolvimento do bairro e diz que o governo irá trazer electricidade, água e estradas e que Khongolote será um bom local para viver.

“Carlos Chamba” nasceu em Maputo e cresceu num dos bairros centrais onde vivia com os seus pais, irmãos e irmãs “e outras pessoas”. Depois de se ter casado, continuou a viver na casa e teve dois filhos, mas há um ano “a casa ficou muito cheia” e mudou-se para Khongolote. O grande problema de Carlos é o dinheiro: trabalha como guarda de segurança, ganha mensalmente 1.500 Meticais e só no transporte para ir e vir do trabalho gasta 500 Meticais. Pagou 3.000 Meticais por metade de um *talhão* e espera pagar entre 2.500 e 3.000 Meticais para construir uma casa de tijolo “o que não serei capaz de concretizar por muito tempo”. Com as despesas para comida e roupa “não sobra nada”, e a sua mulher gasta quase todo o dia a vender galinhas num mercado próximo “para ser capaz de mandar os filhos à escola e pagar medicamentos” (a criança mais velha sofre de asma). Contudo, na altura da nossa entrevista as crianças não iam à escola há várias semanas (“é longe e a minha filha está doente”). Ao explicar para quem se pode virar a pedir ajuda, Victor disse que a sua própria família é demasiado pobre para poder ajudá-los; que o governo “só ajuda a sua própria gente”; e que a sua igreja em Maputo não o ajuda porque ele deixou de lá ir após a sua mudança. Agora, a sua principal preocupação é a sua filha, que adoeceu por causa do pó que entra na sua habitação provisória de caniço, e teme que ela morra.

5.3 Processos de Marginalização e Exclusão Social

Na análise precedente, revelámos diferenças sistemáticas entre os agregados familiares nos bairros de Maputo em termos de composição, rendimento e bens do agregado (Capítulo 4), e vimos como as pessoas nos bairros classificam os pobres com base no grau de pobreza e nas suas relações sociais, tudo com implicações nos processos de marginalização e exclusão social.

Os agregados familiares mais pobres que encontrámos normalmente conseguem viver no dia a dia canalizando o seu rendimento e consumo para as necessidades básicas de comida e abrigo, mas a sua vulnerabilidade torna-se evidente em alturas de incapacidade para trabalhar, redução do rendimento ou despesas extraordinárias, por exemplo com educação, doença ou perda de bens. A extensão até à qual os agregados familiares pobres conseguem recuperar de tais situações, ou ficam

encurralados na sua pobreza, é grandemente determinada pela sua capacidade de entrar e manter relações com instituições e indivíduos que os possam apoiar. O desafio de cenários sociais objectificados como os bairros urbanos é que a maior parte das relações estão enquadradas em alguma espécie de troca monetária: o “bilhete de entrada”, ou investimento inicial, num emprego formal ou informal é elevado; os familiares, vizinhos e amigos dos pobres urbanos muitas vezes não podem permitir-se ajudar pessoas que eles sabem não serem capazes de os reembolsar; o transporte e outras “taxas” para procurar ajuda em serviços públicos ou outras instituições, custam dinheiro que os mais pobres geralmente não têm; e os mais pobres são frequentemente demasiado fracos e doentes para se libertarem da pobreza e privação, por exemplo através da agricultura.

Encontrámos também agregados familiares que aparentemente sucumbiram ao seu destino de moradores urbanos pobres e que, contra todas as probabilidades, parecem ter desistido de melhorar as suas vidas. Alguns são pessoas particularmente vulneráveis, como idosos sem famílias que os apoiem; mães solteiras sem suporte por parte dos pais dos filhos; pessoas doentes com SIDA sem ninguém que trate delas e órfãos. Muitos são também agregados familiares vulgares que não foram capazes de se sustentarem na cidade e se encontram numa situação de pobreza crónica sem ninguém a quem possam pedir ajuda. Ao longo do tempo, estas situações podem conduzir à desintegração do agregado familiar, o que pode piorar mais as condições de cada membro. Outros estudos sobre bairros de lata urbanos indicam que tais situações podem conduzir a uma “cultura de pobreza”, no sentido de um sentimento de marginalidade, desamparo, dependência e inferioridade que em si próprio inibe as pessoas de agirem para melhorar a sua situação e que efectivamente as encurrala na sua pobreza (ver por exemplo Bank 2001; Barbarin e Richter 2001). Embora o curto período e as metodologias do nosso estudo limitem as nossas opções de perseguir este aspecto em maior profundidade, terminaremos todavia este capítulo com uma breve apresentação de quatro agregados familiares que consideramos serem particularmente pobres e vulneráveis.²⁶

Um agregado familiar pobre em Laulane é composto por oito irmãos e irmãs. A mãe faleceu e o pai abandonou-os há três anos quando conheceu uma nova mulher. O pai comprou o lote de terreno e construiu uma casa para eles, mas os filhos não têm contacto com ele nem recebem apoio dele ou de qualquer dos membros da sua família. O irmão mais velho de 21 anos é o que mais contribui para o agregado familiar. Trabalha fora da cidade e vem ao bairro uma ou duas vezes por semana para olhar pelos seus irmãos e dar-lhes dinheiro.

Um agregado familiar pobre em Khongolote consiste no marido, sua mulher e cinco filhos pequenos. Costumavam praticar o comércio em pequena escala até serem seriamente afectados pela explosão do paiol em 2007: o homem foi atingido e ficou paralisado e a sua casa ficou quase toda destruída. Desde aí, não têm qualquer rendimento (“não temos dinheiro para iniciar negócios”) e dependem dos donativos da igreja.

Uma jovem mulher sero-positiva em Inhagoia vive com dois filhos, que também são sero-positivos. Ela foi contaminada pelo marido, que não lhe falou nisso, abandonou-a e aos filhos quando lhes foi detectada a doença e há meses que não mantém contacto com eles. O agregado familiar depende totalmente da ajuda da irmã da mulher, que tem uma pequena *machamba* e vende produtos agrícolas numa pequena barraca no seu pátio.

Um agregado familiar pobre na Mafalala vive numa pequena barraca e é formalmente chefiado por um homem, “mas ele nunca está aqui”. O verdadeiro chefe é a sua irmã que trabalha como empregada doméstica com um salário muito baixo. Com esse dinheiro ela ajuda a sua sogra, que é

²⁶ Os casos foram seleccionados pelos enumeradores que tomaram parte no estudo como exemplos de agregados familiares pobres que lhes tinham causado uma particular impressão.

cega e passa todo o dia sentada na sua cama, a filha do seu irmão, que é prostituta e nunca traz dinheiro para casa, e os seus dois filhos, que parecem doentes e fracos.

A situação de todos estes agregados familiares parece ser extremamente difícil e a sua sobrevivência depende de um reduzido conjunto de frágeis relações.

6. Conclusões e Implicações de Política

Embora a redução da contagem da pobreza em Moçambique, de 69 para 54% entre 1996/97 e 2002/03, seja um bom resultado, os indicadores sócio-económicos do país estão ainda entre os mais graves da África Austral. A pobreza urbana é excepcionalmente alta - 51% - e recebeu até agora uma atenção limitada tanto do governo como dos doadores. Este estudo centrou-se na pobreza na cidade capital, Maputo, onde a taxa de pobreza é de 53%.

O Município de Maputo tem estruturas administrativas claras, mas o seu papel no fornecimento de serviços e alívio da pobreza padece de recursos humanos e económicos inadequados. Ao nível dos quatro bairros focados neste estudo, o estado está presente prestando serviços de educação e saúde com indicadores positivos. A provisão de serviços urbanos, como segurança de posse, água potável, electricidade, saneamento e recolha de resíduos sólidos, é inadequada ou demasiado cara para os mais pobres.

Embora tendo as suas próprias histórias separadas e revelando diferentes características socioculturais, os quatro bairros em estudo partilham os problemas das comunidades sobrepovoadas, desemprego e pobreza geral. Bairros urbanos densos e tensos levam a uma sensação básica de insegurança e a relações sociais frágeis; a elevada taxa de desemprego formal faz com que muitos agregados familiares e indivíduos dependam de uma economia informal com previsibilidade limitada e baixos retornos; e a pobreza e disparidades levam à instabilidade na organização social de muitos agregados familiares.

As pessoas definem o desemprego, o baixo rendimento e a criminalidade como as razões fundamentais da sua pobreza e vulnerabilidade. Os bairros têm uma elevada porção de agregados familiares chefiados por mulheres, grandes e complexas unidades de agregados familiares e altas taxas de dependência. As pessoas têm percepções claras acerca das diferentes categorias de agregados familiares pobres e em melhor situação. As estratégias de sobrevivência são influenciadas pela posição económica das pessoas em termos de rendimento e bens e pela sua concomitante capacidade de relacionamento com a família alargada, vizinhos, amigos e instituições do estado e sociedade civil. Os agregados familiares mais pobres têm geralmente uma gama estreita de relações com quem contar, deixando muitos deles marginalizados e excluídos.

6.1 Implicações de Política

Este estudo destina-se principalmente a servir como estudo de base para a monitoria e avaliação das políticas do governo Moçambicano para alívio da pobreza, e Maputo e os quatro bairros em estudo serão novamente visitados daqui a três anos (i.e. em 2010) para verificar as mudanças na situação da pobreza. Apresentaremos, contudo, um conjunto de implicações gerais de política que acreditamos serem importantes para mitigação da pobreza urbana em particular. As propostas reflectem grandemente as opiniões expressas pela população dos bairros através de discussões de grupo e da metodologia de enquadramento dos factores que influenciam a situação social, muito embora estas fossem mais concretamente formuladas como “oficinas de emprego”, “hospitais”, “escolas”, “melhor transporte”, “menos lixo”; “melhor polícia [para parar a criminalidade]”; “mais iluminação pública”, etc. Embora todos eles atribuam ao estado a principal responsabilidade pela melhoria das condições nos bairros e mitigação da pobreza (frequentemente com afirmações muito específicas sobre o nível de governação e o tipo de ministério), também reconhecem a sua própria responsabilidade de se relacionarem construtivamente com as intervenções que aguardam (ou esperam) se realizem. Num dos bairros, isto foi expresso como a necessidade de organizar melhor

as suas comunidades [em *quarteirões*], a necessidade de identificar intermediários para os ajudar, uma vontade de contribuir com o seu próprio trabalho, e a sua vontade de pagar mais taxas 'que fiquem na comunidade'.

As nossas recomendações preliminares incluem o seguinte:

- Deve ser dada mais atenção à questão da pobreza urbana em Moçambique do que se dá actualmente, porque a pobreza urbana mostra uma tendência menos positiva (e no caso de Maputo até negativa) e porque a redução da pobreza urbana terá fortes repercussões também na pobreza rural devido às grandes interligações urbano-rurais.
- De forma a assegurar que os dados para a monitoria e avaliação da pobreza urbana reflectem a situação no terreno, recomendamos que sejam reavaliadas as definições de conceitos-chave, como agregado familiar, chefia feminina, rácio de dependência e economia informal, bem como a noção de pobreza.
- Recomendamos também que seja dada uma maior atenção à questão das ligações urbano-rurais na pesquisa e recolha de dados, focando o seu conteúdo material e as ramificações sociais. Particular atenção deve ser dada aos agregados familiares desintegrados e às crianças vulneráveis divididas entre unidades familiares urbanas e rurais.
- A política de descentralização através do estabelecimento de municípios é positiva, já que traz a tomada de decisões políticas para junto da população urbana, mas devem ser fornecidos aos municípios recursos humanos e económicos suficientes para implementarem as suas crescentes responsabilidades.
- Em Maputo, parece particularmente importante fortalecer as estruturas administrativas mais baixas ao nível dos distritos e bairros urbanos, de forma a assegurar a legitimidade política do município e intervenções eficazes.
- Particular cuidado deve ser tido na separação das responsabilidades do estado e do partido no poder, para aumentar a eficiência e responsabilidade e a reduzir o favoritismo ou exclusão na prestação de serviços com base na filiação política.
- O emprego formal é a chave para reduzir a pobreza em Maputo, e devem ser feitos esforços para simplificar formalidades burocráticas e atrair o investimento, tanto nacional como internacional.
- As actividades económicas informais são actualmente o modo de vida da maioria dos agregados familiares pobres, e as condições da economia informal devem ser melhoradas, legalizando-as e melhorando o seu ambiente de trabalho.
- Os dados quantitativos apontam na direcção de uma feminização da pobreza em Maputo, ao mesmo tempo que aumentam as responsabilidades das mulheres na reprodução social através dos agregados familiares chefiados por mulheres. As políticas e intervenções para apoio da criação de emprego devem dar especial atenção aos provedores femininos.
- A terra e habitação são os bens mais importantes para os urbanos pobres em Maputo. O sistema da posse de terra deve ser reavaliado, com o objectivo de dar a posse formal de direitos aos residentes nos bairros. Para reduzir a drenagem dos recursos dos agregados familiares para a habitação, devem ser desenvolvidos sistemas de empréstimo e de crédito.
- A superpovoação nas comunidades de bairro é uma grande fonte de pobreza e vulnerabilidade, e as intervenções de desenvolvimento comunitário devem assegurar a demarcação apropriada de locais e serviços. Os sistemas de abastecimento de água, electricidade, saneamento e outros serviços devem dar acesso igual a preços acessíveis, o que é também vital para a legitimidade política do município.
- As ligações e trocas urbano-rurais são vitais para a redução da pobreza urbana e rural, e deve ser encorajado o aumento do contacto com as províncias através do melhoramento de estradas, transportes e mercados acessíveis para os produtos rurais.

- A parte mais pobre e mais desamparada da população de Maputo é caracterizada por uma falta de capital essencial para a sobrevivência urbana, pela marginalização em relação às instituições do estado e pela exclusão social. Para atingir este grupo serão necessárias intervenções orientadas e protecção social em áreas como geração de rendimento, saúde e habitação.

6.2 Futuras Pesquisas

Este foi o segundo de uma série de três estudos de base participativos e qualitativos sobre a pobreza em Moçambique. Os dois estudos sobre a pobreza rural e urbana revelaram algumas tendências comuns no perfil e dinâmica da pobreza, como o caso das altas taxas de dependência dos agregados familiares, as taxas mais altas de pobreza entre os agregados familiares chefiados por mulheres, a importância da diversificação de emprego e rendimento, e a importância de manter um largo conjunto de relações sociais. Mas revelámos também diferenças importantes entre a pobreza rural e urbana. Embora os urbanos pobres tenham um conjunto potencial mais vasto de relações económicas e sociais do que os rurais pobres, o seu acesso a tais recursos é limitado pela importância do dinheiro em ambientes urbanos. As melhores condições de educação e saúde nos ambientes urbanos são difíceis de converter em emprego, rendimento e consumo, na actual economia política urbana. E enquanto os rurais pobres possuem geralmente alguma coisa, na forma de acesso directo à alimentação e uma rede de família alargada, os urbanos pobres mais facilmente se encontram sem tais opções. O terceiro estudo desta série será realizado no distrito de Búzi na Província de Sofala, no segundo semestre de 2008, e centrar-se-á na pequena cidade ou “vila” Moçambique e numa população que se encontra ela própria na interface entre a adaptação rural baseada na agricultura e pesca e a sua relativa proximidade da cidade da Beira.

Os três estudos em Nampula, Maputo e Sofala serão usados como base para a monitoria e avaliação dos esforços de alívio da pobreza em Moçambique, seguindo os impactos das políticas e intervenções do governo e doadores ao nível local e verificando as mudanças nas condições, percepções e relações da pobreza. Para isso, voltaremos às três áreas de estudo depois de um período de três anos (i.e. em 2009, 2010 e 2011 respectivamente), visitando novamente as comunidades relevantes, levando a cabo exercícios de pesquisa participativa e entrevistando os cerca de 400 agregados familiares que foram entretanto envolvidos no estudo com questionário e entrevistas aprofundadas.

Anexo 1: Termos de Referência

Relações Sociais da Pobreza Urbana em Maputo, Moçambique

Introdução. O conhecimento com base na pesquisa acerca da pobreza é reconhecido como crucial para as estratégias de redução da pobreza de Moçambique conforme estão expressas no Plano Quinquenal do Governo (2005-2009); no processo da Estratégia de Redução da Pobreza (PARPA I e II); no Plano Económico e Social (PES) anual e noutros instrumentos de política. Existe já muita informação, desde o Recenseamento de 1997 (a ser repetido em 2007) aos estudos nacionais abrangentes sobre os agregados familiares (IAAF 1996/7 e 2002/3) e outros estudos mais sectoriais e sobre tópicos específicos (ver Banco Mundial 2005 para mais informação). É geralmente reconhecido que os dados quantitativos disponíveis fornecem informação valiosa acerca das determinantes, perfil e mapeamento da pobreza no país (DNPO 2004; Isaksen et al. 2005).

Ao mesmo tempo, é reconhecido que é necessária mais pesquisa para melhor compreensão da dinâmica da pobreza e estratégias de sobrevivência dos pobres (DNPO 2005; ver também Isaksen et al. 2005). Na mesma linha pedem-se mais análises qualitativas, olhando para a organização social ao nível das comunidades e agregados familiares; para a percepção das pessoas pobres sobre a sua própria situação e sobre as suas estratégias para sobreviver à pobreza e melhorar as suas vidas (Banco Mundial 2005c; ver também G20 2004).

A compreensão da importância de combinar análise quantitativa e qualitativa é um ponto de partida importante. Os estudos quantitativos são muitas vezes insuficientes para responder a questões de dinâmicas e processos de pobreza (Kanbur 2001; ver também Jerve et al. 2003). Pelo seu lado, os estudos qualitativos falham frequentemente em causar impacto porque não se referem suficientemente às iniciativas de política em curso e prestam pouca atenção às questões de amostragem, tornando difícil generalizar conclusões (Carrier e Miller 1999; ver também Uphoff 2001). Para terem valor para a elaboração de políticas, monitoria e a avaliação da pobreza, tais estudos têm de *informar* os dados quantitativos e com isso aumentar a sua utilidade para os fazedores de políticas.

Esboço do projecto. O que se segue é um esboço do segundo estudo numa série de três estudos sobre aspectos qualitativos da pobreza em Moçambique. Usará dados quantitativos existentes como ponto de partida, e centrar-se-á nas questões qualitativas das relações sociais e percepções culturais, numa área geograficamente confinada, através de "descrição densa" antropológica. O primeiro estudo centrou-se nas relações sociais da pobreza rural no norte de Moçambique, com o distrito de Murrupula na província de Nampula como seu ponto de referência. O segundo estudo olhará para as relações sociais da pobreza humana na capital de Moçambique, Maputo.

Moçambique tem uma taxa de urbanização relativamente baixa de 30,1%, quando comparado com outros países da região (INE 2004a; ver também Nações Unidas 2004). Com a paz e desenvolvimento económico, é provável que a taxa de urbanização em Moçambique cresça significativamente no futuro. De acordo com as Perspectivas de Urbanização Mundial das Nações Unidas (NU 2004), Moçambique tem a taxa de crescimento urbano mais elevada da África Sub-sahariana (6,1%). Os estudos mostram que a crescente urbanização nos países da região tem conduzido a desenvolvimentos macro-económicos positivos, mas há também claras indicações de uma urbanização de pobreza (Kamete, Tostensen e Tvedten 2003). Há sinais dessa tendência em Moçambique. O Estudo dos Agregados Familiares de 2002/03 (INE 2004a) mostra que, enquanto a pobreza rural decresceu de 71% para 55% entre 1996/97 e 2002/03, o decréscimo nas áreas urbanas foi de 62% para 51%. Maputo, de longe a maior cidade de Moçambique e provavelmente um criador de tendências, viu na verdade um aumento da incidência da pobreza de 47,3% para 53,2% no mesmo período (Fox et al. 2005).

A pobreza será amplamente compreendida como falta de liberdade para satisfazer as necessidades diárias dos indivíduos e seus dependentes, e a redução da pobreza implica expandir aquelas liberdades (Jerve et al. 2003). Como tal, a pobreza envolve falta de rendimento e bens para atender às necessidades básicas (mitigada através de uma combinação de crescentes *oportunidades* e crescente *capacidade* para capitalizar as oportunidades disponíveis); sentimento de não poder exprimir opinião e de impotência em relação às instituições da sociedade e do estado (mitigada pela crescente *atribuição de poderes*); e vulnerabilidade a choques adversos, ligada à capacidade de lidar com eles através de relações sociais e instituições legais (mitigada pela crescente *segurança*).

Em relação aos dados existentes a identificar na fase inicial do projecto, o estudo procurará dar uma "descrição densa" das comunidades em estudo. Focará o agregado familiar como uma unidade de tomada de decisões, e um número limitado de questões identificadas na análise quantitativa como determinantes importantes da pobreza em Moçambique:

- *Relações intra-agregado familiar*: A fim de compreender como respondem actualmente os agregados familiares à sua própria pobreza e às intervenções para a mitigar, é importante entender como são tomadas as decisões. O ponto de partida é que a pobreza não só tem a ver com o fluxo de entrada de recursos materiais nestas unidades, como também com a forma como esses recursos são controlados, usados e distribuídos. Um enfoque especial será dado às diferenças entre agregados familiares chefiados por homens e os chefiados por mulheres.
- *Relações extra-agregado familiar*. A maioria dos agregados familiares pobres não é viável como unidade social e económica. A família alargada tem sido tradicionalmente um amortecedor importante ou rede de segurança em tempos de grandes dificuldades. Sabemos que tais relações facilmente entram em tensão com a urbanização e crescente pobreza e insegurança. Um enfoque específico recairá sobre a importância relativa das relações da família alargada, comparadas com as instituições comunitárias (tradicional e civis) e com as instituições públicas do estado, para as estratégias de sobrevivência das pessoas.
- *Relações de emprego e rendimento*. Os agregados familiares pobres em Moçambique são tradicionalmente fortemente dependentes da agricultura. O estudo avaliará as fontes mais importantes de emprego e rendimento para as pessoas nos bairros de Maputo, com um enfoque particular no género, bem como as mudanças na importância relativa do emprego formal; emprego por conta própria não agrícola; e remessas de dinheiro.
- *Os pobres e a educação*. Os estudos quantitativos sobre a pobreza em Moçambique encontram uma forte correlação entre pobreza e educação. O estudo procurará avaliar as percepções da educação entre os mais pobres; e os principais factores que inibem as pessoas de mandar os seus filhos à escola. Um foco especial será direccionado para as diferenças de género e para o estatuto e papel das crianças sem educação nas comunidades.
- *Outros*. Serão mantidas em aberto opções para a inclusão de determinantes chave adicionais da pobreza, definidas pela própria população em estudo.

Metodologia.

O estudo começará por discussões com o DNEAP/MPD para assegurar a sua relevância; aquisição de dados quantitativos relevantes do INE; e identificação de estudos de base sócio-económicos mais localizados em Ministérios, instituições académicas e na comunidade doadora. Um cuidado particular será posto na consulta à Administração da Cidade e ao seu departamento de pesquisa.

O estudo será levado a cabo em quatro dos mais antigos e estabelecidos bairros (provavelmente Mafalala e Malanga) bem como em dois dos bairros peri-urbanos mais recentemente estabelecidos (provavelmente Zimpeto e Malhazine), a fim de analisar as diferenças nas relações sociais da pobreza. A decisão final sobre a escolha das áreas de estudo será tomada em cooperação com as autoridades da Cidade de Maputo.

O trabalho de campo estender-se-á por quatro (4) semanas. Os métodos qualitativos principais serão a observação participante; entrevistas de grupo focal; estudos de caso alargados; e vários métodos de pesquisa participativa (incluindo histogramas, mapeamento comunitário, análise dos factores que influenciam uma situação social, classificação de riqueza e diagramas de Venn). A equipa realizará também um levantamento com base em questionário, centrado nas principais questões identificadas para estudo.

Resultado:

1. Um relatório, incluindo i) uma discussão introdutória sobre o papel da pesquisa qualitativa da pobreza em Moçambique; ii) um perfil das características demográficas e sócio-económicas da pobreza na área em estudo; iii) uma análise das relações sociais da pobreza; iv) uma análise dos pobres e do emprego, rendimento e educação; e v) conclusões e acompanhamento possível.
2. Um seminário no Ministério do Plano e Desenvolvimento em Maputo, envolvendo o governo, doadores e membros da comunidade de pesquisadores.

Pessoal

1. Inge Tvedten (IT). Antropólogo Social. Chr, Michelsen Institute, Bergen, Noruega.
2. Carmeliza Soares da Costa Rosário (CR). Antropóloga Social. Austral-COWI. Maputo, Moçambique.
3. Margarida Paulo (MP), Antropóloga Social, do Departamento de Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane.
4. Enumeradores.

Appendix 2: Questionário

Nr. Questionário	_ _ _ _	Códigos
Entrevistador	_ _ _	
Nr. da entrevista	_ _ _	
Distrito Urbano	_ _ _	
Bairro	_____	
Rua	_____	
Nr. Casa	_ _ _ _ _ Andar _ _ _ Porta _ _ _ _	
Quarteirão	_ _ _ _	
Data	_ _ _ / _ _ _ / _ _ _	
Hora de Início	_ _ _ : _ _ _	

Bom dia (boa tarde), o meu nome é _____ e sou entrevistador para a Austral Consultoria e Projectos, Lda. Neste momento estamos a conduzir um estudo sobre a pobreza em Moçambique. Passaremos algum tempo no seu bairro a conversar com várias pessoas. O Sr.(a) foi escolhido(a), entre outros(as) do bairro para falar um pouco sobre o seu agregado familiar e a sua condição de vida. Todas informações aqui recolhidas são privadas e confidenciais e serão usados apenas para efeitos deste estudo, sem qualquer referência ao seu nome ou a qualquer outro membro da sua família.

1. Qual a relação do entrevistado com o agregado? _ _ _ Se 01 passe para questão	01 Chefe do agregado 02 Esposa(o) 03 Outro adulto do agregado
2. Sexo do entrevistado _ _ _	01 Homem 02 Mulher
3. Qual a idade do entrevistado? _ _ _	99 Não sabe
CARACTERIZAÇÃO DO CHEFE DO AGREGADO	
4. Nome do chefe do agregado familiar _____	
5. Qual o nome pelo qual o chefe do agregado é mais conhecido? _____	

6. Sexo do chefe do agregado _ _	01 Homem 02 Mulher
7. Qual é a idade do chefe do agregado? _ _	99 Não sabe
8. Qual é o estado civil do chefe do agregado? _ _	01 Solteiro 02 Casado (igreja, civil, tradicional/lobolo ou misto) 03 Casado de facto (apenas vivem juntos, sem terem feito cerimónia) 04 Separado/Divorciado 06 Viúvo
9. Qual é a <u>principal</u> ocupação do chefe do agregado? <i>(depois de colocar a categoria, especificar o tipo de trabalho)</i> _ _ _____	01 Funcionário público (trabalha para o Estado) 02 Assalariado privado (trabalha para um patrão privado) 03 Empresário ou Proprietário 04 Trabalhador por conta própria 05 Reformado 06 Desempregado 98 Outro (especifique)
10. Qual é o nível de escolaridade mais elevado frequentado pelo chefe do agregado? _ _	01 Nenhum 02 Alfabetizado 03 EP1 04 EP2/Elementar 05 Secund./Básico 06 Médio 07 Superior

DEFINIÇÃO DO AGREGADO	
<p>11. Quantos membros tem o agregado familiar? <i>(pessoas que fazem parte da casa - comem da ou contribuem para a mesma panela - mesmo que não vivam na casa. Não esquecer de incluir as crianças e a pessoa entrevistada)</i></p> <p>_ _ _ </p>	
<p>12. Qual a relação de parentesco que tem cada membro do agregado com o chefe do agregado? <i>(quantas pessoas existem nas seguintes categorias)</i></p> <p>_ _ _ Chefe _ _ _ Esposa(o) _ _ _ Filhos/enteados</p> <p>_ _ _ Pais/sogros _ _ _ Irmãos _ _ _ Sobrinhos</p> <p>_ _ _ Netos _ _ _ Outros parentes _ _ _ Sem parentesco</p>	
<p>13. Quais as idades dos membros do agregado? <i>(quantas pessoas existem em cada uma das seguintes categorias)</i></p> <p>_ _ _ menos de 15 anos</p> <p>_ _ _ 15 anos – 64 anos</p> <p>_ _ _ 65 anos ou mais</p>	
<p>14. Destes membros do agregado quantos <u>não</u> vivem normalmente na casa?</p> <p>_ _ _ </p> <p>Se 00 passe para questão</p>	
<p>15. Qual a relação de parentesco que cada membro do agregado ausente tem o com o chefe do agregado? <i>(quantas pessoas existem nas seguintes categorias)</i></p> <p>_ _ _ Chefe _ _ _ Esposa(o) _ _ _ Filhos/enteados</p> <p>_ _ _ Pais/sogros _ _ _ Irmãos _ _ _ Sobrinhos</p> <p>_ _ _ Netos _ _ _ Outros parentes _ _ _ Sem parentesco</p>	
<p>16. Onde vivem e por que razão? <i>(aponte a categoria, especifique o local e a razão)</i></p> <p>_ _ _ _____ _____ </p>	<p>01 Chefe</p> <p>02 Esposa(o)</p> <p>03 Filho</p> <p>04 Pais/sogros</p> <p>05 Irmãos</p> <p>06 Sobrinhos</p> <p>07 Netos</p> <p>08 Outros parentes</p> <p>09 Sem parentesco</p>

<p>17. Quantas vezes vêm normalmente a casa? <i>(escreva na mesma ordem que os locais nomeados acima)</i></p> <p> _ _ </p>	<p>01 Pelo menos 1 vez por semana</p> <p>02 Pelo menos 1 vez por mês</p> <p>03 Pelo menos 1 vez por ano</p> <p>04 Menos de 1 vez por ano</p>
<p>18. Quantos dos membros do agregado são membros deste agregado por morte dos responsáveis pelo seu sustento?</p> <p> _ _ </p> <p>Se 00 passe para questão</p>	
<p>19. Qual a relação de parentesco que estes membros têm com o chefe do agregado? <i>(quantos membros existem nas seguintes categorias)</i></p> <p> _ _ Irmãos _ _ _ Sobrinhos</p> <p> _ _ Netos _ _ _ Outros parentes (especifique)</p> <p> _ _ Sem parentesco</p> <p> _____ </p>	
<p>20. Quantas pessoas que <u>não</u> pertencem a este agregado são dependentes do apoio monetário ou em gêneros deste agregado? <i>(não incluir os membros do agregado que não vivem na casa, mencionados na pergunta Error! Reference source not found.)</i></p> <p> _ _ </p> <p>Se 00 passe para questão</p>	
<p>21. Qual a relação de parentesco que estas pessoas que não pertencem ao agregado têm com o chefe do agregado? <i>(quantas pessoas existem nas seguintes categorias)</i></p> <p> _ _ Outras esposas _ _ _ Pais</p> <p> _ _ Filhos de outras esposas _ _ _ Sogros</p> <p> _ _ Outros parentes chefe _ _ _ Outros parentes da(o) esposa(o) do(a) chefe</p>	
<p>22. Quantas pessoas vivem na casa, quintal, dependência ou anexos da propriedade do agregado, mas <u>não</u> fazem parte deste agregado familiar?</p> <p> _ _ </p> <p>Se 00 ou 97 passe para questão</p>	<p>97 A casa não tem anexo</p>
<p>23. Qual a relação de parentesco que estas pessoas que não fazem parte do agregado têm com o chefe do agregado? <i>(quantas pessoas existem nas seguintes categorias)</i></p> <p> _ _ Parentes _ _ _ Parentes a alugar</p> <p> _ _ Sem parentesco _ _ _ Sem parentesco a alugar</p>	

<p>24. Qual a religião <u>mais</u> praticada pelo agregado?</p> <p> _ _ _____ </p>	<p>01 Católica</p> <p>02 Islâmica</p> <p>03 Outra cristã (especifique)</p> <p>04 Nenhuma</p> <p>98 Outra (especifique)</p>
<p>25. Pratica o culto aos antepassados?</p> <p> _ _ </p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>26. Qual a língua mais falada em casa?</p> <p> _ _ _____ </p>	<p>01 Português</p> <p>02 Xangana/Ronga</p> <p>03 Xitswa</p> <p>04 Chope</p> <p>05 Macua</p> <p>06 Xisena/Ndau</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
EDUCAÇÃO	
<p>27. Qual o nível de escolaridade mais elevado atingido no agregado?</p> <p> _ _ </p>	<p>01 Nenhum</p> <p>02 Alfabetizado</p> <p>03 EP1</p> <p>04 EP2/Elementar</p> <p>05 Secund./Básico</p> <p>06 Médio</p> <p>07 Superior</p>
<p>28. Quantas crianças dos 6 aos 15 anos existem no agregado familiar?</p> <p> _ _ Rapazes _ _ Raparigas _ _ Total</p> <p><i>Se o total = 00 passe para questão Error! Reference source not found..</i></p>	
<p>29. Destas, quantas <u>não</u> estão a estudar?</p> <p> _ _ Rapazes _ _ Raparigas _ _ Total</p> <p><i>Se o total = 00 passe para questão Error! Reference source not found..</i></p>	

<p>30. Indique a razão principal por cada criança que não vai à escola (<i>não necessita repetir se a razão for a mesma entre diferentes crianças do mesmo género</i>)</p> <p>_____ Rapazes</p> <p>_____ </p> <p>_____ </p> <p>_____ Raparigas</p> <p>_____ </p> <p>_____ </p>	
SAÚDE	
<p>31. Quantas pessoas do agregado ficaram doentes nas duas últimas semanas?</p> <p>____ ____ </p> <p>Se 00 passe para a questão</p>	
<p>32. Quais as doenças de que sofreram? (<i>nomeie no máximo 3, não necessita repetir se a razão for a mesma para as diferentes pessoas que adoeceram</i>)</p> <p>_____ </p> <p>_____ </p> <p>_____ </p>	
<p>33. Qual o primeiro local onde foram para ser tratadas? (<i>escreva na mesma ordem que as doenças nomeadas acima, não necessita repetir se o local para onde foram for o mesmo</i>)</p> <p>____ ____ _____ </p> <p>____ ____ _____ </p> <p>____ ____ _____ </p>	<p>01 Posto de Saúde</p> <p>02 Centro de Saúde</p> <p>03 Clínica do bairro</p> <p>04 Hospital</p> <p>05 Enfermeiro</p> <p>06 Curandeiro</p> <p>07 Farmácia</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>34. Há algum membro do agregado que sofra de doença prolongada ou sem cura?</p> <p>____ ____ </p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>35. Quantas crianças faleceram neste agregado, antes de completar 5 anos?</p> <p>____ ____ </p> <p>Se 00 passe para questão</p>	

<p>36. Quais as razões principais para essa(s) morte(s)?</p> <p> _____ </p> <p> _____ </p> <p> _____ </p>	
MOBILIDADE	
<p>37. Onde nasceu o chefe do agregado? (<i>especifique o nome do local – se Maputo indicar o bairro, se fora da cidade de Maputo, mas dentro do país indicar província e distrito, se não se lembra apenas a província serve</i>)</p> <p> _ _ _ _____ </p> <p>Se 01 passe para questão <i>Error! Reference source not found.</i></p> <p>Se 02 passe para a questão <i>Error! Reference source not found.</i></p>	<p>01 Neste bairro</p> <p>02 Noutro bairro</p> <p>03 Noutra cidade (zona urbana)</p> <p>04 Noutra província (zona rural)</p> <p>05 Noutro país</p>
<p>38. Em que ano se mudou o chefe do agregado para Maputo?</p> <p> _ _ _ _ _ </p>	<p>99 Não sabe/não se recorda</p>
<p>39. Qual a razão principal para se mudar para Maputo?</p> <p> _____ </p>	
<p>40. Para onde foi viver o chefe do agregado quando se mudou para Maputo? (<i>se outro bairro, especifique o nome do bairro</i>)</p> <p> _ _ _ _____ </p> <p>Se 01 passe para questão</p>	<p>01 Este bairro</p> <p>02 Outro bairro</p>
<p>41. Onde vivia o chefe do agregado antes de se mudar para este bairro? (<i>especifique o nome do local – se Maputo indicar o bairro, se fora da cidade de Maputo, mas dentro do país indicar província e distrito, se não se lembra apenas a província serve, se fora do país indicar apenas o país</i>)</p> <p> _ _ _ _____ </p>	<p>01 Noutro bairro</p> <p>02 Onde nasceu</p> <p>02 Noutra cidade diferente de onde nasceu (zona urbana)</p> <p>03 Noutra província diferente de onde nasceu (zona rural)</p> <p>04 Noutro país diferente de onde nasceu</p>
<p>42. Qual a principal razão para se mudar para este bairro?</p> <p> _____ </p>	
<p>43. Alguém do agregado pretende mudar-se do bairro aonde vivem?</p> <p> _ _ _ </p> <p>Se 02 passe para a questão</p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>

<p>44. Para onde se pretende mudar? (<i>especifique o nome do local – se Maputo indicar o bairro, se fora da cidade de Maputo, mas dentro do país indicar província e distrito, se não se lembra apenas a província serve</i>)</p> <p> _ _ _____ </p>	<p>02 Para outro bairro</p> <p>03 Para outra cidade (zona urbana)</p> <p>04 Para outra província (zona rural)</p> <p>05 Para o lugar onde nasceu</p> <p>06 Para outro país</p>
<p>45. Qual a principal razão para se mudar?</p> <p> _____ </p>	
RELAÇÃO COM A CIDADE	
<p>46. Onde trabalha o chefe do agregado? (<i>especificar o nome do bairro</i>)</p> <p> _ _ _____ </p> <p>Se 04 ou 05 passe para a questão</p>	<p>01 Trabalha no bairro</p> <p>02 Trabalha noutro bairro</p> <p>03 Trabalha fora da cidade, mas vem dormir a casa</p> <p>04 Trabalha fora da cidade e não vem dormir a casa</p> <p>05 Não trabalha</p>
<p>47. Quanto tempo leva de casa para o trabalho?</p> <p> _ _ </p>	<p>01 < 30 min</p> <p>02 30 min a 1 hora</p> <p>03 > 1 hora</p>
<p>48. Quanto tempo se leva do bairro até à terminal do chapa na cidade (baixa ou museu)?</p> <p> _ _ </p>	<p>01 < 30 min</p> <p>02 30 min a 1 hora</p> <p>03 > 1 hora</p>
<p>49. Com que frequência vai algum membro do agregado ao centro da cidade?</p> <p> _ _ </p>	<p>01 Pelo menos 1 vez por semana</p> <p>02 Pelo menos 1 vez por mês</p> <p>03 Pelo menos 1 vez por ano</p> <p>04 Menos de 1 vez por ano</p> <p>05 Nunca</p>

<p>50. Qual a razão mais frequente para ir ao centro da cidade?</p> <p> _ _ _____ </p>	<p>01 Trabalhar</p> <p>02 Compras</p> <p>03 Negócios</p> <p>04 Passear</p> <p>05 Estudar</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
RELAÇÃO CAMPO-CIDADE	
<p>51. Com que frequência visita, pelo menos um membro do agregado uma localidade fora da cidade de Maputo?</p> <p> _ _ </p>	<p>01 Pelo menos 1 vez por semana</p> <p>02 Pelo menos 1 vez por mês</p> <p>03 Pelo menos 1 vez por ano</p> <p>04 Menos de 1 vez por ano</p>
<p>52. Qual foi a razão principal da última visita?</p> <p> _ _ </p>	<p>01 Visita a familiares</p> <p>02 Produção na machamba</p> <p>03 Comércio</p> <p>04 Acontecimento importante (casamento, funeral, baptismo, etc.)</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>53. Onde se localiza a localidade que os membros do agregado mais visitam fora da cidade de Maputo? <i>(especificar o nome da localidade, se no país indicar a província e o distrito, se fora indicar apenas o país)</i></p> <p> _ _ _____ </p>	<p>01 Na província de Maputo</p> <p>02 Noutra província</p> <p>03 Noutro país</p>

BENS E PADRÕES DE CONSUMO	
54. Que bens possui a família?	
Rádio	_ _
Aparelhagem/Rádio reproduzidor	_ _
TV	_ _
Vídeo reproduzidor/DVD	_ _
Relógio	_ _
Bicicleta	_ _
Motorizada	_ _
Viatura automóvel	_ _
Electricidade	_ _
Água canalizada	_ _
Mesa	_ _
Cadeiras	_ _
Sofá	_ _
Cama	_ _
Enxada	_ _
Catana	_ _
Machado	_ _
Tractor	_ _
55. A casa tem quintal?	
_ _	01 Sim
Se 02 passe para questão	02 Não
56. Existe alguma edificação, para além da casa (dependência, anexo, garagem, capoeira, celeiro, etc.)?	
_ _	01 Sim
	02 Não
57. Qual o material da cerca/muro?	
_ _ _____	01 Espinhosa
	02 Madeira
	03 Chapa
	04 Cimento
	98 Outro (especifique)

<p>58. Qual o material do telhado da casa do agregado?</p> <p> _ _ _ _____ </p>	<p>01 Madeira</p> <p>02 Chapa</p> <p>03 Telha</p> <p>04 Cimento</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>59. Qual o material das paredes da casa do agregado?</p> <p> _ _ _ _____ </p>	<p>01 Maticado</p> <p>02 Madeira</p> <p>03 Chapa</p> <p>04 Cimento</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>60. Quantas divisões tem a casa?</p> <p> _ _ _ </p>	
<p>61. Quanto gastou no <u>mês passado</u> nos seguintes artigos:</p> <p>Produtos alimentares _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Produtos de limpeza _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Electricidade/iluminação _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Água _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Aluguer da casa _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Roupa/vestuário _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Produtos escolares _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Medicamentos/consultas _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Transporte _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Creche/infantário _ _ _ _ . _ _ _ _ </p>	
<p>62. Na semana passada as refeições do agregado incluíram alguma das seguintes categorias?</p> <p>Shima/arroz _ _ _ </p> <p>Matapa (verduras ou vegetais) _ _ _ </p> <p>Pão _ _ _ </p> <p>Carne (sem ser aves) _ _ _ </p> <p>Galinha (ou outras aves) _ _ _ </p> <p>Peixe _ _ _ </p> <p>Fruta _ _ _ </p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>

63. O agregado pagou impostos, no <u>último ano</u> ? __ __ Se 02 passe para a questão	01 Sim 02 Não
64. Pagou algum dos seguintes impostos? Pessoal (INSS, IRPS, taxa municipal) __ __ Bicletas __ __ Comercial (banca ou loja) __ __ Taxa de lixo __ __ Outro _____ __ __	01 Sim 02 Não
ACTIVIDADES DE RENDIMENTO NÃO AGRÍCOLAS	
65. Quantos membros do agregado têm emprego com salário regular ou beneficiam de reforma? __ __ Se 00 passe para questão	
66. Qual a soma do rendimento dos <u>salários</u> e <u>reformas</u> de todas pessoas que possuem emprego com salário regular? __ __	01 < 250Mtn 02 251Mtn a 500Mtn 03 501Mtn a 750Mtn 04 751Mtn a 1.000Mtn 05 1.001Mtn a 1.500Mtn 06 1.501Mtn a 2.500 Mtn 07 2.500mtn a 5.000 Mtn 08 > 5.000 Mtn

<p>67. Que outras actividades de rendimento são levadas a cabo no agregado, e quanto rendeu no mês passado?</p> <p> _ _ _ (preencher apenas se não leva a cabo nenhuma outra actividade)</p> <p>Se 99 passe para questão</p> <p>Aluguer de propriedade _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Artesanato _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Medicina tradicional _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Produção/venda de carvão _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Fabrico/venda de bebidas _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Loja/banca _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Comercio ambulante _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Carpintaria _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Construção _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Oficina mecânica _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Biscates _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Gai-Gai/Tchova/Carregador _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Alfaiate _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Cabeleireiro/tranças _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ _ _ . _ _ _ _ </p>	<p>99 Nenhuma</p>
<p>68. Para além das actividades de rendimento, algum membro do agregado recebe assistência ou apoio monetário de alguém de fora do agregado?</p> <p> _ _ _ </p> <p>Se 02 passe para questão</p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>69. De que pessoas/entidades recebe, e quanto recebe aproximadamente por mês?</p> <p>ONGs _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>INSS _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Acção Social _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Familiares de fora do agregado _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Vizinhos/amigos _ _ _ _ . _ _ _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ _ _ . _ _ _ _ </p>	<p>97 Em artigos</p>

<p>70. Algum membro do agregado participa de algum grupo de poupança/xitique ou tem conta bancária?</p> <p> _ _ </p> <p>Se 02 passe para questão</p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>71. Quanto consegue poupar, em média?</p> <p> _ _ </p>	<p>01 < 250Mtn</p> <p>02 251Mtn a 500Mtn</p> <p>03 501Mtn a 750Mtn</p> <p>04 751Mtn a 1.000Mtn</p> <p>05 1.0011MTn a 1.500Mtn</p> <p>06 1.501Mtn a 2.500 Mtn</p> <p>07 2.500mtn a 5.000 Mtn</p> <p>08 > 5.000 Mtn</p> <p>99 Não sabe</p>
<p>72. De quanto em quanto tempo contribui para a poupança/xitique ou conta bancária?</p> <p> _ _ </p>	<p>01 Pelo menos 1 vez por semana</p> <p>02 Pelo menos 1 vez por mês</p> <p>03 Pelo menos 1 vez por ano</p>
RENDIMENTOS COMPLEMENTARES	
<p>73. O agregado possui machamba ou horta?</p> <p> _ _ </p> <p>Se 02 passe para questão</p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>74. Produziu algo nesse terreno?</p> <p> _ _ </p> <p>Se 02 passe para questão.</p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>75. Vendeu algum produto da última campanha? <i>(soma do arrecadado pela totalidade dos produtos vendidos)</i></p> <p> _ _ </p> <p>Se 02 passe para questão</p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>76. Quanto arrecadou no último ano?</p> <p> _ _ _ · _ _ _ </p>	

<p>77. A família cria animais?</p> <p> _ _ </p> <p>Se 02 passe para questão.</p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>78. Quais os animais que o agregado cria?</p> <p>Galinhas _ _ </p> <p>Patos _ _ </p> <p>Cabritos _ _ </p> <p>Porcos _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ </p>	<p>01 Cria</p> <p>02 Não cria</p>
<p>79. Costuma vender animais?</p> <p> _ _ </p> <p>Se 02 passe para questão</p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>80. Quanto rendeu a última venda?</p> <p> _ _ _ · _ _ _ </p>	
<p>PROPRIEDADE E RELACÕES INTRA-FAMILIARES</p>	
<p>81. Como foi adquirida a casa onde o agregado vive?</p> <p> _ _ _____ </p>	<p>01 Comprada</p> <p>02 herdada</p> <p>03 Doadada</p> <p>04 Construiu sozinho</p> <p>05 Alugada</p> <p>06 Cedida</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>82. A quem pertence a casa onde vive o agregado? (em nome de quem esta o titulo de propriedade)</p> <p> _ _ _____ </p>	<p>01 Ao chefe do agregado</p> <p>02 Ao proprietário do aluguer</p> <p>03 Ao Estado</p> <p>04 À familiares do homem</p> <p>05 À familiares da mulher</p> <p>98 Outro (especifique)</p>

<p>83. Em caso de morte do proprietário ou titular do contrato com quem fica a casa?</p> <p> _ _ _ _____ </p> <p>Se 98 explique porquê</p> <p> _____ </p> <p> _ </p>	<p>01 A(o) esposa(o)</p> <p>02 Os filhos</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>84. A quem pertence o quintal/terreno onde está a casa?</p> <p> _ _ _ _____ </p>	<p>01 A casa não tem terreno</p> <p>02 À casa</p> <p>03 Ao Município/Estado</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>85. O agregado possui um terreno separado da casa?</p> <p> _ _ _ </p> <p>Se 02 passe para a questão</p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>86. Como foi adquirido esse terreno?</p> <p> _ _ _ _____ </p>	<p>01 Comprado</p> <p>02 herdado</p> <p>03 Dado</p> <p>04 Abriu sozinho</p> <p>05 Alugado</p> <p>06 Cedido</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>87. Quem decide como é gasto o dinheiro que a família rende de todas as actividades remuneradas e apoios externos?</p> <p> _ _ _ _____ </p>	<p>01 Chefe do agregado</p> <p>02 Esposa(o) do chefe</p> <p>03 O chefe em conjunto com a(o) esposa(o)</p> <p>04 Todo agregado</p> <p>05 Cada um decide o seu rendimento</p> <p>98 Outro (especifique)</p>

RELAÇÕES EXTRA-FAMILIARES	
<p>88. Qual foi o último problema/preocupação que o agregado teve que resolver e que teve que recorrer à intervenção de pessoas de fora do agregado para o resolver?</p> <p> _ _ _ (preencher apenas se não teve nenhum problema)</p> <p>Se 99 passe para questão</p> <p> _____ </p>	<p>99 Nenhum</p>
<p>89. A quem recorreram para resolver esse problema?</p> <p> _ _ _ _____ </p>	<p>01 Polícia</p> <p>02 Secretário do bairro</p> <p>03 Família alargada</p> <p>04 Familiares e amigos</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>90. Qual é a fonte de conflito mais comum no bairro e que necessita de intervenção das autoridades para resolver?</p> <p> _ _ _ _____ </p> <p>Se 99 passe para questão</p>	<p>01 Bebedeiras</p> <p>02 Adulterio</p> <p>03 Furtos/Assaltos</p> <p>04 Conflitos de terras</p> <p>05 Conflitos de água</p> <p>98 Outro (especifique)</p> <p>99 Nenhum</p>
<p>91. A quem recorrem, normalmente, os membros da comunidade para resolver esse problema?</p> <p> _ _ _ _____ </p>	<p>01 Chefe do quarteirão</p> <p>02 Secretário do bairro</p> <p>03 Chefe de 10 casas</p> <p>04 Autoridade religiosa</p> <p>05 Polícia</p> <p>06 Conjunto da comunidade</p> <p>98 Outro (especifique)</p>

<p>92. Quais são os serviços públicos (do Estado) que os membros do agregado usam?</p> <p>Administração do bairro _ _ </p> <p>Distrito Urbano/Grupo Dinamizador _ _ </p> <p>Acção social _ _ </p> <p>Registos e Notariado _ _ </p> <p>Polícia _ _ </p> <p>Tribunal _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ </p>	<p>01 Usa</p> <p>02 Não usa</p> <p>03 Não sabe se existe na zona</p>
<p>93. Com que frequência usam esses serviços?</p> <p>Administração do bairro _ _ </p> <p>Distrito Urbano/Grupo Dinamizador _ _ </p> <p>Acção social _ _ </p> <p>Registos e Notariado _ _ </p> <p>Polícia _ _ </p> <p>Tribunal _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ </p>	<p>01 Pelo menos 1 vez por semana</p> <p>02 Pelo menos 1 vez por mês</p> <p>03 Pelo menos 1 vez por ano</p> <p>04 Menos de 1 vez por ano</p> <p>05 Sempre que precisam</p> <p>06 Nunca</p>
<p>94. Algum membro do agregado faz parte de alguma associação?</p> <p> _ _ Homens _ _ Mulheres</p> <p>Se ambos 02 passe para questão</p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>95. A que tipo de associação pertencem?</p> <p>Homens</p> <p> _ _ _____ </p> <p> _ _ _____ </p> <p> _ _ _____ </p> <p>Mulheres</p> <p> _ _ _____ </p> <p> _ _ _____ </p> <p> _ _ _____ </p>	<p>01 Credito</p> <p>02 Social/cultural</p> <p>03 Política</p> <p>98 Outra (especifique)</p>

PERCEPÇÕES DE BEM-ESTAR	
<p>96. Ordene por ordem de importância decrescente as despesas relacionadas com o agregado (<i>entrevistador use os cartões como auxiliares</i>):</p> <p>Comida _ _ </p> <p>Água _ _ </p> <p>Electricidade _ _ </p> <p>Renda/Habitação _ _ </p> <p>Transporte _ _ </p> <p>Saúde _ _ </p> <p>Educação _ _ </p> <p>Cuidados infantis/creche/infantário _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ </p>	<p>99 Não tem gastos nesta categoria</p>
<p>97. Ordene por ordem de importância decrescente as despesas relacionadas com o agregado há 5 anos atrás (<i>entrevistador use os cartões como auxiliares</i>):</p> <p>Comida _ _ </p> <p>Água _ _ </p> <p>Electricidade _ _ </p> <p>Renda/Habitação _ _ </p> <p>Transporte _ _ </p> <p>Saúde _ _ </p> <p>Educação _ _ </p> <p>Cuidados infantis/creche/infantário _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ </p>	<p>99 Não tem gastos nesta categoria</p>
<p>98. Comparando com a situação da família há 5 anos atrás, como avalia a situação da família hoje?</p> <p> _ _ </p> <p>Explique porquê</p> <p> _____ </p>	<p>01 Melhorou</p> <p>02 Manteve-se</p> <p>03 Piorou</p>
<p>99. Comparando com a situação da comunidade há 5 anos atrás, como avalia a situação da comunidade hoje?</p> <p> _ _ </p> <p>Se 04 passe para questão</p> <p>Explique porquê</p> <p> _____ </p> <p> _ </p>	<p>01 Melhorou</p> <p>02 Manteve-se</p> <p>03 Piorou</p> <p>04 Não vivia na comunidade</p>

<p>100. Como espera que a situação da família esteja daqui a 5 anos?</p> <p> _ _ _ </p> <p>Explique porquê</p> <p> _____</p> <p>— </p>	<p>01 Melhorará</p> <p>02 Manter-se-á</p> <p>03 Piorará</p>
<p>101. Como espera que a situação da comunidade esteja daqui a 5 anos?</p> <p> _ _ _ </p> <p>Explique porquê</p> <p> _____</p> <p>— </p>	<p>01 Melhorará</p> <p>02 Manter-se-á</p> <p>03 Piorará</p>
<p>AVALIAÇÃO DA DINÂMICA URBANA</p>	
<p>102. Na sua opinião, qual e a questão <u>mais importante</u> a ser resolvida para melhorar a situação do seu bairro?</p> <p> _ _ _ _____ </p>	<p>01 Emprego</p> <p>02 Crime/Segurança</p> <p>03 Água</p> <p>04 Educação</p> <p>05 Saúde</p> <p>06 Saneamento</p> <p>07 Habitação</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>103. Quem é responsável por resolver essa situação?</p> <p> _ _ _ _____ </p>	<p>01 Governo</p> <p>02 Conselho Municipal</p> <p>03 Autoridades do bairro</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>104. Na sua opinião, quais são as principais <u>vantagens</u> de viver na cidade? (enumere as três principais)</p> <p> _____</p> <p>— </p> <p> _____</p> <p>— </p>	
<p>105. Na sua opinião, quais são as principais <u>desvantagens</u> de viver na cidade? (enumere as três principais)</p> <p> _____</p> <p>— _____ </p>	
<p>Hora de Término _ _ _ : _ _ _ </p>	

Lista de Literatura

- Abrahamson, Hans e Anders Nilsson (1995). *Mozambique in Transition: From Socialist Construction to Free Market Enterprise*. London: Zed Books.
- Adamo, M.A. (2003). *Mercado de terras nas áreas urbanas e sua implicação na ocupação e uso de terra*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de Geografia.
- Agadjanian, V. (1998). "As igrejas zionas no espaço sócio-cultural de Moçambique urbano." In: *Lusotópie* Vol. 8 pp.415-423.
- Alberta, Rosita e Thelma Mahiquene (2007). "Broader Links in Most Municipalities." In: *Mozambique Political Process Bulletin* Vol. 35(1 de Outubro de 2007).
- AMOPROC (2006). *As Próprias Mãos. O Cidadão*. Vol. 8 Outubro/Dezembro 2006 Maputo: Associação Moçambicana para Promoção da Cidadania.
- Andrade, X. e A.M. Loforte (1997). *Families in a Changing Environment in Mozambique*. Maputo: Imprensa Universitária da UEM.
- Arndt, Channing, Sam Jones e Finn Tarp (2006). *Aid and Development: The Mozambican Case*. Maputo: Ministério do Plano e Desenvolvimento, Direcção Nacional de Estudos e Análise de Política.
- Austral (2005). *National Survey on Governance and Corruption*. Maputo: Austral Consultoria e Projectos.
- Bank, Leslie (2001). "Living Together, Moving Apart: Home-Made Agendas, Identity Politics and Urban-Rural Linkages in the Eastern Cape." Em: *Journal of Contemporary African Studies* Vol. 19(1) pp.129-147.
- Bank, Leslie (2002). *Xhosa in Town Revisited: from Urban Anthropology to an Anthropology of Urbanism*. Department of Social Anthropology. Cape Town: Universidade de Cape Town.
- Barbarin, Oscar A. e Linda M. Richter (2001). *Mandela's Children. Growing up in Post-Apartheid South Africa*. Nova York e Londres: Routledge.
- Broeck, Katleen van den (2005). "Poverty Analysis in Mozambique: An Overview". *Background Paper for the Country Poverty, Social and Gender Assessment*. Maputo: Banco Mundial.
- Bryceson, D.F. e D. Potts (eds.) (2006). *African Urban Economies. Viability, Vitality or Vitiating?* Basingstok: Palgrave macmillan.
- Cain, Allan (2007). "Housing Microfinance in Post-Conflict Angola. Overcoming Socio-Economic Exclusion through Land Tenure and Access to Credit." Em: *Environment and Urbanisation* Vol. 19(2).
- Cháuque, Jaime José (2004). *Análise do Crescimento da População da Cidade de Maputo 1970-2000*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane (UEM): Faculdade de Letras e Ciências Sociais (Licenciatura em Geografia).
- Chiconela, Jacinto (2004). *Estimativas e Perfil da Pobreza em Moçambique. Uma Análise Baseada no Inquérito aos Agregados Familiares 2002-2003*. Maputo: Ministério do Plano e Desenvolvimento.
- Citypopulation (2007). *Citypopulation*. Página web: <http://citypopulation.de/Moçambique>.
- CMMMaputo (2004). *Contributo do Município de Maputo nos Dezoito Anos de Governação do Presidente Joaquim A. Chissano (1986-2004)*. Maputo: Conselho Municipal da Cidade de Maputo.
- CMMMaputo (2006). *Orçamento para o Ano 2007*. Maputo: Município de Maputo, Conselho Municipal.
- CMMMaputo (2007). *Conselho Municipal de Maputo*. Página web: www.cmmmaputo.gov.mz.
- CMMatola (2007). *Conselho Municipal da Matola*. Página web: www.cmcmatola.gov.mz.
- Comaroff, John L. e Jean Comaroff (1997). *Of Revelation and Revolution. The Dialectics of Modernity in a South African Frontier*. Chicago: Imprensa da Universidade de Chicago.

- Cossa, Orlando (2004). *Construção do Espaço do Comércio Informal na Cidade de Maputo a Partir das Mobilidades Populacionais*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane (UEM): Faculdade de Letras e Ciências Sociais (Licenciatura em Geografia).
- Costa, Ana Bénard da (2007). *O Preço da Sombra. Sobrevivência e Reprodução Social entre Famílias de Maputo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CPRC (2005). *The Chronic Poverty Report 2004-05*. Manchester: Instituto para Desenvolvimento de Política e Gestão, Centro de Pesquisa da Pobreza Crónica.
- Cumbe, Edite Maria Alson (2004). *Cultura de Gestão do Lixo: Políticas, Percepções e Práticas. O Caso do Bairro Central na Cidade de Maputo*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane (UEM): Faculdade de Letras e Ciências Sociais (Licenciatura em Antropologia).
- DFID (2000). *Strategies for Achieving the International Development Targets: Meeting the Challenge of Urban Poverty*. Londres: Departamento para o Desenvolvimento Internacional.
- DNPO (2002). *Mapeamento da Pobreza em Moçambique: Desagregação das Estimativas da Pobreza e Desigualdade aos Níveis de Distrito e Posto Administrativo*. Maputo: Ministério do Plano e Finanças, Direcção do Plano e Orçamento.
- DNPO (2004). *Poverty and Well-Being in Mozambique: The Second National Assessment*. Maputo: Ministério do Plano e Finanças, Direcção do Plano e Orçamento.
- DNPO (2005). *Desenvolvimento da Metodologia para o PARPA II. Questões de Conteúdo. Documento para Debate (Janeiro 2005)*. Maputo: Ministério do Plano e Finanças, Direcção do Plano e Orçamento.
- DNPO (2005). *Desenvolvimento da Metodologia para o PARPA II. Questões do Processo, (Janeiro 2005)*. Maputo: Ministério do Plano e Finanças, Direcção do Plano e Orçamento.
- DNPO (2005). *Preparação da Metodologia do PARPA II. Papel e Funções do PARPA no Sistema de Planeamento. Documento para Debate (Janeiro 2005)*. Maputo: Ministério do Plano e Finanças, Direcção do Plano e Orçamento.
- EISA (2007). *EISA*. Página web: <http://www.eisa.org.za/WEP/mozelectarchive>.
- Elbers, Chris et al. (2004). *On the Unequal Inequality of Poor Communities*. Washington D.C: Banco Mundial.
- Espling, Margareta (1999). *Women's Livelihood Strategies in Processes of Change: Cases from Urban Mozambique*. Gothenburg, Suécia: Universidade de Göteborg, Dept. de Geografia.
- Ferguson, James (1999). *Expectations of Modernity: Myths and Meanings of Urban Life on the Zambian Copperbelt*. Berkely: Imprensa da Universidade da Califórnia.
- Ferreira, Rita (1967/68). "Os Africanos de Lourenço Marques". *Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*. Maputo: Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, pp.94-491.
- Fjeldstad, Odd-Helge (2006). "Local Revenue Mobilisation in Urban Settings in Africa". Em: K. Millet, D. Olowu e R. Cameron (eds.) *Local Governance and Poverty Reduction in Africa*. Dar es Salaam: Joint Africa Institute.
- Fox, L., E. Bardasi, K. van den Broeck (2005). *Poverty in Mozambique. Unraveling Changes and Determinants*. *Poverty Background Paper to the Country Economic Memorandum 2005*. Washington, D.C.: Banco Mundial.
- Francisco, António A. da Silva e Margarida Paulo (2006). *Impacto da Economia Informal na Protecção Social, Pobreza e Exclusão: A Dimensão Oculta da Informalidade em Moçambique*. Maputo: Cruzeiro do Sul.
- G20 (2005). *RAP. Relatório Anual da Pobreza 2005*. Maputo: Colégio Pelo 20.
- GdM (2003). *Agenda 2025. Visão e Estratégias da Nação (Versão para debate público)*. Maputo: Governo de Moçambique, Comité de Conselheiros.
- GdM (2005). *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, 2006-2009 (PARPA II)*. Maputo: Governo de Moçambique, Ministério do Planeamento e Cooperação.
- GdM (2006). *Plano Económico e Social para 2007*. Maputo: Governo de Moçambique.

- GoM (2005). *Government's Five Year Programme for the Period 2005-2009*. Maputo: Governo de Moçambique.
- Grest, Jeremy (1995). "Urban Management, Local Government Reform and the Democratisation Process in Mozambique: Cidade de Maputo 1975-1990." Em: *Journal of Southern African Studies* Vol. 21(1) pp.147-164.
- Hanlon, Joseph (2007). *Is Poverty Decreasing in Mozambique?*, Maputo. Conferência Científica Inaugural, 19 de Setembro de 2007: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).
- Hannerz, Ulf (1980). *Exploring the City. Inquires Towards an Urban Anthropology*. Nova York: Imprensa da Universidade de Colúmbia.
- Hannerz, Ulf (1992). *Cultural Complexity. Studies in the Social Organisation of Meaning*. Nova York: Imprensa da Universidade de Colúmbia.
- Horne, Nancy (2000). *Gender-Based Market Research: Nampula Province, Mozambique*. Harare: Centro de Pesquisa e Documentação da África Austral (SARDC).
- INE (1998). *Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre Condições de Vida 1996/97. Relatório Final*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (1999). *The Population and Housing Census 1996/97*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2004). *Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar 2002/03. Quadros Definitivos*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2004). *Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar 2002/03. Relatório Final*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2006). *Inquérito Integrado à Força de Trabalho (IFTRAB) 2004/05*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2007). *Estatísticas Sociais e Demográficas de Moçambique (ESDEM)*. Maputo: http://www.ine.gov.mz/esdem/esdem_manual.
- Isaksen, Jan, A. Staland e B. Weimer (2005). *Poverty in Mozambique. Discourse, Analysis and Monitoring. Suggestions for National Stakeholders and the Donor Community*. Bergen: Chr. Michelsen Institute.
- James, Robert C., A. Channing and K. Simler (2005). *Has Economic Growth in Mozambique been Pro-Poor?* Maputo: Ministério do Plano e Finanças.
- Jenkins, Paul (2000). "City Profile Maputo." Em: *Cities* Vol. 17(3) pp.208-218.
- Jenkins, Paul (2000). "Urban management, Urban Poverty and Urban Governance: Planning and Land Management in Maputo." Em: *Environment and Urbanisation* Vol. 12(1) pp.137-152.
- Jenkins, Paul (2003). "In Search of the Urban-Rural Frontline in Post-War Mozambique and Angola." Em: *Environment and Urbanisation* Vol. 15(1) pp.121-134.
- Jenkins, Paul (2004). "Beyond the formal/Informal Dichotomy: Access to Land in Maputo, Mozambique". Em: K. T. Hansen e M. Vaa (eds.) *Reconsidering Informality. Perspectives from Urban Africa*. Uppsala: Nordic Africa Institute, pp.210-226.
- Kanbur, Ravi (2001). "Q-Squared?. A Commentary on Qualitative and Quantitative Poverty Appraisal". Paper delivered at the workshop Qual-Quant. Qualitative and Quantitative Poverty Appraisal: complementarities, tensions and the way forward, Universidade Cornell 15-16 de Março de 2001.
- Kanbur, Ravi e P. Schaffer (2007). "Epistemology, Normative Theory and Poverty Analysis: Implications for Q-Squared in Practise." Em: *World Development* Vol. 35(2) pp.183-196.
- Kedir, A.M. (2005). "Understanding Urban Chronic Poverty: Crossing the Qualitative and Quantitative Divide." Em: *Environment and urbanization* Vol. 17(2) pp.43-54.
- Kessides, Christine (2006). *The Urban Transition in Sub-Saharan Africa. Implications for Economic Growth and Poverty Reduction*. Washington D.C.: The Cities Alliance.
- Knauder, Stefanie (2000). *Globalization, Urban Progress, Urban Problems, Rural Disadvantages: Evidence from Mozambique*. Aldershot: Ashgate.
- Knauff, Bruce (ed.) (2002). *Critically Modern: Alternatives, Alterities, Anthropologies*. Bloomington e Indianapolies: Imprensa da Universidade de Indiana.

- Lewis, Oscar (1996 [1966]). "The Culture of Poverty". Em: G. Gmelch e W. P. Zenner (eds.) *Urban Life*. Prospect Heights, Illinois: Imprensa de Waveland, pp.393-417.
- Little, P.D. e I.B.L. Coloane (1993). "Trading to Eat: Petty Trade and Income Strategies in the Peri-Urban Areas of Maputo, Mozambique." Em: *Development Anthropology Network* Vol. 11(2) pp.1-8.
- Loforte, Ana Maria (1989). "A Persistência dos Valores "Tradicionalis" nas Comunidades Urbanas e a Etnidade." Em: *Trabalhos de Archeologia e Antropologia* Vol. 6 Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- Loforte, Ana Maria (n.d.). *Migrantes e Sua Relação com o Meio Rural*: Universidade Eduardo Mondlane: Centro de Estudos Africanos.
- Low, Setha M. e Gary W. McDonough (2001). "Introduction to Remapping the City: Place, Order and Ideology." Em: *American Anthropologist* Vol. 103(1) pp.5-6.
- Lynch, Kenneth (2005). *Rural-Urban Interaction in the Developing World*. Londres: Routledge.
- Mabunda, Lázaro (2005). *Eneas Comiche: Há mais Probreza nas Cidades que no Campo. O País*. Maputo. Vol. 2 de Dezembro de 2005.
- Mate, Alexandre et al. (2005). *Estudo Qualitativo sobre a Pobreza. Inhambane e Sofala. Relatório Final*: Universidade Eduardo Mondlane: Departamento de Arqueologia e Antropologia.
- Maximiano, N., C. Arndt e K.R. Simler (2005). *Qual foi a dinâmica dos determinantes da pobreza em Moçambique?* Maputo: Ministério do Plano e Desenvolvimento.
- MdS (2005). *Moçambique. Inquérito Demográfico e de Saúde 2003*. Maputo: Ministério da Saúde.
- Métier (2006). *Cidade de Maputo: Inquerito à População sobre a Prestação dos Serviços Municipais*. Maputo: Métier Consultoria e Desenvolvimento.
- Mikkelsen, Britha (2005). *Methods for Development Work and Research. a New Guide for Practitioners*. Londres: Publicações Sage.
- Mitchell, J.C. (1969). *Social Networks in Urban Situations. Analysis of Personal Relationships in Central African Towns*. Manchester: Imprensa da Universidade de Manchester.
- Moser, Caroline (1996). *Confronting Crisis: A Comparative Study of Household Responses to Poverty and Vulnerability in Four Poor Urban Communities*. Washington: Banco Mundial.
- Moser, Caroline (2006). "Assets, Livelihoods and Social Policy". Em: C. Moser (ed.) *Assets, Livelihoods and Social Policy*. Washington: Banco Mundial e Palgrave.
- Muchave, Paulo (2003). *Estudo Socio-Económico de Base na Zona Costeira das Províncias de Nampula, Zambézia e Sofala*. Maputo: Ministério das Pescas, IDPPE.
- Ndhimandhi, Célio Manuel (2005). *O Processo de Empobrecimento no Bairro de Chamanculo "B"*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane (UEM): Faculdade de Letras e Ciências Sociais (Licenciatura em Sociologia).
- Newitt, Malyn (1995). *A History of Mozambique*. Indiana: Imprensa da Universidade de Indiana.
- Nhamue, Crescência Luísa Alberto (2004). *Roupa Africana e Identidade na Cidade de Maputo*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane (UEM): Faculdade de Letras e Ciências Sociais (Licenciatura em Sociologia).
- Nielsen, M. (2006). *New Horizons at the Margins of the City. Producing Social Hope through Peri-Urban Land Conflicts. ASA Annual Meeting 2006. "(Re)thinking Africa and the World: Internal Reflections, External Responses*, San Francisco 16-19 de Novembro de 2006.
- Oppenheimer, Jochen e Isabel Raposo (2002). *A Pobreza em Maputo*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Departamento de Cooperação.
- Ortner, Sherry (2006). *Anthropology and Social Theory. Culture, Power and the Acting Subject*. Los Angeles: UCLA Imprensa Universitária.
- Paulo, Margarida (2004). *Fertility, Sexuality and Hiv/Aids Prevention Campaigns in Mafalala Bairro, Maputo, Mozambique*. Cape Town: Universidade de Cape Town, Departamento de Antropologia Social (Master Thesis).
- Petty, Celia, K. Selvester, J. Seaman e J. Acidri (2004). *Mozambique Assessment. The Impact of HIV-AIDS on Household Economy*: UK Save the Children Fund.

- Rakodi, Carole (1999). "A Capital Asset Framework for Analysing Household Livelihood Strategies: Implications for Policy." Em: *Development Policy Review* Vol. 17 pp.215-342.
- Rakodi, Carole and Tony Lloyd-Jones (eds.) (2002). *Urban Livelihoods. A People-Centered Approach to Reducing Poverty*. Londres: Earthscan.
- Ravallion, Martin, Shaohua Chen e Prem Sangraula (2007). *New Evidence on the Urbanisation of Global Poverty*. Background Paper for the World Development Report 2008. Washington D.C: Banco Mundial.
- RoA (2005). *Perfil Urbano em Angola. Uma Contribuição para a Definição da Estratégia de Combate à Pobreza Urbana no Âmbito da ECP Angola*. Luanda: República de Angola, Ministério do Urbanismo e Ambiente.
- Robson, Paul e Sandra Roque (2001). *Here in the City There is Nothing Left for a Helping Hand*". Luanda: ADRA – Seminário sobre Desenvolvimento.
- RoM (2006). *Mozambique Report: Cities Without Slums*. Maputo: República de Moçambique, Ministério da Coordenação e Assuntos Ambientais.
- San, Martin (2001). *"Fine Tuning Poverty Targeting Using a Poverty Map. The Case of Mozambique"*. Helsínquia, Finlândia: WIDER.
- Satterthwaite, David e Cecilia Tacoli (2002). "Seeking an Understanding of Poverty that Recognizes Rural-Urban Differences and Linkages". Em: C. Rakodi e T. Lloyd-Jones (eds.) *Urban Livelihoods. A people-Centred Approach to Reducing Poverty*. Londres: Earthscan, pp.52-71.
- Scheper-Hughes, Nancy (1992). *Death Without Weeping. The Violence of Everyday Life in Brazil*. Berkeley: Imprensa da Universidade da Califórnia.
- Schubert, B. (1995). "Poverty and Poverty Alleviation in the Urban Areas of Mozambique." Em: *Habitat International* Vol. 19(4) pp.499-514.
- Serra, C. (2003). *Em cima de lâmina. Um estudo sobre precariedade social em três cidades de Moçambique*. Maputo: Imprensa Universitária, UEM.
- Sheldon, K. (1999). "Machambas in the City. Urban Women and Agricultural Work in Mozambique." Em: *Lusotopie* Vol. () pp.121-140.
- Sidaway, J.D e M. Power (1994). "Sociospatial Transformations in the Postsocialist Periphery: The Case of Maputo, Mozambique." Em: *Environment and Planning* Vol. 27(1463-1491).
- Simler, Kenneth (2004). *Rebuilding after War. Micro-Level Determinants of Poverty-Reduction in Mozambique*. Washington D.C.: Instituto Internacional de Pesquisa de Política Alimentar.
- Simler, K.R., S. Hower e C. Masingarela (2004). *Estimating Poverty Indices from Simple Indicator Surveys*. Washington D.C.: Instituto Internacional de Pesquisa de Política Alimentar.
- Southall, A. (1998). *The City in Time and Space*. Cambridge: Imprensa da Universidade Cambridge.
- Spaliviero, Mathias (2006). "Integrating Slum Upgrading and Vulnerability Reduction in Mozambique." Em: *Open House International* Vol. 31(1) pp.106-115.
- Stoler, Ann Laura (1995). *Race and the Education of Desire: Foucault's History of Sexuality and the Colonial Order of Things*. Durhan/Londres: Imprensa da Universidade de Duke.
- Söderbaum, F. (2004). *Blocking Human Potential: How Formal Policies Block the Informal Sector in Maputo*. Helsínquia: Universidade das Nações Unidas.
- Tsandzana, A.F. (1999). *Estudo da Expansão Horizontal da Cidade de Maputo: O Caso do Bairro de Laulane*. Maputo: Departamento de Geografia, UEM.
- Tvedten, Inge, Margarida Paulo e Carmeliza Rosário (2006). 'Opitanha'. *Social Relations of Rural Poverty in Northern Mozambique*. Relatório CMI R 2006:16. Bergen: Chr. Michelsen Institute (também disponível em Português).
- UN (2007). *World Urbanisation Prospects: The 2005 Revision Population Database*. Página web: <http://esa.un.org/unup>.

- UNDP (2005). *Human Development Report 2005. International Cooperation at a Crossroads: Aid, Trade and Security in an Unequal World*. Nova York: Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas.
- UNDP (2007). *National Human Development Report 2006, Mozambique: Acting Now, Planning for the Future. The Impact of HIV & AIDS on Human Development*. Maputo: Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas.
- UN-Habitat (2003). *The Challenge of Slums. Global report on Human Settlements*. Nairobi, Kenya: Programa de Assentamento Humano das Nações Unidas (NU-Habitat).
- UN-Habitat (2005). *Land Tenure, Housing Rights and Gender in Mozambique*. Nairobi: NU-Habitat.
- UN-Habitat (2006). *State of the World's Cities Report 2006/7*. Nairobi: NU-Habitat.
- UNICEF (2005). *A Statistical Profile of Disparities in Mozambique: An Overview of the Situation of Children and Women Based on Findings from the 2003 Health and Demographic Survey*. Maputo: UNICEF.
- UNICEF (2006). *Childhood Poverty in Mozambique. A Situation and Trends Analysis*. Maputo: UNICEF.
- Vletter, Fion de (2001). *Mozambique's Urban Informal Sector - A Neglected Majority*. Maputo: Ministério do Trabalho.
- Banco Mundial (2005). *African Development Indicators*. Washington DC: Banco Mundial.
- Banco Mundial (2005). *Mozambique Country Economic Memorandum. Sustaining Growth and Reducing Poverty*. Washington: Banco Mundial.
- Banco Mundial (2006). *For ProMaputo: The Maputo Municipal Development Programme (Appraisal Document)*. Washington D.C: Banco Mundial.
- Banco Mundial (2006). *GenderStats. Database on Gender Statistics*. Página web: <http://devdata.worldbank.org/genderstats>.
- Banco Mundial (2006). *Mozambique Data Profile*. Página Web: <http://Devdata.Worldbank.Org/WBwebsite/External/Countries/Africaext/Mozambique>
- Banco Mundial (2007). *Beating The Odds: Sustaining Inclusion in a Growing Economy. A Mozambique Poverty, Gender and Social Assessment* Washington D.C.: Banco Mundial.
- Wratten, Ellen (1995). "Conceptualizing Urban Poverty." Em: *Environment and Urbanization* Vol. 7(1) pp.11-36.

Relatórios Recentes

R 2007: 12

JERVE, Alf Morten: Asian Models for Aid: Is there a Non-Western Approach to Development Assistance? Summary record of seminar held in Oslo, Dezembro de 2006. Bergen 2007, 14 pp.

R 2007: 11:

KVALBEIN, Jon Audun: Liberated Bonded Laborers: Are They Better Off? Welfare and Efficiency Implications of an Agricultural Reform in Western Terai, Nepal. Bergen, 2007, 114 pp.

R 2007: 10

RAKNER, Lise and Vibeke Wang: Governance Assessments and the Paris Declaration. An Issues Paper. Bergen, 2007, 17 pp.

R 2007: 8

AMUNDSEN, Inge and Cesaltina Abreu: Sociedade Civil em Angola: Incursões, Espaço e Responsabilidade. Bergen, 2007, 58 pp.

R 2007: 9

TRIVUNOVIC, Marijana, Vera Devine and Harald Mathisen: Corruption in Montenegro 2007: Overview over Main Problems and Status of Reforms. Bergen, 2007, 81 pp.

R 2007: 7

ISAKSEN, Jan, Inge Amundsen, with Cesaltina Abreu: Budget, State and People. Budget Process, Civil Society and Transparency in Angola. Bergen, 2007, 87 pp.

R 2007: 6

AMUNDSEN, Inge: Donor Support to Political Parties: Status and Principles. Bergen, 2007, 33 pp.

R 2007: 5

TØNNESEN, Liv and Anne Sofie Roald: Discrimination in the Name of Religious Freedom: The Rights of Women and Non-Muslims after the Comprehensive Peace Agreement in Sudan. Bergen, 2007, 50 pp.